



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

**A retórica da ascensão pacífica na Política Externa da China: o legado de Mao Zedong no governo de Xi Jinping**

Florianópolis

2023

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

**A retórica da ascensão pacífica na Política Externa da China: o legado de Mao Zedong no governo de Xi Jinping**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientador(a): Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Castelli, Yasmin Lenz Piccoli

A retórica da ascensão pacífica na Política Externa da  
China : o legado de Mao Zedong no governo de Xi Jinping /  
Yasmin Lenz Piccoli Castelli ; orientadora, Patrícia  
Fonseca Ferreira Arienti, 2023.

107 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. I. Arienti, Patrícia Fonseca  
Ferreira . II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III.  
Título.

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

**A retórica da ascensão pacífica na Política Externa da China: o legado de Mao Zedong  
no governo de Xi Jinping**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 03 de março de 2023, pela  
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Clarissa Franzoi Dri, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina.

Profa. Mariana Shlickamnn, Dra.  
Instituição UniAvan.

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado  
para obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dr.(a)  
Orientadora

Florianópolis, 2023.

## RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida ao entorno do debate sobre a retórica de ascensão pacífica, buscando compreender se esta retórica exerce um legado na política externa chinesa. Deste modo, tem-se como objetivo geral: analisar em que medida a estratégia ao entorno da retórica de ascensão pacífica, parte fundamental do legado maoísta, influencia na política externa de Xi Jinping. No intuito de cumprir com o objetivo geral, a dissertação foi realizada em três capítulos, correspondentes com cada objetivo específico: a) Discorrer sobre a fundamentação teórico-metodológica envolta a retórica de ascensão pacífica; b) Compreender em que consistem as estratégias de política externa do governo de Mao Zedong e sua relação com a retórica de ascensão pacífica; c) Investigar sobre o papel que a estratégia de ascensão/desenvolvimento pacífico ocupa na política externa de Xi Jinping ao entorno da ascensão da China como potência global. A elaboração da presente temática foi realizada com base no seguinte problema de pesquisa: “É possível afirmar que a estratégia maoísta de P.E, sobre os princípios de coexistência pacífica, exerce um legado sobre a P.E de Xi Jinping?”. Buscando resolver o problema de pesquisa, elaborou-se a presente hipótese/argumentação, de que há um legado histórico na política externa chinesa que exerce uma grande influência a condução da política externa atual, no governo de Xi Jinping.

**Palavras-chave:** China; Política Externa; Ascensão Pacífica.

## ABSTRACT

This dissertation was developed around the debate on the rhetoric of peaceful rise, seeking to understand whether this rhetoric has a legacy in Chinese foreign policy. Thus, the general objective is: to analyze to what extent the strategy surrounding the rhetoric of peaceful rise, a fundamental part of the Maoist legacy, influences Xi Jinping's foreign policy. In order to fulfill the general objective, the dissertation was carried out in three chapters, corresponding to each specific objective: a) To discuss the theoretical-methodological foundation surrounding the rhetoric of peaceful ascension; b) To understand what the Mao Zedong government's foreign policy strategies consist of and their relationship with the rhetoric of peaceful rise; c) Investigate the role played by the rise/peaceful development strategy in Xi Jinping's foreign policy around China's rise as a global power. The elaboration of this thematic was carried out based on the following research problem: "Is it possible to say that the Maoist strategy of F.P, based on the principles of peaceful coexistence, exerts a legacy on Xi Jinping's F.P?". Seeking to solve the research problem, the present hypothesis/argument was elaborated, that there is a historical legacy in Chinese foreign policy that exerts a great influence on the conduct of current foreign policy, in the government of Xi Jinping.

**Keywords:** China; Foreign Policy; Peaceful Rising.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

RPC	República Popular da China
PE	Política Externa
PCCh	Partido Comunista Chinês
BRI	Belt and Road Initiative
TRI	Teoria das Relações Internacionais
RI	Relações Internacionais
KMT	Kuomintang

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A RETÓRICA DA ASCENSÃO PACÍFICA.....	18
1.1 ANALISANDO CHINA PELAS ÓTICAS DE QIN YAQIN E ZHAO TINGYANG.....	22
<b>1.1.1 Qin Yaqing .....</b>	<b>22</b>
<b>1.1.2 Zhao Tingyang.....</b>	<b>23</b>
1.2 QIN YAQIN, A DIALÉTICA ZHONGYONG E A RELACIONALIDADE .....	24
1.3 O SISTEMA <i>TIANXIA</i> E O LEGADO DA CHINA IMPERIAL NO SÉCULO XXI.....	33
1.4 DEBATE ENTRE AUTORES SOBRE AS ABORDAGENS DE QIN YAQING E ZHAO TINGYANG .....	36
1.5 BREVES CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO TEÓRICO-METODOLÓGICO .....	37
2 POLÍTICA EXTERNA, LEGADO MAOÍSTA E OS CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA.....	39
2.1 O GOVERNO DE MAO ZEDONG E A POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	42
<b>2.1.1 Guerras das Coreias .....</b>	<b>45</b>
<b>2.1.2 A (re)conquista de territórios da China Imperial.....</b>	<b>46</b>
<b>2.1.3 A cisão com a potência socialista.....</b>	<b>51</b>
<b>2.1.4 “A fase de Bandung” .....</b>	<b>52</b>
<b>2.1.5 Um aceno para o “Primeiro Mundo”: relações da com os EUA.....</b>	<b>57</b>
2.2 O PENSAMENTO MAOÍSTA E A FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EXTERNA .....	61
<b>2.2.1 O período de humilhações e a narrativa de vítima.....</b>	<b>63</b>
<b>2.2.2 A China como reino do meio .....</b>	<b>65</b>
2.3 O INÍCIO DA ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO PACÍFICA.....	68
<b>2.3.1 A Teoria dos Três Mundos e a criação de uma Terceira Via.....</b>	<b>70</b>
2.4 BREVES CONCLUSÕES: A IMPORTÂNCIA DO LEGADO MAOÍSTA PARA A CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	72
3 O LEGADO MAOÍSTA E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE XI JINPING ..	74
3.1 DA ASCENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PACÍFICO .....	74
<b>3.1.1 Os estudos de Zheng Bijian e o termo “ascensão pacífica” .....</b>	<b>75</b>
<b>3.1.2 O governo de Hu Jintao e a popularização da doutrina .....</b>	<b>76</b>

<b>3.1.3 White Papers sobre o desenvolvimento pacífico.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1.4 De Hu Jintao para Xi Jinping.....</b>	<b>82</b>
<b>3.2 O GOVERNO DE XI JINPING E AS LINHAS GERAIS DE SUA POLÍTICA EXTERNA</b>	
.....	83
<b>3.2.1 Ascensão Pacífica 2.0? .....</b>	<b>84</b>
<b>3.2.2 Renovação do mandato no 19º Congresso do PCCh.....</b>	<b>86</b>
<b>3.2.3 A “doutrina de Relações Internacionais da China”, por Feng Zhang (2019).....</b>	<b>88</b>
<b>3.3 BELT AND ROAD INITIATIVE .....</b>	<b>89</b>
<b>3.3.1 Breve histórico sobre as Rotas da Seda .....</b>	<b>90</b>
<b>3.3.2 As Rotas da Seda como megaprojeto de P.E de Xi Jinping.....</b>	<b>91</b>
<b>3.3.3 O <i>Tianxia</i> e os territórios da China Imperial: os casos de Tibete e Xinjiang .....</b>	<b>92</b>
<b>3.3.4 O legado sobre a ajuda internacional e a relação com o Terceiro Mundo.....</b>	<b>95</b>
<b>3.4 DEBATE ENTRE AUTORES SOBRE A CONTINUIDADE NA P.E CHINESA .....</b>	<b>97</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi construída no intuito de elucidar sobre o debate da retórica chinesa sobre a ascensão pacífica, através de uma perspectiva da evolução histórica para o uso do termo, com foco no legado que a política externa do governo de Mao Zedong (1949-76) exerce no governo de Xi Jinping (2013-). Ao longo dos primeiros meses de pesquisa, identificou-se que apesar da expressão ter ficado conhecida por volta da primeira década de 2000, a origem do termo em si vem do governo de Mao Zedong, primeiro líder da China como República Popular, e criado de fato por seu Chanceler, Zhou Enlai, na década de 1950, durante negociações com a Índia. Portanto, a retórica chinesa sobre a ascensão e o desenvolvimento pacífico, tem origem no período maoísta e hoje representa uma continuidade histórica na política externa chinesa, podendo ser observada como uma das bases do governo de Xi Jinping para a ascensão chinesa no século XXI.

Considerando o papel de liderança que a China ocupa no cenário mundial, faz-se de suma importância compreender sobre o desenvolvimento da P.E chinesa. Neste aspecto, percebeu-se a necessidade de se realizar um estudo sobre a P.E de Mao Zedong, em um primeiro momento, para compreender sobre o legado histórico da P.E chinesa com foco na retórica de ascensão e desenvolvimento pacífico. O governo maoísta em questão ainda é pouco aprofundado nas pesquisas científicas no Brasil, e até mesmo em estudos de língua inglesa. A profa. Dra. Isabela Nogueira (2011, p. 25) aponta que “o legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã que predomina no Ocidente sobre a trajetória de desenvolvimento chinesa”. Embasando seu argumento no fato de que há uma simplificação dos estudos deste período de governo, devido a política interna ter sofrido com episódios de fome e desastres econômicos, como o Grande Salto Adiante e momentos de perseguição política na Revolução Cultural. Nogueira (2011, p. 25) aponta que “a simplificação é uma forma de não enfrentar os paradoxos do período – e, talvez, de passar ‘cientificamente’ posicionado por um debate ideológico inconcluso dentro da própria China”.

De fato, como bem cita a autora, o período de governo de Mao Zedong é cometido por paradoxos com os períodos de fome e de perseguição política, contrastando com uma postura assertiva durante as revoluções que resultaram na tomada do poder em 1949, quando nasceu a República Popular da China (RPC), sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh). A dita postura assertiva do líder foi continuada durante seu governo como Secretário Geral do PCCh para construir a política externa que colocou a RPC como um importante ator do cenário

internacional, barganhando diretamente com as grandes potências da Guerra Fria e aplicando uma estratégia de ascensão pacífica para o que viria a chamar como “Terceiro Mundo”.

Em concordância com o argumento de Nogueira (2011), faz-se necessária uma breve passagem sobre algumas obras lidas durante o processo de escrita da dissertação, que se destacaram por ter este posicionamento mais simplista, e que por vezes, ignora o período maoísta como basilar para a construção da política externa chinesa ao longo dos governos seguintes. Se pode citar a obra de Xueting, *Leadership and the Rise of Great Powers*, que caracteriza Mao Zedong como um líder que “debilitou dramaticamente o status internacional da China”, a ponto de o autor considerar a política externa do líder como uma liderança que “traz desastre para o seu povo” (XUETONG, 2019, p. 32). Nesta mesma linha, se pode citar a fala de Christian A. Hess (2010, p. 47), na obra *Handbook of China's International Relations*, que coloca a política externa do período maoísta como um “período de fraqueza e sofrimento”, de uma China em uma posição isolada internacionalmente. Ambas as citações, simplificam o período maoísta, como se fosse um breve episódio de isolamento da China no sistema internacional, que trouxe muita fragilidade ao país.

Há uma tendência em considerar a história chinesa a partir das reformas de Deng Xiaoping, em 1978, que acaba por minimizar a importância e a continuidade histórica do período maoísta como basilar para o legado da P.E chinesa, em temas como a normalização das relações com os EUA (ao final do governo), o desenvolvimento de relações de amizade com os países do terceiro mundo, hoje tido como o sul global, os esforços de descentralizar o poder econômico dos países do norte (WEI, 2011).

De antemão, faz-se importante citar que a temática proposta na presente dissertação foi construída com base em obras que se aprofundaram sobre a história e a P.E chinesa, propondo uma visão para além do *mainstream*, que considera que a China se tornou ativa no sistema internacional somente após a saída de Mao Zedong do poder. Como se fosse meramente possível para os demais países ignorarem a imensidão geográfica e populacional de um antigo Império, que passara por uma revolução até 1949 e a partir de então, agiria em prol da conquista de sua soberania e integridade territorial, como o foi feito durante a P.E de Mao Zedong. Dos autores utilizados para discorrer sobre a história e estratégia do período maoísta, é possível destacar: Anderson (2010), Fairbank e Goldman (2006), Hobsbawm (1994), Khan (2018), Kissinger (2010), entre outros.

Como foi possível observar, o estudo sobre a política externa do período maoísta muitas vezes se mostra superficial, principalmente com relação a estratégia pacífica, que foi popularizada para a academia em materiais de língua inglesa, apenas na primeira década do

século XXI. Portanto, para a realização do presente construto, foi identificada a necessidade de aprofundar os estudos sobre a política externa maoísta, no intuito de compreender como as estratégias desenvolvidas ao longo deste período, com foco na estratégia para o desenvolvimento pacífico, ainda se colocam muito em voga na política externa do atual líder chinês, Xi Jinping.

Deste modo, salientando sobre a tamanha importância histórica do período maoísta para a formação da Política Externa chinesa, e relacionando este objeto de estudo com a atualidade da Política Externa chinesa, sob a liderança de Xi Jinping em meio a um debate sobre a ascensão chinesa. Compreendeu-se, portanto, sobre a necessário de investigar sobre uma temática que conseguisse interligar os três pontos citados acima, desta forma, surgiu a presente temática de pesquisa: Influência do legado maoísta da política externa sobre a retórica de ascensão pacífica na política externa de Xi Jinping. Com base nos apontamentos citados acima, propõe-se o seguinte problema de pesquisa:

É possível afirmar que a estratégia maoísta de P.E, sobre os princípios de coexistência pacífica, exerce um legado sobre a P.E de Xi Jinping?

A partir do problema, foi elaborado um argumento/hipótese que tange sobre a continuidade na política externa China, aqui valendo ressaltar que autores como Qin (2014) e Khan (2018), seguem uma linha de raciocínio sobre a existência de uma “Grande Estratégia Chinesa” (KHAN, 2018) e de uma “Mudança sobre a Continuidade” (QIN, 2014), ao longo da história da política externa chinesa. O argumento/hipótese da presente dissertação foi embasado principalmente na argumentação de Qin (2014): o argumento parte da ideia de que a política externa chinesa possui um legado histórico que exerce uma grande influência na condução da política externa atual, no governo de Xi Jinping. Este legado, teria passado por mudanças ao longo dos anos, se adequando as mudanças internas da China e as mudanças do cenário internacional, todavia, sem abandonar o padrão de continuidade trazido pelo legado da política externa maoísta, que pode ser visto através da retórica de ascensão pacífica.

Através destes elementos metodológicos, construiu-se o objetivo geral e os objetivos específicos da presente pesquisa. Tendo como objetivo geral: Analisar em que medida a estratégia ao entorno da retórica de ascensão pacífica, parte fundamental do legado maoísta, influencia na política externa de Xi Jinping. Buscando responder o problema de pesquisa, o objetivo geral foi dividido em três objetivos específicos, condizentes com a formulação dos capítulos, os quais são: a) Discorrer sobre a fundamentação teórico-metodológica envolta a retórica de ascensão pacífica; b) Compreender em que consistem as estratégias de política externa do governo de Mao Zedong e sua relação com a retórica de ascensão pacífica; c)

Investigar sobre o papel que a estratégia de ascensão/desenvolvimento pacífico ocupa na política externa de Xi Jinping ao entorno da ascensão da China como potência global.

Um ponto que deve ser destacado como crucial para a delimitação da presente temática de pesquisa é o histórico da autora que voz fala, como pesquisadora atuante na área de cooperação entre universidades do Brasil para com a China. Por volta de 2018, no final de minha graduação em Relações Internacionais, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali), tive a oportunidade de atuar em um projeto do Escritório de Relações Internacionais (Eri), voltado para o atendimento das cidades ao entorno da região, com o objetivo de promover relações de cooperação e irmanamento com regiões da China. O irmanamento entre cidades é um projeto de cooperação que torna as cidades irmãs, a partir deste ponto, possibilitando maiores possibilidades de cooperação, tanto no âmbito público como privado. Neste período entre 2018 e 2019, atuei com as cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, ambas em Santa Catarina e tive o privilégio de conhecer diplomatas e uma ministra da China atuante no Brasil. Nas falas destes funcionários do governo, chamou-me muita atenção o fato de citarem de forma quase lírica sobre a importância do líder Mao Zedong para a projeção da China como um Estado líder, disposto a expandir suas relações com outros Estados, através de uma cooperação ganha-ganha.

No período de transição entre a graduação e o mestrado, que viria a iniciar em março de 2020, comecei a participar do Instituto de Estudos sobre a China na Universidade Federal de Santa Catarina (Ichin-UFSC). Logo no segundo evento, tive a oportunidade de estar em contato com um ministro da China no Brasil e seus assessores, diplomatas do governo chinês. Nas falas do ministro, tive as mesmas percepções quanto as reuniões com a ministra, sobre a existência de um discurso alinhado a importância dos líderes chineses, principalmente ao primeiro líder, Mao Zedong e ao líder atual, Xi Jinping, para a ascensão da China e para o fomento das relações de ganha-ganha da China com o Brasil. Neste mesmo evento, ocorreu uma fala crítica a um colega de pesquisa, sobre a atuação do governo na região de Xinjiang, foi quando me acendeu um alerta sobre mais um assunto sensível para o governo chinês, assim como via nos livros sobre a questão de Taiwan e a integridade territorial da China.

Quanto aos nomes dos funcionários, optei por deixá-los em anônimo pois não tenho autorização para citá-los formalmente e as conversas não ficaram gravadas, foram diálogos mais informações durante reuniões fechadas e congressos de pesquisa em si, e para além disso, importante em questão foi como estes contatos me possibilitaram ampliar a visão sobre a China e enxergar que existia de fato um alinhamento entre os materiais acadêmicos que tive contato, como livros e artigos científicos, e nas falas destes funcionários atuantes no Brasil, e nas falas oficiais dos líderes chineses, como as de Xi Jinping.

Atualmente, ocupo o cargo de Coordenadora de Assuntos Estudantis no Ichin-UFSC, e tive a oportunidade de organizar inúmeros eventos, ter contato com demais personalidades do governo chinês e com professores, tanto da China como do Brasil, que pesquisam sobre a ascensão e as relações da China no sistema internacional. Estas oportunidades me fizeram crescer como pesquisa e ascenderam inúmeras dúvidas em minha cabeça, sobre pautas que eram de suma importância nos discursos dos funcionários atuantes no Brasil e nos discursos oficiais de líderes chineses, que tive acesso através de livros e sites do governo. Através desta breve, mas vasta experiência com a diplomacia chinesa, me veio a dúvida sobre como esses discursos alinhados em torno da ascensão pacífica e da importância do líder Mao, poderiam estar influenciando na política externa da China nos dias atuais. Desta forma, me coloco como pesquisadora, recém iniciada no doutorado e com uma experiência prática em cooperação acadêmica com a China, que busca de forma científica, compreender como estes discursos e posicionamentos oficiais, podem vir a afetar as negociações práticas que fazemos com a China hoje, através da UFSC.

Retornando ao debate teórico sobre o tema, a questão ao entorno da retórica sobre a ascensão/desenvolvimento pacífico, se coloca em meio a análise histórica sobre a continuidade na política externa, por ser uma retórica presente desde o período maoísta, que foi popularizada ao redor do mundo pelo governo de Hu Jintao e colocada em dúvida no governo de Xi Jinping, por pesquisadores e pela comunidade internacional que acreditam em uma mudança repentina na política externa chinesa, de um perfil pacífico para uma postura mais assertiva. O argumento se sustenta em observações mais superficiais sobre as “rupturas” ocorridas no governo de Xi Jinping, que teriam tornado a política externa chinesa mais assertiva, de forma a abandonar a tradição pacífica. Desta forma, ao buscar por uma linha que sustentasse a hipótese de uma continuidade na política externa chinesa, de Mao Zedong para Xi Jinping, o debate sobre a estratégia pacífica e a assertividade chinesa tornou-se central para investigar sobre uma continuidade de retóricas na P.E chinesa.

A condução da política externa de um país é parte fundamental para compreender a forma de ascensão deste no sistema internacional, portanto, justifica-se aqui o estudo da retórica de ascensão/desenvolvimento pacífico como a principal estratégia da política externa para alavancar o desenvolvimento das políticas interna e externa da China. A justificativa trabalha em conjunto com a argumentação/hipótese, de que há uma continuidade na política externa chinesa, que pode ser vista através da retórica de ascensão pacífica. Na presente dissertação, buscar-se-á demonstrar que esta continuidade pode ser vista através de uma análise que propõe demonstrar quais são as influências do legado maoísta na p.e chinesa, delimitando assim o

estudo ao entorno da retórica de ascensão/desenvolvimento pacífico, muito presente na política externa de Xi Jinping.

A delimitação dos capítulos segue os objetivos específicos e se coloca da seguinte forma: o capítulo inicial sobre abordagens teórico-metodológicas para compreender o pensamento chinês sobre P.E, e os dois capítulos seguintes dedicados para o estudo das políticas externas de Mao Zedong e Xi Jinping, buscando aproximações e continuidades entre os líderes, com foco no que tange sobre a estratégia da ascensão/desenvolvimento pacífico. A escolha do aprofundamento da análise na política externa de Xi Jinping, se deu ao fato de que o líder passou a fazer referências mais diretas a figura de Mao Zedong, resgatando este culto ao líder para fortalecer a unidade em seu governo. No entanto, como a presente dissertação é focada em um estudo histórico analítico sobre a política externa chinesa, é preciso abordar o fato a P.E de Xi Jinping, ao menos no que tange os documentos oficiais e os discursos do atual líder chinês, foi construída com base nos preceitos da ascensão pacífica, originados na política externa de Mao Zedong.

Neste aspecto, identificou-se que seria necessário realizar uma análise buscando referências da política externa de Mao Zedong sobre a retórica ascensão pacífica na construção da política externa de Xi Jinping. Neste ponto da pesquisa, ainda restava uma lacuna sobre como seria a construção e o desenvolvimento do capítulo teórico. Em um primeiro momento, faz-se importante deixar claro que a autora da presente dissertação, possui limitações quanto a utilização de materiais escritos em mandarim, portanto, a construção do capítulo teórico foi limitada em materiais em português, inglês e espanhol. Todavia, apesar das limitações linguísticas, ao longo dos breves anos de estudo da autora sobre China, a foi ensinada sobre a necessidade de buscarmos por mais autores chineses para realizar uma tentativa de compreender sobre suas visões de mundo, que por vezes diferem do que conhecemos no Ocidente.

Portanto, para a construção do capítulo teórico-metodológico, optou por utilizar pesquisas de autores chineses (mesmo que publicadas em universidades fora da China), na tentativa de compreender o que o background de conhecimento dos pesquisadores entende como ascensão e desenvolvimento pacífico. Desta forma, faz-se importante deixar claro que optou-se conscientemente por utilizar menos autores para a construção do capítulo teórico, para buscar dar luz ao pensamento chinês sobre a ascensão pacífica e a política externa. Dar voz a autores chineses não entra em um debate sobre o certo ou o errado, a ideia em questão é demonstrar, mesmo com o um número mais limitado de autores, que existem possibilidades de interpretação que vão além das clássicas Teorias de Relações Internacionais (TRI).

Logo, o capítulo teórico-metodológico foi formado com base em dois autores: Qin Yaqing e Zhao Tingyang, que são tidos como precursores das TRI sobre uma ótica chinesa. Qin trabalhando com a dialética *Zhongyong* e com sua Teoria da Relacionalidade, enquanto Zhao propõe um estudo mais contemporâneo sobre como a filosofia milenar do *Tianxia* pode ser na China do século XXI. Portanto, o primeiro capítulo da presente dissertação foi construído buscando trazer uma visão sobre o background de conhecimento do povo chinês, que viria a basear a visão de mundo do governo da China. Nomeia-se como capítulo teórico metodológico pois o autor Qin (2014) faz referência a dialética *Zhongyong* como uma ferramenta teórico-metodológica para se estudar sobre o comportamento internacional da China.

Com base na metodologia da dialética *Zhongyong*, existiria uma continuidade sobre a mudança na PE chinesa, que seria formada tanto por uma postura mais pacífica, quanto por uma postura mais assertiva. Pautando que esta complementariedade entre os dois extremos, se tornariam o todo do legado da política externa aqui, analisado aqui através da retórica de ascensão pacífica. Metodologia esta que vem a basear a Teoria da Relacionalidade, que pode ser vista no livro *A Relational Theory of World Politics*, publicado por Qin em 2018. Seguindo esta linha de raciocínio, Zhao publicou um livro em 2021, intitulado *All under Heave: The Tianxia System for a possible world order*, obra na qual o autor aponta sobre o uso do *tianxia* como abordagem metodológica para estudar a relação da história, com instituições e a ordem política na China.

Após compreender sobre qual a base histórica e cultural que baseia o pensamento chinês sobre política externa, inicia-se a construção dos dois capítulos históricos, no quais as estratégias de política externa destes líderes e seus discursos e documentos oficiais, serão analisados sob a abordagem teórico-metodológica da dialética *zhongyong* e do *tianxia* para compreendermos se há uma continuidade das estratégias maoístas, na PE de Xi Jinping. A construção do capítulo 2 foi pautada ao entorno da história da política externa de Mao Zedong e foi dividido em três partes, além da introdução. O tópico 2.1, voltado para a história da PE chinesa ao longo do governo maoísta, de 1949 a 1976; 2.2 sobre o pensamento maoísta e a formulação das estratégias de PE; e 2.3 abordando sobre a criação do debate da ascensão pacífica, durante este período de governo. Por meio da conclusão sobre o capítulo 2, será possível compreender para além das linhas gerais da PE do período, e aprofundarmo-nos sobre as narrativas e o *background* de conhecimento e cultural que pautou o pensamento de Mao Zedong para a construção da PE chinesa. Desta forma, fornecendo o conhecimento necessário para investigar sobre a influência do legado maoísta na PE de Xi Jinping, ao longo da retórica de ascensão e desenvolvimento pacífico.

O capítulo 3 foi construído ao longo de um período histórico mais abrangente, para cumprir com duas necessidades da pesquisa: a primeira, de conhecer a evolução da retórica de ascensão e desenvolvimento pacífico, que perpassou durante todos os líderes chineses até chegarmos em Xi Jinping; a segunda, de a partir do conhecimento sobre a retórica desde o período maoísta, de aprofundar o estudo mais delimitado e direcionado a PE de Xi Jinping investigarmos sobre qual o papel que essa retórica e esse legado maoísta ocupam da estratégia de Xi Jinping focada na ascensão da China como potência.

Ao considerar que a dissertação buscou realizar um estudo sobre as influências da PE do primeiro líder chinês, Mao Zedong, na PE chinesa no século XXI, propõe-se o uso do método histórico. Utilizar-se-á da abordagem de pesquisa qualitativa de fontes oficiais do governo chinês, incluindo os discursos dos líderes. Sendo estas fontes as variáveis principais a serem analisadas durante o capítulo sobre os governos dos líderes, correspondentes aos capítulos 2 e 3. No entanto, sem excluir as variáveis históricas que foram de suma importância para o desenvolver da PE de Mao Zedong e Xi Jinping.

Como conclusões preliminares da presente dissertação, foi possível observar que existem desenvolvimentos teóricos-metodológicos da academia chinesa de Relações Internacionais (RI) que trazem uma visão mais aproximada ao background de conhecimento, podendo ser entendido como a “visão de mundo”, que se constitui como base da história e cultura milenar da China. Ao escrever o capítulo sobre a PE de Mao Zedong, foi possível concluir brevemente que estes desenvolvimentos teóricos-metodológicos estão conectados e alinhados ao pensamento chinês sobre PE, principalmente se considerarmos a retórica que dita sobre os Cinco Princípios da Coexistências Pacíficas, que são: o respeito mútuo a soberania e à integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos um do outro, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica.

Assim como as RI desenvolvidas pela China ao longo do governo maoísta, também se demonstram conectadas com o pensamento milenar chinês. Ao fim, no capítulo sobre a PE de Xi Jinping, ao analisar os principais focos da PE e os documentos e discursos oficiais do líder, notou-se que o argumento/hipótese foi reforçado, pois estes textos fazem referências diretas a retórica de ascensão pacífica, que podem ser analisados através dos desenvolvimentos teóricos metodológicos de Qin e Zhao.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A RETÓRICA DA ASCENSÃO PACÍFICA

Para introduzir a temática do presente capítulo faz-se necessário ressaltar sobre alguns eventos que foram cruciais no processo histórico entre o enfraquecimento da hegemonia dos EUA e a ascensão chinesa. Desde a década de 1970, os EUA começaram a dar sinais de enfraquecimento de seu poder hegemônico, podendo citar eventos como a perda da Guerra do Vietnã, seguida de um endividamento do Estado para pagar seus custos e em paralelo, ocorria uma aproximação com a China, ainda no governo de Nixon nas negociações de Kissinger com Zhou Enlai e Mao Zedong. Desta forma, com a ajuda dos EUA, a China passou a ocupar o assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ARRIGHI, 2008; KISSINGER, 2011). Nas décadas seguintes, os EUA sofreram com as crises do petróleo, desvalorização do dólar e em 2001, com os atentados de 11 de setembro. A partir deste contexto, a política dos EUA se voltou para investidas no Iraque como reação aos atentados, o que acabou culminando em uma enorme crise financeira em 2008 (WALLERSTEIN, 2004; HOBBSAWM, 2007; ARRIGHI, 2008).

Enquanto, ao final da década de 1970, a China estava sedentarizando seu poder internacional, começando a fazer parte do sistema ONU. Através das reformas promovidas por Deng Xiaoping em 1978, a China passou a se integrar mais a economia do sistema internacional, contando com incentivos por parte do governo, através da criação de Zonas Econômicas Especiais e, perto no início dos anos 2000, o *Going Global*, para incentivar a internacionalização das indústrias nacionais e possibilitar o aumento do investimento estrangeiro direto. Conforme cita Arrighi (2008, p. 287) “a consequência mais importante e não intencional da aventura iraquiana (dos EUA) foi a consolidação da tendência de recentralização da economia global na Ásia oriental, e dentro desta, na China”.

Segundo dados trazidos por Pedro Antonio Vieira (2022), a China passou de um status de pobreza e de desestabilização econômica até meado dos anos 1970, para o *status* de maior economia do mundo, com um Produto Nacional Bruto de 14.28 trilhões e uma renda *per capita* de 10.390 dólares, no ano de 2019; representando 18,7% do PIB mundial em 2018, contrastando com os 4% de participação em 1990; “o país tirou 800 milhões de pessoas da pobreza desde que começou o processo de reformas e abertura em 1978” (Banco Mundial, 2018 apud VIEIRA, 2022, p. 198).

Desde a abertura econômica promovida pelo governo de Deng Xiaoping (1978-92), intensificada na primeira década dos anos 2000 por Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao

(2003-13), a China passou a chamar atenção devido a seu rápido desenvolvimento econômico, o que acabou por popularizar o debate sobre a forma de desenvolvimento pacífico que a China iria promover. Segundo Qin Yaqing (2011, p. 245), “no final da década de 1990, já existia um argumento no Ocidente de que a China ameaçaria a ordem do mercado internacional na medida que seu poder crescesse”. Apesar da realidade revolucionária do governo maoísta, a China desde então trouxe em sua diplomacia os princípios de um desenvolvimento pacífico e não intervencionista (XI, 2014, p. 37).

A partir de 2009 surgiram discussões quanto a uma mudança de postura no comportamento e estratégia internacional da China. Qin (2014) aponta que as análises passaram a enxergar a China com um discurso assertivo, afirmando que o país teria abandonado o perfil mais discreto “*taoguangyanghui*”, do inglês *Keeping a low profile* (KLP), conduzido através da retórica de ascensão pacífica, para uma postura mais assertiva “*fengfatouwei*”, do inglês *Striving for achievements* (SFA), que tornaria a relação China-EUA mais competitiva. Estes debates ocorrem principalmente na China e nos EUA, contendo variações sobre a forma de análise e as ações que seriam tomadas para seguir esta nova estratégia. Essa lógica seguiria um pensamento dicotômico, afirmando que a China poderia seguir com apenas uma das duas estratégias (QIN, 2014).

O discurso de uma “China assertiva” foi intensificado pela mudança de liderança do país no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista (PCCh) de 2012, quando o novo líder passou a tomar uma postura mais voltada para a conquista dos interesses de Estado em meio ao sistema internacional, postura essa conhecida como: *fenfayouuwei*, a SFA. Na ocasião, Xi Jinping foi escolhido como o novo Secretário Geral do PCCh, vindo a tomar posse no início de 2013. A partir da troca de liderança, as análises políticas mundo a fora sobre a China passaram a focar nas estratégias internacionais que estavam sendo desenvolvidas pela nova liderança. Enquanto grande parte do debate desenvolvido na China, era voltado para a compreensão do porquê a estratégia do KLP poderia ser posta de lado com a mudança de governo e como esta nova postura, da SFA, passaria a afetar a Política Externa (PE) chinesa, “refletindo em políticas novas e mais assertivas, que iriam contra as implementadas anteriormente” (QIN, 2014).

A possibilidade de um desenvolvimento pacífico passou a ser questionado por alguns autores ocidentais devido a rápida ascensão da China, através de obras como *The Coming Conflict with China* de Bernstein e Munro (1998), *Clash of Civilizations*, de Samuel Huntington (1993) e *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), de John Mearsheimer (2001) (apud QIN, 2011, p. 245). Glaser e Medeiros (2007, p. 246) argumentam que as visões do Ocidente, principalmente entre analistas e funcionários de governo “variavam entre a tese da ‘ameaça da

China’, vendo o país como um potencial Estado revisionista e um concorrente em potencial do domínio americano na Ásia”. Em suma, o debate pairava sobre o fato de que “um país tão diferente ideologicamente, politicamente e culturalmente [...] seria mais provável de desafiar a liderança dos EUA e constituir uma perigosa força desestabilizadora no sistema internacional” (QIN, 2011, p. 246).

Qin traz uma breve revisão bibliográfica, de materiais em inglês, para analisar a opinião acadêmica sobre o discurso da assertividade chinesa, do inglês *assertive meme*. O autor traz análises dos seguintes autores: Alastair Johnston (2013), Manning e Garrett (2013), David Shambaugh (2011), Michael Yahuda (2012), Stephen Walt (não datado), Bjorn Jerden (2014) e Elizabeth Economy (2010). Segundo Johnston (2013 apud QIN, 2014), a partir de 2008, um discurso sobre a “assertividade chinesa” foi ganhando força nos estudos acadêmicos e publicações em periódicos num geral. Muitos destes estudos colocavam que a crise financeira de 2008-2009 e o enfraquecimento dos EUA refletiram na PE chinesa como uma oportunidade para o país se tornar mais assertivo, buscando realizar seus interesses nacionais. Este discurso de uma China assertiva foi disseminado nas mídias e nos ambientes acadêmicos, o que acabou por reforçar uma visão de um dilema de segurança e de uma China com bruscas mudanças em sua PE (JOHNSTON, 2013, p. 7).

David Shambaugh (2011 apud QIN, 2014) argumentava que com o abandono da estratégia pacífica entre o período de 2009 a 2010, a postura da PE chinesa se tornou mais assertiva e mais truculenta, dificultando as relações com seus principais parceiros, como o entorno do leste asiático, EUA e União Europeia. A ligação da postura assertiva na PE com a relação da China com os EUA, passou a ser mais frequente nas análises, resgatando ideais mais realistas de que a ascensão de uma nova potência poderia enfraquecer a potência hegemônica e criar uma disputa de poder. Michael Yahuda (2013 apud QIN, 2014, p. 297) argumentara que a mudança na estratégia de PE a partir de 2008, teria sido fruto de uma visão chinesa que enxergava os EUA como uma potência em crescente declínio.

Segundo Qin, estas análises sobre a assertividade da PE chinesa fomentam uma visão dicotômica na qual existiria um conflito iminente entre os EUA, como hegemonia e a China, como potência em ascensão que viria a desafiar a ordem internacional e estabelecer uma nova hegemonia (QIN, 2014, p. 296-297). O autor também chama atenção para o fato de que as discussões sobre as estratégias de KLP e SFA, foram de extrema importância para fomentar um debate sobre as mudanças e continuidades dentro da PE chinesa (QIN, 2014).

Contrapondo o argumento Ocidental sobre um conflito iminente, a China se manifestou em 2003, através de um discurso de Zheng Bijian, importante intelectual chinês ligado ao

governo, onde afirmava que continuariam a seguir o caminho de uma ascensão pacífica e prospera, diferenciando a ascensão chinesa do processo que outras potências tiveram, a exemplo de expansões violentas que resultaram em guerras sistêmicas pela hegemonia mundial (ZHENG, 2005; QIN, 2011, p. 246). Em uma edição da revista *Social Sciences in China*, os autores Yan, Qin e Ni (2004 apud QIN, 2011, p. 246) defenderam que ascender pacificamente não significaria renunciar à força militar, a China deveria estar militarmente preparada para possíveis conflitos. É importante ressaltar que este argumento sobre uma ascensão pacífica ser possível em um Estado militarmente preparado é utilizado em um texto de Qin (2014) sobre a dialética *Zhongyong*, que será abordada mais à frente no presente capítulo.

Faz-se necessário relembrar alguns fatos históricos sobre a criação da retórica da ascensão pacífica, que serão aprofundados ao longo dos próximos capítulos. A retórica é utilizada como parte da estratégia de PE do país desde o governo de Mao Zedong, primeiro governante da China como República Popular. Portanto, representa um legado para a PE chinesa desde a década de 1950, e foi popularizada para além do entorno asiático, por volta da virada do século XX para XXI, quando o país passou por um elevado desenvolvimento econômico. Além do legado na PE, a retórica sobre influências desenvolvimentos políticos-filosóficos da China Imperial, como o *Tianxia* e a dialética *zhongyong*, que fortalecem o argumento chinês sobre a possibilidade de uma ascensão e desenvolvimento pacíficos, sem que haja a necessidade de invadir militarmente outros territórios, assim respeitando a soberania dos Estados.

Qin (2014; 2020) desenvolveu o argumento de que a tradição sobre uma ascensão e um desenvolvimento pacífico, é baseada em um background de conhecimento que representa a visão de mundo que a China como civilização milenar desenvolveu ao longo de seus mais de quatro mil anos de existência. Partindo deste argumento, o autor coloca o *Tianxia* como “um sistema implementado no *background* de conhecimento da China” (ZHAO, 2016 apud QIN, 2020, p. 12), assim como a dialética *zhongyong* (QIN, 2014; QIN, 2020). O conceito de *Tianxia*, que pode ser traduzido como “*All-under-heaven*”, é datado de mais de três mil anos atrás. Autores como Qin Yaqing (2012, 2007) e Zhao Tingyang enxergam o *Tianxia* como uma filosofia política e um possível sistema de governo, que faz parte da cultura e do background de conhecimento da China. Portanto, interferiria na forma como a China age e enxerga a política mundial.

O conceito em si nos remete ao “*All-under heaven*”, traduzindo a expressão para tudo sob o céu, no sentido de interpretar como um sistema político, uma unidade global, tendo um mandato dos céus para governar (ZHAO, 2009; 2015; 2021; QIN, 2011, p. 251). Pode-se

interpretar como uma filosofia-política da China Imperial, com influências de filósofos chineses como Confúcio. Este dito mandato dos céus seria para governar o mundo como uma unidade política, internalizada em um sistema. Foi com base na antiga filosofia que foi desenvolvido o sistema tributário chinês, como forma de governo da dinastia Zhou para com as regiões vizinhas (ZHAO, 2009; 2015; 2021).

Em um livro editado por Qin, o autor Berry Buzan (2020, p. 60) propõe uma interessante comparação para demonstrar a importância em trazer os estudos que envolvem as Relações Internacionais (RI) da China, para uma ótica que se aproxime do background de conhecimento do país. Conforme o autor,

enquanto a história e a teoria política do Ocidente têm construído um pensamento sobre as RI mais voltado para a soberania, a territorialidade, a anarquia internacional, a guerra e a sociedade internacional, a história e a teoria política da China desenham um pensamento sobre as RI mais voltado para a unidade, a hierarquia, o *Tianxia* (all under heaven) e as relações do sistema tributário.

Na próxima subseção, serão apresentados resumos sobre a trajetória de pesquisa e as principais obras dos dois principais autores que foram escolhidos para compor o capítulo teórico-metodológico da presente dissertação: Qin Yaqing e Zhao Tingyang.

## 1.1 ANALISANDO CHINA PELAS ÓTICAS DE QIN YAQIN E ZHAO TINGYANG

### 1.1.1 Qin Yaqing

Ao adentrar os estudos sobre Relações Internacionais (RI) e Teoria das Relações Internacionais (TRI), buscando por uma perspectiva chinesa que se aproximasse das falas oficiais proferidas pelo governo do PCCh, o nome de Qin Yaqin apareceu com grande destaque, tido em algumas obras como um dos percussores dos estudos de TRI na China, trazendo para uma ótica chinesa (GRYDEHOJ; SU, 2022; BARBOSA, 2021; DERMIRER, 2019; QIN, 2020; MONTENEGRO, 2015; BUZAN; COX, 2013).

O grau de importância das contribuições de Qin para a presente dissertação, também se baseia no fato de o autor ocupar cargos no governo chinês, que são ligados ao Ministério das Relações Exteriores. Conforme informações publicadas no livro *Globalizing IR Theory* (2020), editado pelo autor, Qin Yaqing é professor de Estudos Internacionais na *China Foreign Affairs University*, que funciona tal qual um Instituto Rio Branco no Brasil, para a formação de diplomatas; é Vice-presidente Executivo da *China National Association for International*

*Studies*; além de ser Membro Associado da *Royal Academy of Belgium and Global Fellow at Oslo Peace Research Institute* (QIN, 2020, p. viii).

Qin (2020, p. viii) possui trabalhos publicados em revistas como:

*International Studies Review, The Chinese Journal of International Politics and International Relations of the Asia-Pacific*. Tendo publicado mais de 100 artigos científicos e 40 livros, incluindo *Global Governance: Rebuilding of Order in a Multiplex World* (2019), *A Relational Theory of World Politics* (2018), *Future in Retrospect: China's Diplomatic History Revisited* (2016) e *Power, Institutions, and Cultures* (2005).

Dentre as obras do autor, faz-se importante destacar o artigo de 2014, intitulado *Continuity through Change: Background Knowledge and China's International Strategy*, que serviu como principal referência para a construção da subseção “2.2 Qin Yaquin, a Dialética *Zhongyong* e a Relacionalidade”. A importância deste texto se dá por ser uma das primeiras obras de Qin a discorrer de forma mais sistêmica e metodológica sobre a dialética *Zhongyong* com ferramenta de pesquisa para estudar sobre o comportamento internacional da China como um todo, incluindo estratégias de política externa e relações com os demais Estados. Em suas obras mais recentes, Qin desenvolveu a teoria da relacionalidade utilizando da dialética *Zhongyong* como sua metodologia base (QIN, 2018; 2020). A teoria em questão hoje é tida com o potencial de se tornar uma Teoria Chinesa das Relações Internacionais.

### 1.1.2 Zhao Tingyang

Os estudos de Zhao Tingyang sobre o *Tianxia* para alguns autores, como Qin e Yan (2013), e Barbosa (2021), são considerados como um possível desenvolvimento de uma teoria chinesa sobre as RI, utilizando o conceito político filosófico como uma base para seu desenvolvimento teórico. Zhao (2006; 2009; 2015; 2021) dedicou suas pesquisas em um primeiro momento, no sistema tributário chinês da dinastia Zhou, como um limitado desenvolvimento do *Tianxia* como sistema político, que abordou soluções conjuntas em um sistema voltado para questões como economia e segurança coletiva no entorno chinês. Mas tardar, o autor passou a desenvolver sobre o *Tianxia* como uma metodologia que pauta pela compreensão do mundo como uma unidade política que busca pela internalização ao invés da externalização.

Zhao Tingyang é formado pela *Renmin University of China* e pela *Chinese Academy of Social Sciences*, ocupando hoje o cargo de professor no Instituto de Filosofia da *Chinese*

*Academy of Social Sciences*, atuando também como pesquisador associado na *Peking University Berggruen Research Institute*. Tem seu foco de pesquisa na teoria política da China, sendo mundialmente conhecido por seus trabalhos sobre o *Tianxia*. Segundo informações do site do *Berggruen Research Institute*,

sua teoria sobre o Sistema Tianxia (All-Under-Heaven), uma teoria sobre a ordem mundial, tenta transcender “o choque de civilizações” de Huntington’s, e apresenta uma alternativa à concepção kantiana de paz perpétua. Tendo publicado muitos livros, incluindo *The Tianxia System: Reimagining Visions of Global Order from the Past and for the Future*, e *The Whirlpool that Produced China: Stag Hunting on the Central Plains of China*.

Além das obras trazidas acima, é possível citar a publicação de inúmeros artigos científicos, tais como: *Redefining the concept of politics via “tianxia”: the problems, conditions and methodology* (2015); *A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia)* (2009); *Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’* (2006).

Para Gydehoj e Su (2022, p. 28) o trabalho de Zhao sobre o Tianxia é considerado uma das maiores escolas Chinesas de pensamento sobre as RI. Os autores apontam que a

A teoria da *tianxia* de Zhao baseia-se no trabalho de Ye Zicheng, que compara a RI ocidental com a antiga diplomacia chinesa. 12 Ye argumenta que o período de meados ao final da primavera e outono (770-476 aC) e o período subsequente dos Reinos Combatentes (475-221 aC) foram caracterizados pela interação entre estados soberanos. Esses estados possuíam poder político independente, demarcações territoriais claras e divisões populacionais, o direito de realizar assuntos internos e externos de forma independente e normas compartilhadas para relações interestaduais.

## 1.2 QIN YAQIN, A DIALÉTICA ZHONGYONG E A RELACIONALIDADE

Como foi possível observar ao longo da introdução e do presente capítulo, o desenvolvimento teórico-metodológico de Qin Yaqing é embasado na aplicação da dialética *Zhonyong* para análises sobre a política interacional contemporânea. A Teoria da Relacionalidade, desenvolvida mais tardar pelo autor, “usa a dialética chinesa *Zhonyong* como um sistema epistemológico e acredita que a relação yin-yang é a meta que deve representar todas as relações do universo”. Cabendo ressaltar aqui que esta relação yin-yang é considerada como a complementariedade, a relacionalidade entre os dois extremos, que formariam uma perfeita harmonia. Traduzindo para os objetos de pesquisa da presente dissertação: a dialética *Zhonyong* pressupõe que a harmonia perfeita na retórica de ascensão pacífica seria um complementariedade entre uma China mais pacífica e uma China mais assertiva.

Além destes elementos, outro de suma importância para a dialética é o conceito de background de conhecimento, que seria como uma visão de mundo, construída através da história e da cultura de um determinado povo. O termo background de conhecimento, também traduzido como conhecimento prévio, segundo Adler e Poulait (apud QIN, 2014, p. 289)

consiste principalmente em expectativas e disposições intersubjetivas, que podem ser compreendidas apenas quando incorporadas na prática”, chamando atenção para como as ações de indivíduos e grupos e suas interações, representam simbolicamente uma realidade e criam expectativas de um futuro dentro de um pano de fundo interpretativo e dominante, que definiria os termos dessas interações, um horizonte de possibilidades e proveria um background de conhecimento de expectativas, disposições, habilidades técnicas e rituais que são base para a constituição de práticas e de suas fronteiras.

Um dos principais objetivos desta análise feita por Qin, era demonstrar como esses debates em torno da assertividade chinesa seguiam uma lógica dicotômica, de um background ocidental, de uma dialética hegeliana, baseada em dois polos opostos e não complementares. Qin afirma que essa lógica dicotômica entre as duas estratégias poderia gerar desencontros de informações sobre a política externa e o comportamento internacional da China, trazendo assim, um ponto de vista que não condiz com a forma com que a China pensa sua política externa (QIN, 2014, p. 287). Enquanto o background de conhecimento da China teria sido construído em uma lógica de complementariedade e não exclusão, sendo a dialética Zhongyong um importante componente desse background. Uma dialética milenar, que segue a lógica da continuidade sobre a mudança, desta forma, enxergando a política externa chinesa como um todo, que é construído pela complementariedade entre as estratégias (QIN, 2014, p. 290).

Aqui faz-se importante trazer uma referência direta ao texto de Qin (2014, p. 292) sobre como o autor define a dialética:

*Zhongyong* é originalmente definida do seguinte modo: ‘antes dos sentimentos de prazer, raiva, tristeza e alegria serem despertados, é chamado de centralidade. Quando os sentimentos despertam e cada um e todos atingem uma medida devida e um grau, é chamado de harmonia. Centralidade é a grande base do mundo e a harmonia é o seu caminho universal. Cultivar centralidade e harmonia com meticulosidade é o caminho para trazer o céu e a terra para o seu devido lugar e todas as coisas ao seu devido estado de nutrição e saúde. Centralidade ou meio termo, e harmonia ou relação de complementariedade entre dois opostos, são os dois conceitos mais importantes nesta definição. Em adicional, eu argumento enfaticamente que atingir uma medida e um grau de pensamento e ação, talvez seja a forma mais elevada de sabedoria, bem como a coisa mais difícil de alcançar para tomadores de decisão. É fácil chegar ao extremo irracional, sem um hábil domínio da devida medida e grau<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A conceituação feita pelo autor foi realizada com base na obra “An insight of Chung-yung”, de Tu Wei Ming (2012) e faz referência aos seguintes textos citados na obra: “The Doctrine of the Mean” na tradução de James

Após a referência ao que Qin (2014) descreve como a dialética *Zhongyong*, também conhecida como “A doutrina do meio” de Confúcio, podemos compreender que a estrutura da dialética possui os conceitos de centralidade e harmonia como pontos principais para definir essa ideia de complementaridade, que segundo o autor, definem a forma como os chineses pensam. É claro que não se pode romantizar a obra e enxergar esta dialética como a única forma de pensar existente na China. Todavia, se pode interpretar que o autor trouxe a dialética desta forma pois é uma filosofia que faz parte do confucionismo, que, portanto, é muito presente na China e se coloca como de suma importância para interpretarmos a forma como essa dialética influenciou na construção da P.E chinesa e da retórica ao entorno da ascensão pacífica. De modo infelizmente, não há espaço suficiente na presente dissertação para um aprofundamento sobre a doutrina em si, mas fica a indicação para conhecer as obras clássicas de Confúcio, tais como a “Doctrine of the Mean”, também conhecida como a filosofia do *yin* e *yang*, que pode ser encontrada em diversas traduções e livros sobre filosofia chinesa.

A principal diferença entre as visões é que a dialética chinesa se estrutura em uma lógica não dicotômica, mas sim correlativa, trazendo uma relacionalidade e complementaridade entre os componentes, através dos conceitos de centralidade e harmonia. Qin usa a dialética chinesa *Zhongyong* como metodologia para sua teoria da relacionalidade, que hoje é tida como uma construção teórica que pode vir a representar uma TRI propriamente chinesa. Pode vir a representar pois ainda não há um debate conclusivo sobre a existência ou não de uma teoria propriamente chinesa sobre as RI. Além do desenvolvimento teórico de Qin sobre a relacionalidade, os escritos de Zhao sobre o *Tianxia* também são vistos como um possível desenvolvimento de uma TRI chinesa e que trazem pontos em comum, tais como a questão da construção de uma harmonia.

Concluindo o argumento de Qin (2014) sobre a importância da dialética *Zhongyong* para compreendermos a estratégia internacional da China, o autor coloca que essa relação de complementaridade não quer dizer que não haverá situações de conflitos, afirmando que o comportamento e a estratégia internacional da China seguem uma lógica de complementariedade entre o KLP e SFA. “De fato, no processo inicial o conflito é visto em todos os lugares, mas a natureza primária do relacionamento entre os dois, o *yin* e *yang*, o que eu defino como meta-relacionamento ou a relação de relacionamentos, é a harmonia em vez do conflito” (QIN, 2014, p. 293). Aqui o autor quer dizer que a essência em sua centralidade será

---

Legge; “Central Harmony” de Gu Hongming; e “Unwobbling pivot” de Ezra Pound (Qin não especificou as datas das obras).

harmoniosa, porém esse fato não exclui que a China tenha posturas mais assertivas em sua política externa, principalmente ao considerarmos o fato de que a dialética condiz com uma continuidade sobre a mudança na estratégia internacional da China. De forma que as estratégias ao entorno da PE chinesa passaram e passarão por fases de pacificidade e fases de assertividade que constituem uma relação complementar entre si.

Apesar destes pontos, o autor ressalta que o debate entre a KLP e SFA foi de suma importância para suscitar uma observação da continuidade sobre a mudança, através desta lógica de uma “assertividade chinesa”, fazendo-nos questionar sobre “como percebemos e concebemos a continuidade e a mudança na vida humana. Uma pergunta sobre visões de mundo, sobre formas de pensar e fazer e sobre práticas e comunidades culturais” (QIN, p. 302, 2014).

Diante disso, o autor traz quatro pontos conclusivos sobre o debate para embasar as análises empíricas que realizou, com o objetivo de ilustrar este processo de continuidade sobre a mudança,

Primeiro, há evidências de continuidades e mudanças na política externa da China ao passar dos anos. Continuidade e mudança existem como dois elementos de um todo, que são interativos e inseparáveis. Por exemplo, a KLP ascendeu conjuntamente com a SFA, e as duas estratégias até se tornaram um par que se complementa em vez de competir um com o outro [...]. Segundo, continuidade e mudança são mutualmente inclusivas. De acordo com a dialética, os dois opostos estão presentes, e um rompimento repentino e abrupto entre eles, como a chamada “virada estridente” de um para o outro, portanto, não é viável, nem possível. Mesmo quando é necessário enfatizar um, é natural expressá-lo como ‘mantenha-se no KLP e seja mais ativo na SFA’ para ilustrar o entendimento que eles são mutuamente inclusivos e não contraditórios. Terceiro, a mais viável e talvez mais efetiva estratégia internacional da China é a harmonia das duas – KLP e SFA – para manter um balanço apropriado entre elas, e para criar um meio termo apropriado e criativo. O meio termo não quer dizer a média matemática, mas sim a manobra mais adequada dentro de um alcance não extremo. Em quarto lugar, a dialética chinesa enfatiza o devido grau e medida, que talvez seja a parte mais difícil da implementação e do desenho estratégico [...]. Para a estratégia internacional da China, a questão é aonde e como manter o perfil baixo, e aonde e como ser mais proativa em relação às conquistas (QIN, 2014, p.302-303).

Estes quatro pontos serão utilizados como base teórica para o desenvolvimento dos capítulos 2 e 3 que irão analisar se há uma continuidade histórica presente nas políticas externa de Mao Zedong e Xi Jinping. Qin (2014, p. 302) não apresenta uma data específica para quando estas estratégias foram criadas, portanto, ao considerarmos que o presente trabalho investiga a possibilidade de uma continuidade histórica desde o governo de Mao Zedong, este período em questão será dado como o início das estratégias de KLP e SFA na condução da PE chinesa.

Vale ressaltar que o autor realizou análises mais pontuais de discursos de Xi Jinping e de seu Ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, buscando “ilustrar o traço característico da

estratégia internacional da China, de continuidade sobre a mudança”. Estas análises, que serão apresentadas a seguir, representam um olhar mais delimitado sobre a política externa chinesa, com foco na transição para o governo de Xi Jinping, nos deixando assim uma lacuna sobre o início das estratégias estudadas e sobre o histórico da política externa chinesa, para então compararmos se de fato existe uma continuidade histórica na estratégia internacional da China.

No presente trabalho, pretender-se-á preencher parte dessa lacuna, utilizando-se dos fundamentos teóricos e filosóficos de Qin sobre a dialética *Zhongyong*, para investigar se há uma continuidade histórica entre os governos de Mao Zedong e Xi Jinping, no quesito política externa.

Qin (2014) faz um estudo dividido em três partes, nas quais busca os períodos considerados como de continuidades, de mudanças e sobre como podemos enxergar a continuidade sobre a mudança. Inicialmente é possível observar que um dos aspectos que mais representa a continuidade é o fato de a China sempre manter atrelado objetivos de desenvolvimento econômico e manter a paz e a estabilidade no ambiente internacional, trabalhando a política nacional e internacional de maneira conjunta. No início do governo de Xi Jinping em 2013, essa postura pode ser vista através das metas de dobrar o PIB (Produto Interno Bruto) e aumentar a urbanização; da construção de um “um país socialista moderno de prosperidade, democracia, civilidade e harmonia até 2050” (XINHUA, 2013 apud QIN, 2014, p. 303).

O desenvolvimento econômico seria a única maneira de “melhorar o bem-estar das pessoas e assegurar uma sociedade harmônica e estável” (QIN, 2014, p. 303), ressaltando também que em 2012, o 18º Congresso do Partido “reiterou o desenvolvimento econômico como o objetivo estratégico mais importante e a principal prioridade da estratégia chinesa” (QIN, 2014, p. 304). Neste aspecto, a estratégia internacional da China é vista como um suporte para o desenvolvimento do país como um todo. A exemplo, é possível citar a Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), que além dar continuidade ao objetivo do desenvolvimento econômico (QIN, 2014), é um dos projetos mais importantes dentro da política externa de Xi Jinping, que engloba estratégias para o crescimento econômico e para o aumento da influência da China como potência global.

Aqui vale ressaltar que a filosofia da BRI é guiada pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, que podem ser lidos no espectro da estratégia de uma China mais pacífica. Todavia, essa pacificidade nas estratégias não nos remeteria ao KLP, pois é um projeto que coloca a cooperação sob a liderança da China em destaque. O Ministro das Relações Exteriores de Xi Jinping, Wang Yi (2013-) fortaleceu o discurso sobre o desenvolvimento

pacífico, afirmando que a estratégia é necessária e de extrema importância para o próprio desenvolvimento da China (WANG, 2014 apud QIN, 2014, p. 305). Aqui pode-se observar uma continuidade que viria a seguir nos discursos de Xi Jinping, citando o desenvolvimento pacífico (QIN, 2014, p. 305).

Sobre o início do governo de Xi Jinping, o autor afirma que “é razoável argumentar que a continuidade é a orientação principal e a tendência dominante no que diz respeito aos objetivos da estratégia internacional da China” (QIN, 2014, p. 305). Neste sentido, o designer geral da estratégia seria voltado para a construção das relações da China com outros países. A estratégia coloca “as maiores potências como chave, os países vizinhos como prioridade, os países em desenvolvimento como fundamentais, e as organizações multilaterais como uma importante plataforma”. Este desenho estratégico foi delimitado no 18º Congresso do Partido, em 2012 e desde então foi usado como base para desenvolver o comportamento internacional da China e a política externa de Xi Jinping.

Qin conceitualiza o termo “políticas estratégicas” como os meios para alcançar metas e objetivos estratégicos, sendo estes a criação e a manutenção de um ambiente internacional favorável para o desenvolvimento doméstico. Deste ponto de vista, a relação da China com os EUA acaba sendo vista como de suma importância para alcançar o objetivo de manter um ambiente internacional favorável. As relações entre os dois países há um tempo influencia o sistema internacional, devido a dimensão destes como potências, e continuam sendo essenciais para a manutenção de um ambiente internacional estável. Esta busca do governo chinês por uma relação saudável com os EUA não quer dizer que será uma relação submissa e sem ganhos para a China. De fato, existiram conflitos entre os dois países, mas não em um jogo de soma zero, onde a China enfrentaria belicamente os EUA para alcançar o local de *hegemon*.

Outro ponto importante a ser destacado sobre a estratégia chinesa é a priorização de uma política externa pacífica e independente. O conceito de independência voltado para a questão sobre a China construir sua posição e seu comportamento internacional, classificando assim em uma política de não-alinhamento a fim de priorizar os interesses da China. Existindo sim relações de aliança mais próximos, a exemplo de posições conjuntas com a Rússia na ONU, mas que não se estendem a uma aliança militar (QIN, 2014, p. 308). Além deste, se pode citar a continuidade da diplomacia para o desenvolvimento econômico, que pode ser vista através do rápido desenvolvimento econômico chinês nas últimas décadas e da crescente influência da China para com seus vizinhos, no intuito de diminuir a dependência econômica dos EUA na região. Qin (2014, p. 308) reafirma que “a China continuará usando instrumentos econômicos,

como recursos que ainda são considerados como vantagem comparativa do país na aplicação de sua estratégia internacional”.

Para além das continuidades, o autor traz a importância de observarmos as mudanças que ocorreram durante este processo, lembrando que para a metodologia do *zhongyong*, mudança e continuidade ocorreram simultaneamente, fazendo parte de um todo. Qin (2014, p. 309) trabalha com a hipótese de que a partir de 2010, houve uma mudança de comportamento que colocava mais em foco o interesse nacional, concordando assim com os discursos sobre uma China mais assertiva, porém dispensando a lógica dicotômica do argumento. Em 2010, o conselheiro de Estado para as relações exteriores, Dai Bingguo, declarou no artigo *Adhering to the Peaceful Development*, que em sua visão o interesse nacional da China seria formado por três pilares: a estabilidade política da China e do sistema socialista; soberania, segurança e integração territorial; sustentar o desenvolvimento social e econômico da China (DAI, 2010 apud QIN, 2014, p. 309).

Estes pilares coincidem com o documento oficial publicado em 2011, *China's Peaceful Development*, sobre os interesses nacionais. O documento definiria o interesse nacional em três pilares: segurança, soberania e desenvolvimento. “Vistos como uma trindade relacionada, na qual a segurança do Estado e o sistema político são o elo fundamental para manter a soberania e o desenvolvimento, e os outros dois constituindo fatores fundamentais e indispensáveis (QIN, 2014, p. 309). A segurança então seria o aspecto mais importante para o designer da estratégia internacional da China, enquanto soberania e desenvolvimento seriam fatores cruciais para a manutenção da legitimidade do Estado chinês e de seu sistema político (QIN, 2014, p. 309). Este modelo de desenvolvimento, se aproxima muito com os interesses nacionais da política externa maoísta, principalmente ao considerarmos o grande foco na segurança nacional e no trabalho conjunto entre soberania e desenvolvimento, para a manutenção dessa segurança e da integridade territorial do país (YAHUDA, 1983; TSOU, HALPERIN, 1965).

Apesar da continuidade histórica do quesito estratégia internacional que pode ser vista desde o período maoísta (YAHUDA, 1983), os objetivos de desenvolvimento econômico a partir de 1970, passaram a assumir um caráter diferente, mais voltados para o enriquecimento do país e buscando cumprir as necessidades mínimas para seu povo, pois o país se encontrava em um estágio economicamente desestabilizado (QIN, 2014; YAHUDA, 1983). O desenvolvimento econômico se tornou então central para a legitimação do sistema político chinês, tendo uma crescente ascensão desde 1970, representando a segunda maior economia do mundo (QIN, 2014).

Esse forte discurso sobre a soberania é enfatizado na resolução do 18º Congresso do Partido e em falas do presidente Xi Jinping (não datado *apud* QIN, 2014, p. 310), sobre o posicionamento chinês em não sacrificar seus interesses nacionais, seguindo o desenvolvimento pacífico e focando na segurança e soberania para a manutenção do Estado. Dizendo que, apesar de parte de sua estratégia ser voltada para a paz, não deixariam de exercer a soberania em sua política interna e externa (QIN, 2014, p. 310). Qin (2014) cita que conforme estaria aumentando o desenvolvimento econômico, o país sentiria uma necessidade maior em exercer sua soberania, principalmente a partir de quando a opinião pública, a partir dos anos 2010, passaria a criticar a China por ter uma postura muito branda quanto em questões envolvendo sua soberania, como em disputas territoriais com o Japão. Desta forma, o autor concluiu que o surgimento deste debate público fez com que a soberania se tornasse “um critério para testar o grau de legitimidade do Estado e do sistema político da China” (QIN, 2014, p. 311).

Vale ressaltar que a questão da soberania sempre teve um papel crucial no governo de Mao Zedong, tanto para a integridade territorial, quanto para com as relações internacionais da China (KISSINGER, 2011; KHAN, 2018; TSOU, HALPERIN, 1965). Ainda sobre a soberania, Qin (2014, p. 311) parece concordar em certa medida com a retórica de uma China mais assertiva a partir da transição de governo. Como visto anterior, o autor traz comparações de narrativas sobre a temática, que apontam para a retórica de uma estratégia mais assertiva a partir da mudança de governo, principalmente nas relações com os EUA, afirmando que conforme os EUA foram alianças militares ao entorno da Ásia, o governo chinês passou a ter uma postura mais assertiva, no intuito de manter a paz e a estabilidade da região (QIN, 2014, p. 311).

Qin então conclui seu pensamento afirmando que “embora a continuidade domine o designer da estratégia geral dos objetivos, também ocorreram mudanças”, que podem ser enxergadas através das mudanças no núcleo dos interesses nacionais, dadas pelo autor a partir do documento sobre a ascensão pacífica em 2011. “A estratégia internacional geral da China continua, mas os três interesses nacionais centrais servirão de medida para determinar se a China irá ou não se tornar mais dura e mais decidida” (QIN, 2011, p. 311). Como dito anteriormente, as conclusões de Qin (2014) sobre o tema não necessariamente refletem as conclusões da presente dissertação, porém sua análise empírica serve como base analítica para aprofundar a pesquisa sobre continuidades e mudanças na política externa chinesa. Valendo também ressaltar que a metodologia do *zhongyong*, que reflete sobre a complementaridade entre as estratégias pacíficas e assertivas, é utilizada como base teórica para analisar as mudanças e continuidades através dos governos de Mao Zedong (1949-1976) e Xi Jinping (2013-).

O artigo utilizado como parte do marco teórico foi publicado em 2014, todavia o autor continuou os estudos sobre as estratégias e o comportamento internacional da China e criou a teoria relacional, que utiliza a dialética *zhongyong* como metodologia de trabalho. No livro “*A Relational Theory of World*”, publicado em 2018, o autor discorre sobre um esforço teórico em reinterpretar a política mundial, através da cultura e filosofia chinesa. A obra se tornou de extrema importância para o desenvolvimento de TRIs com uma visão chinesa, principalmente ao considerar que Qin Yaqing é um dos precursores dos estudos sobre TRI na China, e que ocupa um papel de liderança em instituições chinesas de estudo e prática da diplomacia (QIN, 2018, p. 5).

O estudo sobre a cultura é o ponto central do autor para a construção teórica, Qin coloca a cultura de uma comunidade como o fator que constrói o background de conhecimento. E este background seria o que provê diferentes pontos de vista sobre fenômenos sociais, possibilitando um olhar mais inovador sobre a teorização social. Assim como propõe o autor, em trazer uma reinterpretação e diferentes pontos de vista sobre a política mundial, “através de uma cultura não ocidental, ainda pouco explorada” (QIN, 2018, p. 17-18). Seguindo este raciocínio, o autor irá trabalhar a relacionalidade como um conceito chave.

Para o autor, a relacionalidade seria parte do background de conhecimento da cultura chinesa, assim como a racionalidade é para o Ocidente, trazendo um contraste na mudança de foco, das ações individuais dos atores (racional) para as relações construídas entre estes indivíduos (relacional) e trabalhando com a ideia de que estas relações criam a identidade destes atores (QIN, 2018, p. 5). A relacionalidade é tida como um conceito chave dentro do estudo do autor, por “estar embebido na longa prática de comunidades confucionistas, enfatizada por pensadores chineses antigos, como Confúcio, Mencius, entre outros” (QIN, 2018, p. 19). Desta forma, a sociedade chinesa é considerada como uma sociedade relacional, na qual o social é o nexos entre as relações, sendo um conceito ainda pouco explorado nos estudos sobre a política mundial (QIN, 2018, p. 19).

A relacionalidade se remete a dialética *Zhongyong* e a filosofia chinesa, devido a seu entendimento sobre a complementariedade e construção de relações complexas, “relações entre o céu, a terra, o humano e relações de todas as coisas sobre o sol” (QIN, 2018, p. 20). A dialética *zhongyong*, foi escolhida como metodologia teórica devido aos preceitos sobre o *yin* e *yang*, a relação entre eles e a busca pela harmonia (QIN, 2018, p. 20). A proposta teórica do autor portanto, se dedica a interpretar a política mundial pelo ângulo da relacionalidade, buscando também um aprofundamento dos estudos sobre as relações humanas (QIN, 2018, p. 28).

### 1.3 O SISTEMA *TIANXIA* E O LEGADO DA CHINA IMPERIAL NO SÉCULO XXI

Em 2021 foi publicada uma versão em inglês do livro *All under Heaven: The Tianxia System for a possible world order*, de Zhao Tingyang. Na obra, o autor traz que o *tianxia* pode ser usado como uma metodologia de pesquisa para compreender “espaços teóricos da história, instituições sociais e a ponto de redefinir o conceito de ordem política” (ZHAO, 2021, p. 7). O autor busca diferenciar o idealismo narrativo e o uso instrumental do *tianxia*, e para tanto, utiliza do método de “texto sintético”, que busca integrar disciplinas como ciência política, econômica, história, sociologia, entre outras, no intuito de um corpo completo de subcampos, “permitindo a que todas as várias perguntas sejam respondidas e que os domínios de conhecimento de todas as disciplinas possam ser trazidos para a explicação” (ZHAO, 2021, p. 8). Trazendo o estudo do *Tianxia* para o campo do método textual filosófico, o qual abrange os campos de história, política, economia, entre outros, na busca de conceituar o que é o *tianxia*. Desta forma, ao interpretarmos o *Tianxia* como uma teoria da política global, a análise deve ser feita enxergar o mundo como uma unidade política, formada por inúmeros campos (ZHAO, 2015), tal como no método do “texto sintético”.

Neste sentido, Zhao (2015, 2021) traz o *Tianxia* como uma filosofia política que se desenvolveu como um sistema tributário durante a Dinastia Zhou, que unificou as regiões em um governo centralizado, introduzindo uma perspectiva global sobre o “tudo sob o céu” (2009, p. 7). “A invenção de Zhou do ‘tudo sob o céu’ significa uma contrapartida chinesa sobre o começo de uma perspectiva mundial” (ZHAO, 2009, p. 7). Ao aplicar o *tianxia* como um sistema de governo para a unificação do território e a relação com o todo ao entorno do que hoje conhecemos como China, a dinastia Zhao promoveu importantes ideias sobre a política: “(1) soluções bem sucedidas de problemas globais devem vir de uma aceitação sistêmica universal e não sobre o uso da força; (2) um sistema universal é justificado se consistir em uma instituição política que beneficia as pessoas de todas as nações, e que produza um bem comum ao mundo; (3) um sistema universal funciona através da criação de uma harmonia entre todas as nações e culturas”, deste princípios, seria possível construir um sistema universal por meio do “tudo sob o céu” (2009, p. 8).

Através da Dinastia Zhou, foi implementado o sistema de Estados tributários, uma relação tida entre a China, que seria o líder legítimo do “tudo sob o céu” e seus suseranos, também chamados de sub-estados, ao entorno do território, realizando aqui uma relação de cooperação entre a China e seus vizinhos do entorno asiático. Neste sistema “o centro suserano desfrutou de sua autoridade em reconhecer a legitimidade dos sub-estados, mas nunca interferiu

a menos que um sub-estado declarasse guerra a outro membro da família do “tudo sob o céu”” (ZHAO, 2006, p. 34). A importância dada a experiência da dinastia Zhao com o sistema de estados tributários vem do fato de que o autor aponta que o sistema pode ser lido como uma experiência prática da aplicação do conceito de *tianxia* para a governança da China, e pautando as relações diplomáticas do país. “Sendo este o legado mais importante da ideia antiga sobre o *tianxia*” (ZHAO, 2021, p. 33).

O sistema tributário foi desenvolvido cerca de três mil anos atrás, funcionando como um mandato de liderança, permitindo a organização das finanças e da segurança regional, no entanto, sem infringir a soberania destes Estados. Segundo Zhao, o sistema tributário nos possibilitou a enxergar as formas práticas do *tianxia*, como uma forma de internalizar sistemas ao invés de internacionalizar. Essa discussão sobre a internalidade foi tomada como ponto de análise para o autor, ao desenvolver seus estudos sobre o *tianxia* (ZHAO, 2009; 2015; 2021). A relação de suserania era voltada para Estados que conhecemos hoje como o Tibete, a Mongólia e na região das Coreias. Não por coincidência, duas das regiões que ainda representam instabilidade nas fronteiras para com a China e são regiões foco na BRI, o Tibete e a Mongólia.

Zhao aponta que o sistema tributário da dinastia Zhou nos possibilitou a enxergar uma experiência em uma região limitada, que funcionava de forma a internalizar ao invés de externalizar, no sentido de que neste sistema, as questões sobre segurança e finanças eram internalizadas em um grande sistema, com um líder de “mandato celestial”, a China. “Sendo este o legado mais importante da ideia antiga sobre o *tianxia*” (Zhao, 2021, p. 33, tradução livre).

O autor considera o sistema tributário de suma importância para construir as relações de cooperação da China, ao longo dos milênios, funcionando como “uma política de separação controlada entre a China e outras comunidades que participam da ordem mundial chinesa” (ZHANG, Y., 1998, p.8). Estas observações trazidas pelos demais autores são de suma importância para interligarmos aos estudos que Zhao desenvolveu sobre a relação do *tianxia* com a necessidade de construirmos uma nova visão sobre a política mundial, assim como o próprio autor ressalta, “o sistema tributário tornou o conceito do *tianxia* como uma imagem que poderíamos ter do mundo futuro” (ZHAO, 2015, p. 2). Além disso, faz-se importante destacar que a sistematização do *tianxia* como esse governo legítimo do céu, que englobaria o mundo todo, se prende a questões teóricas e filosóficas no conceito, não correspondentes à realidade (ZHAO, 2015).

Deve-se focar então no *Tianxia* como uma metodologia proposta por Zhao, ao afirmar que o sistema funcionaria de forma a converter externalidades em internalidades (ZHAO, 2015). A metodologia desenvolvida por Zhao tem o intuito de demonstrar de que forma “o conceito pode ser usado para entender espaços teóricos da história, instituições sociais e ordem política, até o ponto de redefinir o conceito de ordem política” (ZHAO, 2021, p. 2) Neste desenvolvimento, considera-se a visão do “mundo como um ator político em uma ordem de coexistência” (ZHAO, 2015, p.2). Além disso, o autor dá ênfase que ao analisarmos o mundo através do *Tianxia*, devemos tomar os problemas de maneira global, como uma unidade, buscando resolvê-los de maneira conjunta (ZHAO, 2015, p.2).

A conexão que o autor propõe entre o *Tianxia* e a política global pode ser vista em seu esforço metodológico em propor uma reinterpretação do que entende-se como política dentro de um sistema global. De modo a interpretar o mundo como uma unidade política, parte de um sistema que propõe uma ordem de coexistência entre a unidade, propondo-se a enxergar a política mundial de uma forma diferente do que entende-se hoje como um Estado-nação moderno. Como forma de reforçar seu aparato metodológico, o autor afirma que “A globalização da economia e da tecnologia exige um processo sincronizado de globalização política para alcançar a “internalização do mundo”; apenas um mundo de internalidade, mas sem externalidade, poderia realmente resolver conflitos e estabelecer sistemas globais de segurança e cooperação” (ZHAO, 2015, p.1).

Além disso, Zhao também aborda sobre a importância de ter-se uma interpretação teórica metodológica que ofereça uma visão nova, afirmando que,

A bastante popular “teoria da ameaça da China” é uma expectativa estereotipada negativa que ainda está presa no conceito de império e nos conceitos políticos internacionais definidos pelo sistema de estados-nação e não consegue corresponder aos fatos da globalização. O imperialismo, o hegemonismo e o fundamento ontológico da política internacional estão desaparecendo, e o poder sistemático global e a política global estão se aproximando. Assim, a “teoria da ameaça da China” está fadada a ser uma profecia que falhará automaticamente, bem como um discurso político sem suporte teórico (ZHAO, 2015, p.2).

Ponto de extrema relevância trazido pelo autor para o desenvolvimento das análises propostas na presente dissertação, no sentido de não necessariamente provar um ponto isolado sobre a China ser bélica ou pacífica, em uma maneira dicotômica de pensar, mas sim mostrando que existem outros pontos de vistas, desenvolvimentos teóricos, metodológicos e afins, que nos possibilitam enxergar não somente a China mas a política mundial como um todo, através de

diferentes pontos de vista, sem carregar um juízo de valor sobre ser algo bom ou ruim, mas sim utilizado como uma ferramenta de análise.

Aqui também cabe observar que Zhao (2009; 2015; 2021), assim como Qin (2018; 2020), utilizam do conceito de relacionalidade como uma das bases mais importantes em seus estudos. Relembrando, enquanto Qin sugere sobre a relacionalidade entre a pacificidade e uma postura mais assertiva no comportamento internacional da China, Zhao (2015; 2021) apontaria por um caminho da relacionalidade acentuada por conta da globalização que, através do *tianxia*, buscaria por uma unidade política global, harmoniosa e pacífica, presando pela coexistência entre as unidades. O autor aponta que dentro de uma unidade política global, existiria uma relacionalidade racional como a base do princípio de coexistência, “dando prioridade para a minimização de riscos de ferir o outro”, ao fim ressaltando sobre a necessidade de redefinição do conceito de política através de estudos ontológicos sobre a coexistência e a relacionalidade racional, de forma a ampliar estes conceitos para a teoria do *Tianxia* (ZHAO, 2015, p. 1).

#### 1.4 DEBATE ENTRE AUTORES SOBRE AS ABORDAGENS DE QIN YAQING E ZHAO TINGYANG

A crítica que Qin Yaqing faz em seu artigo de 2014, sobre a visão dicotômica para pensar o comportamento internacional da China, defendendo o uso da dialética *Zhongyong* para pensar a relacionalidade de dois extremas como construindo um todo, conversa com as com os argumentos de Roxanne Lynn Doty, no livro *Imperial Encounters*, de 1996. Na obra, a autora traz o debate sobre as relações entre Norte e Sul global apontando que estas relações se caracterizam através,

do campo da política no qual as identidades dos povos, os Estados e as regiões são construídas através práticas representacionais. Pensando em termos de práticas representacionais, chama a atenção para uma economia de oposições binárias abstratas que utilizamos rotineiramente e que moldam o nosso pensamento. Desenvolvido/subdesenvolvido; “primeiro mundo”/”terceiro mundo”, centro/periferia, metrópole/satélites, industrialização avançada/ menos desenvolvida, moderno/tradicional, e Estados/quase-Estados são apenas alguns que vem a mente (DOTY, 1996, p. 2).

As contribuições de Doty (1996) na obra citada estão envoltas a um estudo crítico sobre a forma como os conhecimentos vindos do Norte global são tratados como uma verdade absoluta e acabam invalidando outras formas de pensar. As críticas da autora são direcionadas para o campo de estudo das relações internacionais (RI), que foi construído com base nas

representações do Norte, críticas estas que podemos interligar aos estudos de Zhao e Qin, quando os autores apontam sobre a importância de pensar a política internacional e o comportamento da China através de uma visão chinesa.

Grydehoj e Su (2022, p. 28), baseados nas leituras sobre as obras de Zhao (2009; 2005), compreendem o “*tianxia* como um processo de harmonia, diversidade e cooperação. Um processo que não é incompatível com o atual sistema internacional de Estados soberanos, mas pode só ser alcançado se for elevado acima dos Estados”.

Margueliche (2019) fornece uma contribuição que busca aproximações entre o *tianxia* e a política externa de Xi Jinping, com o sonho chinês e a Iniciativa o Cinturão e Rota (BRI). O autor argumenta que “ambas as propostas têm plataformas que excedem a escala territorial da China e tentam se legitimar discursivamente em práticas globais (MARGUELICHE, 2019, p. 28). Além disso, caracteriza o estudo do *tianxia* relacionado a política externa chinesa como uma forma de “analisar o pensamento geopolítico-cultural do gigante asiático (MARGUELICHE, 2019, p. 29).

A obra de Hess (2010) oferece uma importante contribuição sobre o conceito da China como Reino do Meio se interliga ao *tianxia*, sendo estes dois conceitos parte intrínseca da história da China milenar, e que ainda exercem forte influência na condução atual da política externa chinesa. O autor, apesar de não citar o *tianxia* diretamente, baseia em fatos históricos como o sistema tributário chinês, para explicar como o Reino do Meio, a liderança deste sistema tributário, se relacionava com os Estados ao redor, promovendo o que hoje representa a diplomacia e a PE como um todo, e principalmente suas relações com o entorno das fronteiras e territórios nestas proximidades. Este debate que o autor propõe voltando para a PE será utilizado para a construção do capítulo 2, sobre Mao Zedong e suas estratégias de PE.

## 1.5 BREVES CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O desenvolvimento dos estudos de ambos os autores são complementares e de interessante aplicação para analisar a mudança sobre a continuidade no legado da PE chinesa. Os estudos destes autores podem ser considerados como precursores de uma Teoria de Relações Internacionais com uma visão chinesa. Na presente dissertação, o *Tianxia*, assim como a dialética *zhongyong*, terão o uso proposto pelos autores, buscando demonstrar que existe uma milenar sobre o que o governo chinês entende como ascensão e desenvolvimento de um Estado. Na dialética, propondo a relacionalidade e complementariedade como um todo de uma

estratégia harmonia, que levaria a China a uma ascensão pacífica, buscando ocupar o seu papel de liderança do “tudo sob o céu”, como tida o Sistema *Tianxia*, “*All-under-heaven*”.

Utilizando-se de ambas as abordagens teóricas-metodológicas, propõe-se os dois próximos capítulos, escritos por uma ótica mais histórica, buscando analisar, principalmente, documentos e discursos oficiais dos líderes, Mao Zedong e Xi Jinping, para compreender sobre o papel que a retórica de ascensão pacífica ocupa na condução da PE dos líderes. De antemão, é necessário concluir brevemente que de acordo com a leitura das obras de Qin e Zhao, citadas ao longo do presente trabalho, foi possível observar que ambos os autores acreditam na hipótese de uma continuidade sobre a mudança na PE chinesa, construída através de uma tradição milenar sobre o background de conhecimento da China, que pauta a liderança legítima dos cosmos sobre o *All-under-heaven*. Ou seja, nestas visões, a China seria uma liderança legítima para promover uma nova ordem internacional, pautada pela harmonia e pelo desenvolvimento pacífico, aos moldes chineses.

## 2 POLÍTICA EXTERNA, LEGADO MAOÍSTA E OS CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

A China hoje representa uma das maiores potências mundiais, em constante crescimento econômico e exercendo grande influência na política mundial. A história milenar chinesa aponta que até meados do século XVIII, o país representava um papel de liderança no entorno asiático, promovendo segurança regional e trocas comerciais. Todavia, a história da China como potência foi interrompida pelo período conhecido como “O século de humilhações” ou “Período de humilhações”. Iniciado através das Guerras do Ópio, na metade do século XIX, com a Invasão do Império Britânico na China, e submetendo a China ao Imperialismo estrangeiro até 1949, com a vitória do Partido Comunista Chinês (PCCh), após anos de guerras e revoluções internas.

A data de 1949 como libertação do imperialismo estrangeiro, vem da narrativa do PCCh e de seus grandes líderes. A revolução que levou a vitória do comunismo chinês foi liderada por Mao Zedong, que viria a ser o primeiro mandatário da China como República Popular, de 1949 a 1976, findando apenas com a morte do líder. Ao considerar que o legado de Mao Zedong na política externa é um dos objetos de pesquisa da presente dissertação, faz-se necessário compreender em que contexto histórico ocorreu a vitória do PCCh em 1949 e como se desenvolveu a política externa e as estratégias voltadas para a ascensão e o desenvolvimento pacífico, durante o governo de Mao Zedong.

Os últimos anos da revolução chinesa, que levaram a vitória em 1949, ocorreram em um contexto internacional envolto em um pós-Segunda Guerra Mundial para o início da Guerra Fria, com a ascensão dos EUA e da URSS como as duas grandes potências mundiais. Conforme dito anteriormente, a narrativa do PCCh, fortalecida por Mao Zedong em seus discursos, apontava que a China estava sendo governada pelo imperialismo estrangeiro desde as Guerras do Ópio. Ao longo da primeira metade do século XX, com as duas grandes guerras, a China passou por revoluções internas, pela queda do Império Qing, seguido da Proclamação da República em 1911; por uma segunda onda revolucionária inspirada pelos Movimentos pelo 4 de maio de 1919, que deu origem aos dois partidos que iriam protagonizar a guerra civil chinesa, que se arrastaria até 1949.

Os dois partidos são o *Kuomintang* (KMT) e o Partido Comunista Chinês (PCCh). O KMT, criado em meados de 1919, defendia valores como a democracia e o nacionalismo. Assim como o PCCh, criado em 1920, inspirados também pela Revolução Russa de 1917, que criou a União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Ambos os partidos trabalham em prol da libertação

da China do imperialismo estrangeiro. As forças, que inicialmente lutavam em conjunto contra o poder estatal chinês, passaram por uma cisão a partir de quando Chiang Kai-shek assumiu a liderança do KMT, o líder passou a aproximar os laços com o capital estrangeiro e realizou manobras de perseguição aos comunistas, incluindo episódios de assassinatos em massa, após o PCCh ter dominado as regiões de Nanquim e Xangai (NAVES, 2005; BARBIERI, 2015; ANDERSON, 2010; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Após a cisão entre as forças revolucionárias na guerra civil chinesa, o país foi assolado pela Segunda Guerra Mundial, quando sofreu com as invasões japonesas, que durou de 1937 a 1945. Neste período, KMT e PCCh deram uma brecha no conflito interno e passaram a atuar em conjunto para expulsar os japoneses e reconquistar os territórios da China (ANDERSON, 2010; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006). “Durante a ocupação, ficou registrada a morte de cerca de 300.000 pessoas em apenas em seis semanas, devido ao massacre efetuado pelas tropas japonesas, incluindo atos de assassinato em massa e estupro contra civis chineses” (BARBIERI, 2015, p. 45).

O breve período do pós- invasão japonesa para a vitória do comunismo chinês, durou de 1945 a 1949, marcado pela retomada da guerra civil entre o KMT e o PCCh. Neste período, vale ressaltar que os discursos de libertação nacional promovidos por Mao Zedong, como líder supremo da revolução, fomentaram o aumento da luta camponesa contra o KMT a acabaram por garantir a vitória do PCCh em 1949 (ANDERSON, 2010; HESS, 2010; KISSINGER, 2011). Neste momento, formava-se uma política externa embrionária durante a revolução chinesa, devido ao fato de os EUA e a URSS terem tomado lados durante na revolução. Podendo destacar que em 1911 os EUA reconheceram o KMT como o governo legítimo da China, enquanto a URSS prestava apoio as forças comunistas chinesas (ANDERSON, 2010). O isolamento diplomático do PCCh para com as grandes potências, durante os anos finais da guerra civil, acabou por fortalecer o discurso maoísta sobre a libertação da China do século de humilhações.

O cenário de instabilidade regional promovido pelos avanços militares do PCCh desagradava o governo de Stalin. Durante a invasão japonesa, “Stalin deplorara o potencial das forças comunistas e depreciara a estratégia rural, baseada nos camponeses” (KISSINGER, 2011, p. 80). Além disso, como citado anteriormente, a URSS possuía territórios ocupados na Manchúria e em Xinjiang, em acordos realizados com o KMT, portanto, o avanço do comunismo chinês poderia ameaçar a influência soviética nestes territórios (KISSINGER, 2011, p 80).

Segundo Hess (2010), este longo período de humilhações pelo qual a China passou, incluindo as guerras internas, até a tomada de poder pelo PCCh, fortaleceu um discurso de unificação do povo chinês em prol de uma causa: a libertação da China das forças estrangeiras. O autor aponta que este discurso foi de grande importância para cooptar forças ofensivas contra a invasão japonesa. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das forças japonesas na China, o PCCh adquiriu muita popularidade, devido aos avanços contra a ofensiva japonesa, e desta forma, angariou mais força em soldados, possibilitando o domínio de mais territórios. “Do período de 1937 a 1945, o PCCh cresceu de 40.000 membros para 1.200.000 e no exército de 90.000 para 900.000”, crescendo para 2.700.000 em 1947, no retorno da guerra civil contra o KMT (ANDERSON, 2010, p. 60).

Com o rápido crescimento das forças comunistas, o PCCh tomou o poder em outubro de 1949, de modo que o governo da República da China, comandado pelo KMT, fosse exilar-se na ilha de Taiwan, ainda recebendo apoio militar dos EUA, para proteger o território e o mar ao redor, de possíveis investidas do PCCh para reconquistar o território de Taiwan (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; KISSINGER, 2011; KHAN, 2018). Enquanto na China continental, o PCCh, sob liderança de Mao Zedong, angariou forças suficientes para criar um contra-Estado, capaz de desgastar o poder estatal ao longo dos anos. Neste caso, desgastando as forças da República da China, liderada pelo KMT. A tese de Anderson (2010, p.4) sobre a tomada de poder pelo PCCh é que estes contra-Estados rebeldes foram criados e se fortalecendo ao longo dos anos na guerra civil, criando forças suficientes para tomar o poder e criar a então República Popular da China.

No arquipélago de Taiwan, tendo Taipei como capital, foram exiladas as forças ligadas ao poder estrangeiro, como os chineses ultramarinos que negociavam com o exterior. A província de Taiwan tem um longo histórico de negócios ultramarinos, devido à localização geográfica, contando com o apoio militar do Império Britânico, Japão e em seguida, dos EUA. Durante o governo de Mao Zedong, o território manteve-se sem invasões desde 1947 e passou a ocupar um papel de menor importância para a política externa chinesa apenas na década de 1970, quando a República Popular foi reconhecida como governo legítimo nas Nações Unidas (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; KISSINGER, 2011).

Os autores Hess (2010, p. 2010) e Kissinger (2011) destacam os primeiros discursos de Mao Zedong nos atos de fundação da República Popular da China (RPC), ressaltando sobre o papel do discurso de libertação nacional como algo estratégico para o fortalecimento deste Estado que estava a se formar. A declaração trazida por Hess (2010, p.67) aponta uma fala de

Mao no período final da guerra em 1949: "Não seremos mais uma nação sujeita a insultos e humilhações. Nós nos levantamos!".

Assim como na passagem trazida por Kissinger, sobre o discurso de Mao Zedong perante a primeira Conferência Consultiva Política do Povo Chinês,

Nossos predecessores nos instruíram a levar sua obra a ser completada. Estamos fazendo isso agora. Nós nos unimos e derrotamos tanto nossos opressores estrangeiros como domésticos por meio da guerra de libertação popular e da grande revolução popular, e proclamamos o estabelecimento da República Popular da China (CHEEK, 2002, p. 126 apud KISSINGER, 2011, p. 69-70).

## 2.1 O GOVERNO DE MAO ZEDONG E A POLÍTICA EXTERNA CHINESA

O governo de Mao Zedong promoveu a formação da primeira política externa da China como República Popular, e esta fase viria a exercer um legado ao longo da política externa dos próximos governos. Em um primeiro momento, é preciso considerar o contexto histórico trazido ao longo dos parágrafos acima, para compreender em que cenário internacional se localizava a China da década de 1950. Três aspectos são cruciais para este entendimento mais inicial sobre o período, é preciso enxergar que: o conflito entre PCCh e KMT continuou ao longo da República Popular, envolvendo a relação dos EUA com Taiwan; há uma relação da China com o entorno asiático em busca pela retomada das fronteiras do período imperial; apesar da aproximação ideológica com a URSS, a relação sino-soviética vivia em rusgas, encaminhando a China para uma atuação diplomática em uma terceira via. Esta relação da nova China com o entorno asiático e com as grandes potências, viria a ditar as estratégias que Mao Zedong e seu Chanceler, Zhou Enlai, formulariam para retomar o *status* da China como potência.

A tomada de poder em 1949 havia ocorrido após todo o “século de humilhações” e a ligação com o capital estrangeiro. Portanto, o discurso de Mao Zedong sobre reconquistar os territórios e a glória da China imperial, estava muito distante da realidade, principalmente ao considerarmos que o líder não tinha conhecimento de fato sobre como eram essas fronteiras “[...] e muito do que a China iria se tornar, ainda estava fora do controle de Mao no 1 outubro de 1949”, podendo citar as ilhas de Taiwan, Hainan e os territórios do Tibete e Xinjiang (KHAN, 2018, p. 39).

Os autores Fairbank e Goldman (2006, p. 343) dividem o governo de Mao Zedong em quatro fases. De 1949 a 1957, a China passou por um “período de reconstrução, crescimento e inovação”, no qual política interna e externa estava sendo formuladas de acordo com o novo

sistema de governo que estava se formando. A política externa em um cenário mais instável devido aos conflitos ao entorno da China, podendo citar: a Guerra das Coreias; as disputas de território citadas no parágrafo acima; e as relações dos EUA e Japão com aliados vizinhos chineses, como a “Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), um pacto militar liderado pelos Estados Unidos” (KHAN, 2018, p. 73).

A primeira fase foi seguida “por dois períodos e desastre e grande desordem entre as pessoas: primeiro, o Grande Salto Adiante de 1958-1960, seguido por anos de recuperação econômica, 1961-1965; e segundo o Cultural Revolução de 1966 até a morte de Mao Zedong em 1976 (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 343). Ao trazermos para a política externa, de 1958-1960, a China estava em uma fase de distanciamento para com a URSS, o que acabou por afetar o planejamento econômico da China, substituindo os Planos Quinquenais pelo Grande Salto Adiante (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; ANDERSON, 2010). De 1961 a 1965, a política externa passaria por um redirecionamento de suas relações, em busca pela conquista de um *status* internacional de destaque. A atuação militar passou a ser mais independente, a fim de se proteger de ofensivas para além de suas fronteiras, temendo investidas da Índia, URSS, e dos EUA, através do apoio de regiões autodeterminadas como autônomas, podendo citar Taiwan e o Tibete. Além disso, Mao Zedong começaria a pensar a partir de uma terceira via, buscando uma aproximação com o Movimento dos Não-alinhados (BRENER, 1987).

A partir da Revolução Cultural, a postura interna e externa tomaria um perfil mais combativo, buscando a revolução interna e a perseguição de correntes que não apoiassem o pensamento de Mao Zedong (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; KISSINGER, 2011; KHAN, 2018). Durante este período final da política externa maoísta, de 1966 a 1976, a China estava equipada com armas nucleares<sup>2</sup>, no intuito de contrabalancear o poder militar das duas grandes potências, realizando uma diplomacia triangular de enfrentamento, também utilizando-se de estratégias de dissuasão psicológica (KISSINGER, 2011; KHAN, 2018). Assim que a cisão entre China e URSS desencadeou em conflitos militares ao entorno da fronteira em 1969, a diplomacia chinesa passou a fazer um acesso de aproximação com os EUA como um forte aliado contra os avanços soviéticos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; KISSINGER, 2011; KHAN, 2018).

---

<sup>2</sup>Mais informações ver: ARMS CONTROL WONK. **Mao on the Bomb**. fev. 2014. Disponível em: <<https://www.armscontrolwonk.com/archive/404038/mao-on-the-bomb/>>. Acesso em: 20 set. 2018, tradução livre; CHINA’S Atomic Weapon Story Told. The New York Times. Maio 1985. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1985/05/05/us/china-s-atomic-weapon-story->

A professora Isabela Nogueira, em sua tese de doutorado, intitulada “Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea”, reforça a importância de realizar estudos sobre o legado maoísta, ao afirmar que,

O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã que predomina no Ocidente sobre a trajetória de desenvolvimento chinesa. A caracterização histórica mais comum é de que o Partido Comunista Chinês sob a liderança de Mao Tsé-tung contribuiu para o desenvolvimento até a Revolução Comunista de 1949 – expulsando os japoneses, eliminando a possibilidade de enclaves ocidentais remanescentes e extinguindo o autóctone regime do Kuomintang -, bem como durante a reconstrução do pós-guerra e o primeiro plano quinquenal (1953-57), passando, então, a uma sequência de atitudes destrutivas e políticas catastróficas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. E a emergência chinesa e seu rápido caminho “de volta ao centro” teriam de fato recomeçado com as quatro modernizações, lançadas pelo “pragmático” Deng Xiaoping, a partir de 1978. A simplificação é uma forma de não enfrentar os paradoxos do período – e, talvez, de passar “cientificamente” posicionado por um debate ideológico inconcluso dentro da própria China (NOGUEIRA, 2011, p.25).

Uma das primeiras atividades da política externa maoísta, ocorreu na visita de Mao Zedong à Moscou, ao final de 1949. Apesar de durante a guerra civil chinesa, a URSS não ter servido de grande suporte aos comunistas chineses, na medida em que o movimento se expandiu para a fundação da RPC, em meio a um cenário internacional de guerra fria entre o capitalismo e o socialismo. Portanto, seria estratégico para a RPC, que os primeiros esforços diplomáticos fossem voltados para a potência socialista, a URSS. Na ocasião, Mao Zedong ressaltou sobre a importância em manter a China em um período de paz para reconstruir o país, que se encontrava fragilizado e desestabilizado devido aos longos anos de revoluções e guerra civil (KISSINGER, 2011, p. 79).

O período de paz para a reconstrução da China não foi mantido, ao considerar-se que o entorno do território chinês era formado por uma região estratégica nas disputas de poder entre EUA e URSS, durante a Guerra Fria. Segundo Kissinger (2011, p. 72) “desde o início, a República Popular da China teve de atuar estrategicamente em uma relação triangular com as duas potências nucleares, cada uma delas individualmente capaz de oferecer grande ameaça e, juntas, em posição de esmagar seu país”. Para além das relações que envolviam as grandes potências, o novo Estado chinês, como dito anteriormente, manteve as tradições milenares quanto ao território da China imperial, o que se traduzia em buscar pelo domínio das regiões de Xinjiang, Tibete e Caxemira (KHAN, 2018).

A seguir, apresentar-se-á 5 subseções sobre a história da política externa maoísta, delimitadas da seguinte forma: a Guerras das Coreias; a (re)conquista de territórios da China Imperial; a cisão com a potência socialista; “a fase de Bandung”; e a construção de relações

com os EUA. A escolha destas delimitações justifica-se por representarem questões que marcaram a política externa da República Popular da China, desde antes da tomada de poder em 1949 e moldaram as estratégias de política externa que Mao Zedong e Zhou Enlai viriam a desenvolver de 1949 a 1976. Questões estas voltadas para as relações da China com as duas grandes potências: EUA e URSS; a construção das estratégias de política externa baseadas e fortalecidas por narrativas da história chinesa; e para a projeção da China como potência de um movimento que buscava romper com o passado colonial. Em seguida, apresentar-se-á a seção 3.2, voltada para o pensamento maoísta e a formulação das estratégias de política externa; e ao final do capítulo, focando a análise no início da estratégia de ascensão pacífica.

### **2.1.1 Guerras das Coreias**

De acordo com Khan (2018, p. 54) a China, agora como República Popular, teve seu primeiro conflito militar durante a Guerra das Coreias, que foi iniciada em 1950, apenas alguns meses da tomada de poder pelo PCCh, durante até 1963 com o estabelecimento do paralelo 38. A guerra vinha de um contexto da divisão da Coreia em dois territórios, durante os acordos do pós-Segunda Guerra Mundial. Sendo a Coreia do Norte, sob influência da URSS e a Coreia do Sul, aliada aos EUA. Hobsbawm (1994) aponta que a Guerra da Coreia, conjunto as invasões japonesas na China, durante a Segunda Guerra Mundial, são a terceira e a quarta guerra com maior número de vítimas, ao contabilizar o período de 1816 a 1965, ficando atrás apenas das duas Guerras Mundiais. Neste modo, é possível ressaltar a China pré e pós tomada de poder pelo PCCh, passou por inúmeros conflitos, extremamente violentos, e que viriam a moldar o pensamento de Mao Zedong e Zhou Enlai como formadores da política externa chinesa.

O envolvimento quase compulsório da China na Guerra das Coreias pode ser observado pela seguinte ótica: apesar de a República Popular da China ter sido proclamada em outubro de 1949, os vizinhos na nova China, encontravam-se em conflitos remanescentes dos acordos dos pós Segunda Guerra Mundial e da disputa bipolar que estava se formando entre URSS e EUA. O governo de Mao Zedong não era favorável a invasão das forças de Kim Il-sunga, líder norte coreano, à Coreia do Sul, que contava com a proteção militar dos EUA (HOBSBAWM, 1994; KISSINGER, 2011). No entanto, “abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coréia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul” (HOBSBAWM, 1994, p. 187). Para a recém proclamada RPC, não seria nada estratégico passar por outro conflito militar, em

sequência do fim da revolução chinesa, pois a política interna e externa do país, além das forças militares, ainda se encontravam extremamente debilitadas e em um período de reconstrução.

Devido aos esforços da diplomacia chinesa em se alinhar com a URSS, Mao Zedong submeteu a participação chinesa na Guerra das Coreias, de acordo com o posicionamento exigido por Stalin. E para além da busca por um alinhamento com a URSS, forças da Coreia do Norte lutaram ao lado do PCCh contra o KMT, para reconquistar territórios na Manchúria. Portanto, pode-se concordar com as passagens trazidas por Kissinger (2011, p. 131-132) e Khan (2018, p. 54), ao pontuarem (respectivamente) que Mao Zedong era contrário a uma iniciativa norte-coreana de invasão a Coreia do Sul, mas que, caso a ofensiva acontecesse (como veio a ocorrer), a RPC apoiaria seus aliados comunistas da Coreia do Norte, em um confronto direto contra forças estadunidenses.

Segundo Walker (1993, p. 75-77 apud HOBBSAWM, 1994, p. 226), “durante a Guerra da Coreia de 1950-3, em que os americanos se envolveram oficialmente, mas os russos não, Washington sabia que pelo menos 150 aviões chineses eram na verdade aviões soviéticos com pilotos soviéticos”, passagem que leva a conclusão sobre a China servir de suporte para a URSS, em meio ao fogo cruzado com os EUA. Faz-se importante destacar a análise de Spence (1990, p. 551) sobre como a guerra afetou a política externa da RPC: “A Guerra da Coreia complicou ainda mais o status internacional da China ao fixar os Estados Unidos em uma posição de hostilidade, que por sua vez garantiu que Taiwan permaneceria fora do controle da RPC e a RPC fora as Nações Unidas”. Para Yahuda (1983, p. 5), “no plano estratégico após a performance de suas forças armadas na Guerra da Coreia (1950-53), a República Popular da China (RPC) provou ser uma grande potência por direito próprio e, a partir de então, agiu como o aliado independente da União Soviética”.

### **2.1.2 A (re)conquista de territórios da China Imperial**

Apesar da falta de um conhecimento de fato sobre a fronteira chinesa durante o período imperial, o discurso em prol da reconquista de territórios era muito presente nas estratégias de política externa construídas por Mao Zedong e seu Chanceler, Zhou Enlai (KHAN, 2018; HESS, 2010). Pouco antes da tomada de poder, em setembro de 1949, Zhou Enlai proferiu um discurso no qual afirmava haver conspirações do imperialismo britânico, nas regiões do Tibete e em Xinjiang e, conspirações do imperialismo americano ao longo das ilhas de Taiwan e Hainan. E que estas forças imperialistas estariam fazendo uso dos movimentos de autodeterminação das “nacionalidades minoritárias da China” para gerar uma divisão nestes

territórios que fazem parte da RPC desde as unificações da China Imperial (KHAN, 2018, p. 39-40).

A estratégia maoísta para a expansão das fronteiras seguia uma lógica semelhante a utilizada durante a guerra civil, que era baseada em três pilares: diplomacia; gestão econômica; e um uso de força calculado. (KHAN, 2018, p. 40). As passagens que Khan traz sobre o discurso de Zhou Enlai possibilitam a reflexão sobre o posicionamento que o governo chinês viria a tomar quanto as disputas de fronteira das regiões citadas na passagem acima. Regiões estas que ainda hoje continuam sendo “o calcanhar de Aquiles” da manutenção da estratégia chinesa de desenvolvimento pacífico.

Quanto à referência as “nacionalidades minoritárias” presente no discurso de Zhou Enlai, Spence (1990, p. 556) aponta que ao longo da década de 1950, os dados fornecidos pelo governo chinês computaram que existia “[...] cinquenta e quatro minorias com uma população em cerca de 30 milhões”, que por sua vez, se localizam em territórios estratégicos para as fronteiras da China, como Tibete e Xinjiang. Ao longo do império Qin, estes povos serviram como “tampão” entre o território do povo Han na China e os povos dos demais territórios ao longo da fronteira.

Aqui faz-se importância trazer um mapa presente no livro de Khan (2018, p. viii) para destacar quais países estavam ao redor das fronteiras de Xinjiang e Tibete, no intuito de compreender quais seriam as relações de política externa envoltas nos conflitos. O entorno de Xinjiang, desde 1911, era ocupado por forças da Rússia, continuando com a URSS a partir de 1917, e sendo motivo de conflitos entre China e URSS durante a década de 1960 (KISSINGER, 2011, p. 190). A região, em 1949, possuía fronteiras com Paquistão, Índia, URSS, Tibete, também com parte da Mongólia e com a região da Caxemira (KHAN, 2018).

Em 1947, as fronteiras ao entorno de Índia e Paquistão, devido aos movimentos de descolonização, foram passagem de cerca de 15 milhões de refugiados. Portanto, sendo uma região de fronteiras porosas desde então (HOBSBAWM, 1994, p. 47). Apenas um ano depois, em 1948, Burma (região que consta no mapa, hoje Myanmar) declarou independência do Império Britânico, tornando ainda mais porosas as fronteiras ao entorno da China, pois forças do regime do KMT, o “*Anti-Communist National Salvation Army*”, criado com suporte dos EUA, perseguiram os movimentos de independência e, ainda em 1955, no período nas negociações de Bandung, mantiveram cerca de 7 mil tropas ao entorno da fronteira de Burma e Laos (SPENCE, 1990, p. 555).

**Figura 1: Mapa do Norte da China em 1949**



Fonte: Khan, 2018, p. viii

A partir da criação da RPC, Zhou Enlai focou nas relações com a Índia, “[...] desenvolvendo uma relação de amizade baseada no respeito mútuo, com o líder da Índia pós-independência, Jawarharlan Nehru” (SPENCE, 1990, 552). Durante as tratativas, “Zhou conseguiu persuadir o governo indiano a aceitar a ocupação do Tibete pela China em 1950 e 1951, e as autoridades indianas atuaram como intermediários para a China e os Estados Unidos durante muitas fases difíceis das negociações da trégua da Guerra da Coreia” (SPENCE, 1990, 552). Em 1954, as relações da China com a Índia evoluíram, quando os países, conjunto a Burma (YAHUDA, 1983, p. 30; SPENCE, 1990, p. 553) “[...] assinaram um acordo que introduziu os famosos ‘Cinco Princípios de Co-existência Pacífica’ que os chineses sempre reivindicaram desde então e passou a determinar suas relações intergovernamentais e pessoais” (YAHUDA, 1983, p. 30).

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica passaram a servir de estratégia da política externa chinesa para as relações com os demais vizinhos do no entorno asiático, principalmente na “Fase de Bandung”, que será abordada no tópico 3.1.4. De acordo com textos oficiais (ZHOU, 1989, p. 128; XI, 2014, p. 37), os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são: o respeito mútuo a soberania e à integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos um do outro, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica.

Na década de 1960, mais precisamente a partir de 1958, a China estava passando por crises no estreito de Taiwan, pelo desastre do Grande Salto Adianta<sup>3</sup> em sua política interna e por um período de constantes crises diplomáticas com a URSS, que viriam a protagonizar uma cisão entre os dois países. Para além deste, “também em 1959, uma ampla gama de eventos globais começou a afetar a China exatamente quando o país menos poderia reunir uma liderança eficaz para lidar com eles”. Ao longo da fronteira com o Tibete, começou a ocorrer uma onda de protestos contra as tropas chinesas na região, onde “[...] muitos tibetanos foram mortos por tropas chinesas”. Foi neste período que “o líder espiritual dos tibetanos, Dalai Lama fugiu para a Índia, onde recebeu refúgio apesar dos protestos chineses”. (SPENCE, 1990, p. 587). Neste período, a URSS negou apoio a China no conflito com a Índia e endossou apoio ao governo indiano (SPENCE, 1990, p. 588).

Após o refúgio de Dalai Lama em 1959, as animosidades entre China e Índia aumentaram, eclodindo na guerra sino-indiana em 1962, sobre o território do Tibete. Seguindo a estratégia de reivindicar os territórios do período imperial, “desde a dinastia Qin, Pequim tratava o Tibete como parte do Tudo sob o Céu” (KISSINGER, 2011, p. 190), fazendo referência a filosofia do *Tianxia*. Através desta passagem, é possível perceber que o pensamento do governo maoísta, ia de encontro à filosofia milenar do *Tianxia*, em enxergar a China como uma liderança legítima da região, desde a utilização do sistema tributário, forma de governo baseada no *Tianxia*, conforme abordado no capítulo 1.

Como breves conclusões sobre o presente tópico, é interessante observar a interseccionalidade entre as estratégias utilizadas pela política externa maoísta, ao longo dos conflitos na fronteira com a Índia. Em 1954, foram criados os princípios da coexistência pacífica, que se tornaram de suma importância para a condução da política externa chinesa ao

---

<sup>3</sup> O Grande Salto Adiante foi um projeto econômico de 1958, promovido no governo de Mao Zedong, que marcou a ruptura da China com os sistemas soviéticos de gestão econômica. O problema em questão condiz com a forma abrupta que o governo chinês tentará implementar o projeto, através da criação de comunas populares e pequenas indústrias com foco em atividades agrícolas e siderúrgicas. Este período é tido como um desastre na história chinesa, marcando o governo de Mao Zedong como catastrófico para a população chinesa, o que pode ser visto através do seguinte dado: “de 1958-1960, cerca de vinte a trinta milhões de pessoas morreram em virtude da desnutrição e fome” (FARIBANK; GOLDMAN, 2008, p. 339).

longo do governo maoísta. Todavia, tratando de avanços de tropas, em regiões consideradas de posse da China, era exigida uma postura mais assertiva, para evitar a tomada destes territórios. Conforme trazido ao longo do capítulo 1, a ideia de Qin (2014, 2021) de que existe uma relacionalidade nas estratégias da China, pode ser identificada através do estudo posicionamento do governo maoísta sobre as fronteiras do país. Mostrando que, foram criados os princípios sob a ideia da pacificidade, da não intervenção e do respeito mútuo, a partir do momento em que estes princípios são violados ao longo da relação, a China acaba tomando uma postura mais assertiva.

### **2.1.3 A cisão com a potência socialista**

É interessante observar que, apesar da aproximação ideológica dos partidos comunistas, a relação entre a RPC e a URSS, passara por situações de crise, como em abril de 1949, quando o corpo diplomático da URSS, incluindo o embaixador soviético na China, serviram de companhia ao líder do KMT, Chang Kai-chek, em ocasião de retirada da China continental, devido aos avanços das forças do PCCh na região de Nanquim, em uma atitude de apoio ao governo opositor do PCCh. (WALKER, 1993, p. 63 apud HOBBSBAWM, 1994, p. 225). Todavia, após outubro de 1949, quando o PCCh tomou o poder na China, o novo governo passou a organizar esforços em prol de uma aproximação com a URSS, “Mao empenhou-se em obter o maior apoio material e militar possível da União Soviética. Uma aliança formal era seu objetivo” (KISSINGER, 2011, p. 80).

Ainda relutante nos primeiros anos, “Stalin argumentava que o comunismo na China estava mais bem-protegido por meio de um acordo feito com o governo que Mao acabara de derrubar” (KISSINGER, 2011, p. 81). O posicionamento de Stalin baseava-se principalmente na instabilidade geopolítico que a criação de uma nova China viria a gerar ao entorno das fronteiras, afetando os acordos da Manchúria e de Xinjiang que a URSS manteve com o governo do KMT. De modo que, a troca de governo de Chiang Kai-shek para Mao Zedong, seria seguida de políticas do comunismo chinês para recuperar as concessões de fronteira que o KMT havia negociado (KISSINGER, 2011, p. 81).

Uma aliança efetiva foi firmada em fevereiro de 1950, com um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, definindo “uma obrigação de assistência recíproca no caso de um conflito com uma terceira potência” (KISSINGER, 2011, p. 81). A transição de governo de Stalin para Khrushchev, que ocorrera em 1953 devido a morte de Stalin, acabou por aprofundar as diferenças entre o comunismo chinês e o comunismo soviético, principalmente pelas críticas

que Khrushchev tecia sobre Stálin e Mao Zedong (KISSINGER, 2011; SPENCE, 1990; KHAN, 2018). A crítica do líder soviético sobre a forma que Mao Zedong estava conduzindo a RPC e o constante revisionismo as ideias de Stalin, promoveu uma ruptura diplomática de fato da China para com a URSS, ao final da década de 1950. A cisão sino-soviética direcionaria a política externa chinesa para novos horizontes, buscando aliados na África e no entorno Ásia, com países de recém independência e que não possuíam relações diplomáticas diretamente alinhadas com uma das grandes potências. “A cisão entre os dois ex-aliados desencadeou uma estratégia do Terceiro Mundo na política externa chinesa, que passou a confrontar as duas grandes potências” (VIEIRA, C., 2019, p. 531).

Durante o período em que a China reconstruía suas relações diplomáticas, os conflitos com a URSS aumentaram, quando os soviéticos passaram a ter “uma política externa de estilo mais radical na África e na Ásia” fazendo com que a “[...] política externa da China tende-se para reagir as pressões internas ao invés desenvolver novas iniciativas” (YAHUDA, 1983, p. 18). Não obstante, em 1963 foi negociado um tratado mundial, com a participação dos EUA e da URSS, chamado Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares. “Na visão Maoísta, a União Soviética ‘juntou as mãos’ com os Estados Unidos contra a China e contra a revolução mundial por conta do revisionismo de suas elites” (YAHUDA, 1968, p. 93).

Yahuda, em uma análise publicada ainda em 1968 (p. 96), acreditava que a partir do momento em que a cisão sino-soviética foi formalizada pela China, surgiu a necessidade de reformular as estratégias e os direcionamentos da política externa chinesa. O foco deste novo direcionamento seria a ascensão da China como potência regional, através do desenvolvimento das relações com os países membros de Bandung, “buscando ampliar o apelo internacional do antagonismo da RPC aos EUA e a URSS, por meio de uma chamada para uma frente mais ampla possível contra o imperialismo dos EUA” (YAHUDA, 1968, p. 96). Enquanto Hobsbawm, quase 30 anos mais tarde, (1994, p. 435) interpretou a cisão da China com a URSS como ponto crucial para a desintegração do “movimento internacional comunista centrado em Moscou”. Em 1969, os países entraram em um confronto bélico nas fronteiras do rio Ussuri (SPENCE, 1990, p. 552; KISSINGER, 2011, p. 218-219), situação na qual a URSS cogitou o uso de armas nucleares contra a China (HOSBSBAWM, 1995, p. 181).

#### **2.1.4 “A fase de Bandung”<sup>4</sup>**

---

<sup>4</sup> “A ‘Fase de Bandung’ (nomeada por conta da performance diplomática de Zhou Enlai na primeira conferência dos países Afro-Asiáticos, sediada em Bandung em 1955” (YAHUDA, 1983, p. 30).

Esta nova fase da política externa chinesa foi nomeada pelo Chanceler Zhou Enlai como a “Fase de Bandung”, que tem sua origem a partir da criação dos (e foi baseada nos) Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Trazendo um papel de liderança para a China ao longo do debate sobre o desenvolvimento de uma terceira via, de um movimento não alinhado as grandes potências. Neste quase “vácuo de poder”, entre Estados de recém independência, que sofreram com o colonialismo e invasões estrangeiras, a China acaba se destaca como Estado revolucionário com um exército forte, de recém independência, que toma esse espaço de negociador dos conflitos ao longo do entorno asiático. Embasando as relações em princípios voltados para o pacifismo, o respeito mútuo, a não intervenção e o crescimento e desenvolvimento recíproco, contraponto a herança colonial, de interferência estrangeira e enfraquecimento dos Estados, deixada pelas grandes potências.

O novo direcionamento da política externa chinesa, a partir do meio da década de 1950, pode ser observado, inicialmente, pela participação do Chanceler Zhou Enlai, como convidado da Conferência de Geneva em 1954, para debater sobre a Guerra Franco-Vietnamita (SPENCE, 1990; KHAN, 218). Spence (1990, p. 553) aponta que o posicionamento do chanceler “percorreu uma linha delicada entre as demandas e as contrapostas dos soviéticos, franceses, americanos e norte vietnamitas, e sua paciência e astúcia foram reconhecidas, por ter ajudado as potências a entrarem em um acordo. Khan (2018, p. 70) afirma que os esforços de Zhou foram realizados no intuito de “pôr fim à primeira guerra da Indochina e, ao fazê-lo, para eliminar qualquer desculpa para uma presença militar estrangeira no exterior da China”.

No mesmo ano da Convenção de Viena, foi criada a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), sobre liderança dos EUA. “Assinada em Manila em setembro de 1954 pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia”, criada com o intuito de impedir mais avanços do comunismo na Ásia (SPENCE, 1990, p. 553-554). Não por coincidência, neste mesmo período, a política externa chinesa estava avançando nos diálogos com vizinhos, podendo citar Vietnã, Tailândia, Paquistão, Índia, entre outros. Paquistão e Tailândia passaram a fazer parte da SEATO, todavia, a diplomacia chinesa continuaria a construir uma relação de amizade com estes países, baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica (KHAN, 2018, p. 74-76).

A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial sobre a Alemanha nazista e seus aliados, como Itália e Japão, causou uma mudança estrutural nas formas de poder e nas definições geográficas e territoriais ao longo dos países. “Menos de dez anos depois, o domínio colonial quase desapareceu do sul, do leste e sudeste da Ásia”, estes movimentos de libertação

colonial, como ocorreu na China durante a guerra civil que garantiu a vitória do PCCh, possibilitaram o surgimento de novas lideranças, que buscariam se aliar para contraporem-se ao domínio de poder estrangeiro sobre seus Estados soberanos (DARWIN, 2007, p. 480), discurso bem alinhado ao pensamento maoísta, como será abordado no tópico 2.2, sobre o pensamento maoísta e suas estratégias de PE.

Segundo Hobsbawm (1994, p. 347-48) este período histórico do pós Segunda Guerra Mundial, ficou marcado pela aliança dos Estados pós-coloniais, de recém independência na Ásia, com “a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes do velho mundo imperial e industrial, logo se vissem agrupadas como o ‘Terceiro Mundo’ [...] em contraste com o ‘Primeiro Mundo’ dos países capitalistas desenvolvidos e o ‘Segundo Mundo’ dos países desenvolvidos comunistas”. Como será observado ao longo do tópico 2.3.1, o discurso oficial chinês considera Mao Zedong como um dos criados da Teoria dos Três Mundo.

Em 1955, como forma de expandir o diálogo dos países de recém independência e que não concordavam com o alinhamento direto a uma das grandes potências, foi realizada a Conferência do Bandung, dando início ao Movimento dos Não-Alinhados. Spence aponta que o convite da RPC para a Conferência de Bandung partiu formalmente após tensões militares ocorridas ao entorno de Taiwan, em 1954. “Índia, Birmânia (Burma), Indonésia, Paquistão (também membro da SEATO) e Ceilão (Sri Lanka) - convidaram a China para se juntar a eles em uma conferência de 1955 em Bandung, Indonésia, que atraiu delegados de vinte e nove nações asiáticas e africanas” (SPENCE, 1990, p. 554).

A Conferência foi sediada na cidade de Bandung, na Indonésia em um “espírito de

Cabe destacar a importância do Chanceler Zhou Enlai, construindo um papel de liderança chinesa na conferência, com base nos princípios de coexistência pacífica. O novo discurso pacifista da China fomentou debates na conferência de 1955, que resultaram na criação de um compromisso entre os participantes de Bandung, buscando a paz na região e a abolição do uso de armas nucleares (SPENCE, 1990, p. 553-554). O Chanceler, desde o início da década de 1950 “desempenhou um papel crucial na aproximação do país de vizinhos como o povo da República da Mongólia, a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), a Índia e Birmânia (Burma) recém-independente e com os revolucionários vietnamitas” (VIERA, C., 2019, p. 531). Segundo Yahuda (1983, p. 18), este período da política externa chinesa pode ser considerado como mais moderado, em relação aos anos anteriores, onde a China vivia maior instabilidade devido aos conflitos ao entorno das fronteiras.

Esta fase de Bandung também pode ser associada ao início dos diálogos sobre um conceito de “Terceiro Mundo”, popularmente conhecido a partir de 1952 (HARRIS, 1987, p. 18 apud HOBSBAWM, 1994), e definido como os países de recém independência, principalmente da América Latina, África e Ásia, “regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial”. O “Primeiro Mundo”, por sua vez, era representado pelos “países capitalistas desenvolvidos e o ‘Segundo Mundo’ dos países de desenvolvimento comunistas” (HOBSBAWM, 1994, p. 349). Neste período, a diplomacia chinesa focou em uma narrativa sobre o colonialismo (YAHUDA, 1968; SPENCE, 1990), afirmando que “a China e os países do Terceiro Mundo compartilhavam de uma história comum sobre o colonialismo e portando, compartilhando de necessidades em comum para desenvolver os países industrialmente atrasados” (YAHUDA, 1983, p. 31).

Foi durante as negociações ao entorno da Conferência de Bandung que o Terceiro Mundo promoveu o aprofundamento de relações entre si, “buscando lutar contra o colonialismo e o imperialismo” (VIEIRA, C., 2019, p. 531). A China, em específico, enxergando o movimento como forma de dificultar o avanço dos EUA no entorno asiático, através da SEATO. O autor Vieira Corrêa (2019, p. 531) aponta para um papel de liderança desenvolvido pela China, que pode ser visto através das estratégias de Zhou Enlai, ao entorno da criação dos “Dez Princípios de Bandung”, com base nos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”<sup>5</sup>. No período pós 1955, a China buscou expandir e aproximar os laços com os vizinhos do entorno asiático tais como Laos, Camboja, Vietnã e Paquistão (KHAN, 2018, p. 71).

Anterior aos conflitos sino-indianos que ocorreram de 1959-62, Zhou Enlai e Nehru acabaram atuando em conjunto para expandir os princípios da coexistência pacífica, e garantir uma estabilidade regional. Enquanto o interesse chinês era delimitar as zonas de fronteira da China, a Índia estava preocupado com as disputas com o Paquistão ao entorno da Caxemira (KHAN, 2018, p. 72-73). Nesta relação bilateral, além de manter a paz entre as fronteiras, a China buscava por um apoio da Índia na Nações Unidas, “pois apesar da disputa de fronteira [...] os países têm muito em comum. [...] ambos são grandes países, com grandes populações e ambos haviam sido invadidos por impérios no passado” (KHAN, 2018, p. 72).

Neste entorno, Paquistão e Tailândia se demonstravam aliados dos EUA por participarem da SEATO. No caso do Paquistão, contava com suporte militar dos EUA para os conflitos com a Índia ao entorno da Caxemira. Zhou Enlai passando a utilizar da liderança ocupava em Bandung, buscou negociar com o Paquistão através dos princípios de coexistência pacífica, pois

---

<sup>5</sup> Uma leitura mais aprofundada sobre as estratégias será desenvolvida na seção “3.3 O início da estratégia de ascensão pacífica”.

o país “era de importância estratégica fundamental se uma guerra Indochina eclodisse novamente”. Em ocasião de encontros diplomáticos com líderes do Paquistão, Zhou Enlai enfatizou a busca pela paz na relação entre China, Índia e Paquistão, ressaltando que “nada de bom viria da interferência estrangeira”, fazendo referência a SEATO (KHAN, 2018, p. 73).

A política externa chinesa também viria a trabalhar em uma frente de ajuda internacional baseada nos “Oito Princípios para Assistência Econômica e Técnica a Outros Países” a partir de 1964, onde a China ofereceria ajuda financeira a outros países do terceiro mundo. O plano foi iniciado com uma visita diplomática de Zhou a Ghana, ocasião na qual o Chanceler “prometeu um total de aproximadamente US\$ 120 milhões em ajuda para o Gongo, Ghana, Mali, Kenya e Tanzânia (BRAUTIGAM, 2011, apud VIEIRA, 2019, p. 532). “Como também provendo suporte material a vários movimentos revolucionários na Angola, Indonésia, Malásia, Moçambique, Filipinas, Rodésia (hoje Zimbábue), Tailândia, Uganda e Vietnã (MITCHELL, 2018 apud VIEIRA, C., 2019, p. 532).

Neste contexto, é possível concluir que mesmo representando um país de recém independência e tendo passado por períodos de grande fome e instabilidade em sua política interna, a política externa no governo de Mao Zedong, era sempre colocada como de extrema importância, para que a China pudesse alcançar novamente o status de potência regional. Tanto os Cinco quanto os Oito princípios, foram usados como estratégias guias da política externa maoísta para estreitar os laços com os países de recém independência, que precisavam de auxílio para se reerguer, assim como ocorreu com a China. Estratégias estas que não eram pautadas apenas na ajuda internacional em prol da libertação desses países, mas tinha como foco principal impedir o crescimento da influência dos EUA na região através da SEATO e promover uma legitimação da China como liderança nos mecanismos internacionais, com apoio destes inúmeros países que recebiam o apoio da China.

Este processo de liderança da China resultou no seguinte dado: em 1971, quando a RPC foi reconhecida de fato como representante chinês no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China obteve “[...] uma vitória de 76 a favor, 35 contra e 17 abstenções. Que não teria sido possível sem o apoio de 26 países africanos que votaram a favor do apelo chinês” (LI, 2007, p. 78 apud VIEIRA, C., 2019, p. 553).

Não por coincidência, esta política voltada para a ajuda internacional aos países do terceiro mundo, baseada nos princípios criados na política externa maoísta, são hoje a base da política externa para a BRI, do governo de Xi Jinping. Apontando que existe um legado na política externa chinesa, principalmente quanto a atuação como potência terceiro mundista, que promove cooperação e ajuda internacional a partir do “ganha-ganha” e presando pela não

interferência nos assuntos internos dos Estados, uma crítica clara as políticas dos EUA e da URSS, ao longo da Guerra Fria, que buscava influenciar na condução da política interna dos países, através da ajuda externa.

Na transição dos anos 1960 para 1970, a política externa chinesa já havia rompido com a URSS e estava sedentarizando seu papel de liderança voltado para os países não alinhados. Portanto, representando um certo enfrentamento para com as potências, EUA e URSS, conforme a influência chinesa crescia no cenário internacional. Enquanto a China enfrentava as super potências e se destacava como potência em emergência, os EUA passaram por um período de instabilidades e fracassos na Guerra do Vietnã e de endividamento da máquina pública, surgindo então a necessidade de angariar prestígio internacional, o que levaria o governo de Nixon, através de Kissinger, a negociar com a China maoísta. Desta forma, na próxima seção, apresentar-se-á um breve resumo das relações entre China e EUA, com foco ao final do governo maoísta, que foi a fase de maior aproximação entre os países.

### **2.1.5 Um aceno para o “Primeiro Mundo”: relações da com os EUA**

De acordo com Yahuda, a relação da China com os EUA sempre foi um dos maiores obstáculos para que a política externa chinesa conseguisse realizar seus objetivos a longo prazo. Conforme citado na introdução do presente capítulo, os EUA sempre foram contrários ao avanço do comunismo no mundo, portanto, ao longo da revolução chinesa e mesmo após 1949, atuaram fortalecendo o Kuomintang (KMT), “estabelecendo linhas de bases militares ao leste e ao sul da RPC como parte de uma política de contenção e isolamento” (YAHUDA, 1968, p. 94).

Ao longo do ano de 1950, no início da Guerra das Coreias, o governo dos EUA realizou uma ofensiva no estreito de Taiwan, como forma de punir a RPC pelo apoio às forças da Coreia do Norte na ofensiva contra a Coreia do Sul. “Truman fez mais: enviou a Sétima Frota dos EUA para neutralizar o Estreito de Taiwan. Truman, resmungou Mao, em 28 de junho de 1950, disse que os americanos não interfeririam em Taiwan; aqui foi a prova de que essa afirmação era falsa” (KHAN, 2018, p. 55).

Em 1954 após a criação da SEATO os EUA passaram a se aproximar dos demais países ao entorno asiático, se aproximando das fronteiras chinesas e podendo exercer ainda mais influência em territórios sensíveis para a RPC. O governo de Mao Zedong respondeu ao avanço dos EUA, através de um bombardeio,

as ilhas próximas à costa de Fujian que ainda abrigavam guarnições do exército do KMT<sup>6</sup> e sobrevoou Taipei com um avião de reconhecimento. Taiwan, por sua vez, montou vários ataques aéreos no continente chinês, usando modelos avançados de caças-bombardeiros dos EUA. Os Estados Unidos então assinaram um tratado de defesa mútua com Taiwan em dezembro de 1954 (SPENCE, 1990, p. 554).

Para a política externa chinesa, a relação dos EUA com apoio militar a Taiwan sempre foi uma afronta à política de uma só China, que pautava pelo reconhecimento da RPC como governo legítimo da China. Fazendo referência, principalmente, ao fato de o governo de Taiwan ocupar o assento permanente representando a China no Conselho de Segurança das Nações Unidas (KISSINGER, 2011; VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015). Todavia, o governo maoísta compreendi que à época, com a China recém-criada, passando por uma longa guerra civil, seguida da Guerra das Coreias, não seria muito estratégico provocar um combate direto com os EUA. Portanto, o posicionamento da China em 1955 anunciar que “O povo chinês não quer entrar numa guerra contra os EUA. O governo chinês está disposto a sentar na mesa de negociações com o governo norte-americano para discutir a questão do relaxamento de tensão no Extremo Oriente, especialmente a questão do relaxamento de tensão na área de Taiwan” (KISSINGER, 2011, p. 164).

Um fato interessante é que a estratégia maoísta de política externa incluía em certo enfrentamento para com as grandes potências, que pode ser explicado pela relacionalidade entre as estratégias. Enquanto em 1955 a China afirmou não buscar um confronto com os EUA, em 1956, de acordo com texto de 1956 publicado em um livro sobre os escritos de Mao de 1998, sobre o Canal de Suez, o líder afirmou que a posição dos EUA em ser favorável ao Egito e contrário a Grã-Bretanha na disputa pelo Canal de Suez não vinha da bondade dos EUA em libertar o Egito, mas sim dos objetivos de “[...] aproveitar esta oportunidade para conduzir a Grã-Bretanha e a França para fora do Oriente Médio, de modo a estabelecer sua própria esfera de influência lá” (KISSINGER, 2011, p. 177).

Em 1958, ocorreu a segunda crise do estreito de Taiwan, partindo de iniciativa de Pequim com o intuito de “[...] testar os limites do compromisso americano em defender Taiwan” (KISSINGER, 2011, p. 178), afirmando que os bombardeios foram “[...] uma reação chinesa à intervenção norte-americana no Líbano” (KISSINGER, 2011, p. 178). A política também foi voltada para pressionar a URSS, tentando compreender se em caso de um conflito direto, a China teria o apoio soviético. Portanto, aqui podemos enxergar mais uma iniciativa maoísta de enfrentamento para com as grandes potências da guerra fria. Vale ressaltar que no

---

<sup>6</sup> Abreviação feita pela autora da presente dissertação

período de negociações para cessar as crises no estreito de 1958, os EUA ainda se recusavam a reconhecer a RPC como governo legítimo, fato que continuou a gerar hostilidades entre China e EUA, até o início da década de 1970 (KHAN, 2018).

Após a crise de 1958, a política chinesa declarou estar disposta a voltar a negociar com os EUA, a resposta veio de imediato, quando os EUA afirmaram estarem dispostos a negociar com os chineses, através do embaixador norte-americano em Varsóvia. As negociações entre os países foram de fato aprofundadas a partir da década de 1971, ano em que Kissinger realizou visitas secretas à China, ano também em que a RPC passou a ocupar o assento chinês no Conselho de Segurança das Nações Unidas (KISSINGER, 2011, p. 181). Aqui valendo ressaltar que para as negociações chegarem neste estágio, com visitas de Richard Nixon a Mao Zedong em 1972, China e EUA tiveram cerca de cento e trinta e seis reuniões entre embaixadores (ZHANG, Y., 1998; KISSINGER, 2011).

Durante o início da década de 1960, havia uma perspectiva difundida de que os EUA poderiam ser vistos como “um inimigo tradicional da RPC” (YAHUDA, 1968, p. 94). O período em que de fato as negociações entre China e EUA passaram a se aprofundar foi ao final da década de 1960 para 1970, em um cenário de instabilidade. Os EUA passaram pela Guerra do Vietnã, quando além de perder a guerra, estavam com a máquina pública do país endividada para pagar os custos da guerra, o que acabara gerando uma crise econômica. A crise da economia dos EUA acabou enfraquecendo o padrão do sistema financeiro global, baseado no Bretton Woods, gerando um abandono do padrão ouro-dólar pelo governo dos EUA. A partir deste período, o mercado passou a adotar taxas de câmbio flutuantes e um sistema de autorregulação, também ocorreram as crises do petróleo ao longo da década de 1970 e a política anticomunista dos EUA acabou perdendo legitimidade (ARRIGHI, 2010; VIEIRA, 2022). Foi neste cenário que os EUA passaram a se aproximar da China, pautando o país como um novo parceiro diplomático.

Neste mesmo período, a China passara pela conturbada Revolução Cultural, enfraquecendo a política interna, enquanto na política externa, a China estava sob ameaça em suas fronteiras com a Índia, a URSS e com o Tibete, enfrentando problemas também na política de uma só China, com as crises no estreito de Taiwan (KISSINGER, 2011, p. 205; YAHUDA, 1983, p. 111). Spence (1990, p. 627) aponta que a política externa chinesa durante a Revolução Cultural “[...] tornou-se desafiadoramente revolucionária”, que esta postura reforçou a retórica de uma China mais combativa para com as grandes potências, buscando uma posição de destaque perante o sistema internacional.

Em 1968, em meio a Guerra do Vietnã, os EUA estavam em desvantagem, enquanto o Vietnã vencia e aprofundava as negociações de apoio para com a URSS, o que acendeu um alerta no líder chinês. Na medida que Hanoi se aproximasse da URSS, poderia representar a perda de um aliado para a China, considerando que no período a URSS avançava militarmente ao longo da fronteira com a China. Portanto, na medida em que a URSS avançava sobre a China, Mao Zedong e Zhou Enlai perceber a necessidade de finalmente reabrir as negociações com os EUA, a fim de conseguir um forte aliado contra os avanços na URSS, que no período em questão, representava uma ameaça tanto para os EUA quanto para a China (YAHUDA, 1983).

Em 1967, o presidente Nixon declarou em um artigo da Revista *Foreign Affairs* que “Simplesmente não podemos nos dar ao luxo [...] de deixar a China para sempre fora da família das nações [...]. Segundo Kissinger, “Nixon foi além de um pedido de ajuste diplomático, fazendo um apelo pela reconciliação” (2011, p. 206). A resposta veio “no final de 1968, o Ministério das Relações Exteriores da China procurou reabrir as negociações com os Estados Unidos com base nos cinco princípios de coexistência pacífica” (YAHUDA, 1983, p. 111). Ao longo de 1969, com os avanços da URSS na fronteira chinesa com a Sibéria, o governo dos EUA calculará a possibilidade de apoiar a China em uma guerra sino-soviética, “[...] entre novembro de 1969 e fevereiro de 1970, houve pelo menos dez ocasiões em que diplomatas americanos e chineses em várias capitais pelo mundo trocaram palavras – um acontecimento notável primeiramente porque, antes disso, os diplomatas sempre evitavam uns aos outros” (KISSINGER, 2011, p. 223).

No início da década de 1970, enquanto o presidente dos EUA enfrentava uma onda de impopularidade devido a guerra contra o Vietnã, a diplomacia estadunidense estava focando em uma aproximação com a China, através da “Diplomacia Pingue-Pongue”, quando as delegações dos países participaram de um torneio mundial no Japão. Mao Zedong delegou que Zhou Enlai convidasse a equipe dos EUA para visitar a China, a visita ocorreu em abril de 1971. Ao fim de abril, “[...] um porta-voz do Departamento de Estado declarou a posição americana como sendo de que a soberania sobre Taiwan era ‘uma questão não resolvida submetida a uma resolução internacional futura’” (KISSINGER, 2011, p. 35), ocasião em que os EUA demonstraram um posicionamento oficial de abertura para negociar sobre a política de uma única China, insinuando a possibilidade de os EUA reconhecerem a RPC como governo legítimo da China, como o foi realizado conforme citado no tópico 3.1.4.

A visita oficial do presidente Nixon à China só viria a ocorrer em fevereiro de 1972, após inúmeras reuniões confidenciais entre Henry Kissinger e Zhou Enlai, e após os EUA terem reconhecido a posição da China como membro permanente do Conselho de Segurança das

Nações Unidas, ocupando o lugar que antes era preenchido pelo governo de Taiwan (SPENCE, 1990; KISSINGER, 2011). Do lado chinês, a questão de Taiwan era crucial para normalizar as relações, pois mesmo após a ocupação da cadeira da ONU em 1971 pela RPC, os EUA ainda mantinham relações de proteção militar com Taiwan (relação que vigora até o presente, conforme será abordado no capítulo 3). Os EUA, responderiam a esse posicionamento afirmando não contestam a política de uma só China, afirmando que Taiwan faria parte do território da PRC. “O governo dos Estados Unidos não contesta essa posição. Isso reafirma seu interesse em uma solução pacífica da questão de Taiwan”. (SPENCE, 1990, p. 632).

As negociações continuaram ao longo da década de 1970, com algumas nuances entre impedimentos da política interna dos EUA e de conflitos internos da política interna da China, pois ao longo deste período, o líder chinês já se mostrará debilitado, e viria a falecer em 1976. Em meio a 1973-74, houve uma troca de papéis, onde Zhou Enlai foi dispensado e Deng Xiaoping viria a ascender como interlocutor nas relações com os EUA. Deng Xiaoping viria a representar o próximo líder da China, até meados da virada do século, os anos finais da política externa maoísta foram pautados pela retórica de Mao sobre os “Três Mundos”, que foi “[...] anunciada numa sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974” (KISSINGER, 2011, p. 299).

## 2.2 O PENSAMENTO MAOÍSTA E A FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EXTERNA

Para construir a presente seção, utilizar-se-á de fontes primárias, como livros publicados pelo PCCh com discursos e textos de Mao Zedong e materiais secundários, como livros de artigos científicos escritos por pesquisadores que tem fazem um estudo interpretando o pensamento e as estratégias do líder, ao que tange a política externa chinesa, durante seu período de governo e abordando também o legado deste período nos demais governos da PRC. A Editora de Línguas Estrangeira do PCCh publica obras com discursos oficiais dos líderes, alguns destes que serão utilizados para analisar os discursos oficiais de Mao Zedong, como o livro “*On Diplomacy*” (1998) e o livro dos escritos de Zhou Enlai, “*Selected Works of Zhou Enlai*”, publicado em 1989.

Como fontes secundárias, publicado pela mesma editora, há o livro volume 1, de Xi Jinping (2014), que possui passagens com referências aos discursos de Mao Zedong e Zhou Enlai, focando na política externa e na estratégia de ascensão pacífica. Citando também as análises de autores Yahuda com o artigo *Chinese Foreign Policy after 1963: The Maoist Phases*

(1968) e o livro *China's Foreign Policy after Mao*, que aborda o período maoísta e seu legado na política externa. O capítulo “*Keeping the past alive: the use of history in China's foreign relations*”, de Hess (2010), publicado no *Handbook of China's International Relations* organizado por Breslin; entre outros, como: Spence (1990), Kissinger (2011; 2014), Wei (2011), Vieira (2019).

O capítulo de Hess (2010), como o título sugere, traz contribuições sobre a forma como a China utilizada de sua história milenar para criar narrativas que justificam e fortalecem determinadas políticas de governo. Conforme aponta “todo Estado mobiliza e manipula a história em serviço de suas necessidades e agendas nacionais e internacionais. Com milhares de anos de história registrada, não é surpresa que a China também se baseia em seu passado diversificado para moldar e justificar objetivos domésticos e internacionais” (HESS, 2010, p. 47). O autor propõe analisar duas narrativas, a da China como vítima e da A "ascensão pacífica" da China volta ao status de "Reino do Meio", para compreender de que forma o governo chinês se utiliza destas narrativas que remetem ao passado, para fortalecer as narrativas em volta de seus objetivos do presente. Na presente dissertação, utilizar-se-á do estudo sobre as narrativas, através da delimitação ao entorno da história e do legado da política externa chinesa, buscando demonstrar de que forma o governo maoísta se utilizou das duas narrativas proposta pelo autor.

Em contrapartida com a importância dada a PE de Mao Zedong, ao longo da presente dissertação, Hess (2010, p. 47) caracteriza o governo maoísta como um período isolamento internacional. Ainda que a opinião expressa pelo autor sobre o governo maoísta, seja oposta à adotada no presente trabalho, que busca apontar para a importância do legado maoísta na PE chinesa, as contribuições de Hess sobre a continuidade na política externa chinesa através de narrativas que remetem a história milenar do país, se mostram de suma importância para aprofundar a pesquisa sobre o legado das estratégias desenvolvidas ao longo da PE de Mao Zedong. Inclusive pelo fato de que estas narrativas foram “aperfeiçoadas pelo Estado revolucionário, antes e durante o governo de Mao” (HESS, 2010, p. 47). As contribuições do autor estarão dispostas ao longo do 3.2.1 e 3.2.2.

O livro de Kissinger (2011), “Sobre a China”, representou um desafio de pesquisa para a autora do presente trabalho. Ao considerar que o autor do livro era um funcionário de governo dos EUA, de uma ala mais belicista, poder-se-ia pensar no lugar de fala que o autor possui para analisar a política externa chinesa. Mas, exatamente por ser quem é, teve a oportunidade de vivenciar inúmeras reuniões de alto escalão com a diplomacia chinesa, muitas destas descritas ao longo do livro, inclusive com Mao Zedong e Zhou Enlai. Apesar da histórica rivalidade entre EUA e China, apontada ao longo da seção 3.1, a vivência de Kissinger em negociações diretas

com líderes chineses, fez com que o autor se aprofundasse na história chinesa. Como aponta Arrighi (2008), Kissinger foi um dos poucos autores estadunidenses a se aprofundar e a fazer o uso de “uma leitura seletiva do passado para abrir caminho na grande muralha de incógnitas que cerca as possíveis consequências da ascensão da China” (2008, p. 315).

### **2.2.1 O período de humilhações e a narrativa de vítima**

A política externa desenvolvida por Mao Tsé-tung, foi de grande importância para fazer com que a República Popular da China, se construísse como Estado e obtivesse reconhecimento internacional. A nova liderança da China, o Partido Comunista Chinês e seus dirigentes, precisaram encarar inúmeros desafios, antes de tomarem o poder, em 1949. Os eventos que antecederam 1949, desde as Guerras do Ópio, às revoluções e insurreições ao capital estrangeiro, moldaram o pensamento de Mao Tsé-tung, e foram essenciais para a formação deste como líder. Portanto, as estratégias e o desenvolver da política externa do período maoísta, foram pautadas em um sentimento anticolonial e anti-imperialista, que visava libertar a China das potências estrangeiras.

A narrativa da China como vítima do imperialismo estrangeiro é baseada na história do país, ao longo do século XIX e XX, quando a China passou pelo conhecido como “Período de Humilhações” ou “Século de Humilhações”, que vai desde as Guerras do Ópio (1839) até a tomada de poder pelo PCCh em 1949. O período acabaria por findar-se com a libertação das potências estrangeiras, como dita a narrativa oficial, quando a China parou de ser dependente da influência do capital estrangeiro e foi criada a República Popular da China. Desta forma, a narrativa foi muito utilizada ao longo do governo de Mao Zedong, para legitimar suas ações de política externa, com base da narrativa de que a revolução liderada por ele, foi o que salvou a China do “período de humilhações” (BARBIERI, 2015; HESS, 2010; ZHANG, Y., 1998; SPENCE, 1990).

Durante este longo século de invasões estrangeiras, além de as Guerras do Ópio, o povo chinês sofreu com a Guerra do Turkestão (1826-1835), a Guerra de Aliança Anglo-Francesa (1856-1860), A Guerra dos Franceses (1883-1885), a Guerra contra o Japão (1894-1895) e com um período generalizado de invasões imperialistas, a partir de 1889 (FAIRBANK, GOLDMAND, 2006, p. 188). Sobre este longo período de invasões ocidentais, sofridas pela China, cabe a citação de Fairbank e Goldman (2006, p. 189),

Hoje os historiadores estão propensos a enfatizar a ruptura social e a desmoralização psicológica causada pelo imperialismo estrangeiro. Sobre estas dimensões, se vê que, a longo prazo, a invasão estrangeira na China provocou um desastre tão abrangente e espantoso, que talvez ainda não sejamos capazes de descrevê-lo completamente. Inovações como missões cristãs, educação ocidental e investimento estrangeiro tornaram-se de dois gumes, muitas vezes, vistos como passos à frente para o mercado, em uma visão de longo prazo, mas também pode ser frequentemente destrutivo [...]. Em jogo estava todo um modo de vida, uma civilização em uma escala maior do que a economia ou a psicologia do imperialismo.

No texto de 1949, intitulado “*Systematically and completely destroy imperialist domination in China*”, publicado no livro “*On Diplomacy*” de 1998, Mao Zedong afirma que a “China antiga era um país semi-colonial sob a dominação do imperialismo e aponta para o foco da força popular em libertar a China do imperialismo através da revolução democrática, que “incorreu no amargo ódio dos imperialistas que fizeram de tudo para ajudar o Kuomintang” (MAO, 1998, p. 62). No mesmo livro, podemos encontrar um texto de 1964 intitulado *We support the oppressed people in their wars against imperialism*, o líder reforça a narrativa da China como vítima, afirmando que a China foi agredida por países estrangeiros desde as Guerras do Ópio, passando pela Guerra Sino-Japonesa, por uma Guerra contra Japão e Rússia e pela Segunda Guerra Mundial, quando foi invadida pelo Japão. O líder afirma que “entre todas essas guerras nós nunca lutamos em outros países; eram sempre os países estrangeiros que invadiam a China”. Em seguida, fortalece a narrativa sobre o pacifismo chinês, “China precisa de paz. Quem quiser paz, terá nosso apoio. Nós não aprovamos a guerra, mas apoiaremos as guerras do povo oprimido contra os imperialistas” (MAO, 1989, p. 405).

Os processos de imperialismo e invasões estrangeiras sofridos pela China ao longo do século XIX e em parte do século XX, são o foco de discussões científicas quanto ao caráter desta relação, que se tem a ser interpretada como colonialismo ou semi-colonialismo. Segundo Reinhardt (2018), o termo “semi-colonialismo” seria utilizado para caracterizar a relação da China com as potências estrangeiras, dentro de um sistema de tratados e abertura de portos, iniciado pelo Império Britânico, com as Guerras do Ópio. A autora cita Shu-mei Shih, que enfatiza o semi-colonialismo com a existência de múltiplas nações em exercício na China, diferenciando de um sistema colonial, que seria exercido por apenas um poder, também cita Bryna Goodman, que reforça a tese, argumentando que a relação da soberania chinesa e das relações exteriores, ao longo do século XIX, tende a ser classificado como uma semi-colônia.

Ainda sobre o termo semi-colonismo para caracterizar o processo da China ao longo do século XIX, faz-se necessário trazer as contribuições de Lin Li (2021, p. 150) sobre a visão de grande parte dos historiadores chineses em contraste com o debate internacional,

de acordo com a visão dominante dos historiadores chineses, a China foi considerada uma ‘semi-colônia’ de 1840 a 1949 por causa das conquistas dos países ocidentais. O termo ‘semi-colonialismo se refere a países cujo a soberania foi destruída [...]. Países imperialistas controlam a política, economia, a militarização e a cultura da semi-colônia (Liu, 1998). Internacionalmente, classificar a China de 1840 a 1949 como semi-colônia pode ser controverso. De todo modo, a narrativa da China como uma vítima do colonialismo, tem sido escrita nos livros de história dos alunos chineses do ensino médio e é amplamente aceita pelo povo chinês.

Estas contribuições que o autor traz sobre a visão interna do país quanto a narrativa de vítima, conversam com a forma com que Mao Zedong enxergava a condição da sociedade chinesa durante o período da guerra civil, visão esta que moldou as estratégias de PE do líder. A narrativa de vítima que embasava o pensamento maoísta, se mostra em continuidade no pensamento chinês, de acordo com o estudo de Lin, que foi publicado no ano de 2021, meio século após a morte de Mao Zedong.

Sobre o período colonial, Kissinger ressalta o fato de as disputas de fronteira ao longo do Tibete e de Xinjiang, serem baseados na história da China Imperial e no período colonial, quando as fronteiras foram redefinidas devido as invasões estrangeiras. Apontando que a crise entre a Índia e a China ao longo da fronteira do Tibete, na região dos Himalaias, “girava em torno da interpretação da história colonial” (KISSINGER, 2011, p. 189). Segundo Hess (2010, p. 50) a narrativa envolvia não somente a elite chinesa, como também o povo chinês como um todo, estaria “em grande parte perpetuada no nível popular”.

### **2.2.2 A China como reino do meio**

Para discorrer sobre a narrativa, utilizar-se-á, em maioria, das contribuições de Hess e dos autores citados por ele ao longo o capítulo *Keeping the past alive: The use of history in China's foreign relations* (2010, p. 50-54) como base para a subseção. O autor define que “a noção de ‘Reino do Meio’ pode ser usada para compreender termos das relações exteriores da China num geral, em particular, as relações com os vizinhos asiáticos” (HESS, 2010, p. 51) e aponta que a narrativa é utilizada ao longo da política externa chinesa, trazendo o componente a China como uma grande potência, apoio na história milenar, pois “durante séculos, a China foi o centro de uma intrincada ordem regional na qual as fronteiras Estados e regimes prestaram “tributos” rotineiros, geralmente na forma de presentes, aos chineses tribunal, reconhecendo assim o seu papel supremo na região” (HESS, 2010, p. 51). A ideia da China como “Reino do Meio”, vem de uma cultura milenar do país, que se baseia na história chinesa de liderança regional ao longo das dinastias chinesas. Se aproximando assim da narrativa de vítima do

imperialismo estrangeiro, “sendo impulsionada pela história e envolvendo um poderoso apelo popular que se apodera da ascensão da China ao longo de 1990, equiparando o período com o passado de glória e poder” (HESS, 2010, p. 51). “Reino do Meio” também é usado para se referenciar a China, “o que pode ser explicado como o conceito da China como o ‘reino do meio’” (ZHAO, 2021, p. 140).

Segundo Barmé (2009, p. 67 apud HESS, 2010, p. 51), o processo de ascensão chinesa a partir dos anos 1990 gerou “um enorme interesse popular pelas histórias dinásticas, e pelo século XVIII em particular, em uma época em que a China estava no auge de seu poder, não é coincidência, e vincula-se à construção da imagem da China como um grande ator no cenário mundial”. Para Ramón e Scott (2004, p. 120-121; 2007, p. 14 apud HESS, 2010, p. 51) a mentalidade criada sobre o “Reino do Meio” pode ser compreendida através da narrativa de vítima “[...] pois as humilhações passadas pela China, levaram ao desenvolvimento de um forte desejo chinês por respeito internacional, como uma grande potência, que é uma característica importante da identidade nacional chinesa contemporânea”.

Hess acredita que houve uma transição entre as narrativas utilizadas, todavia, buscando o mesmo interesse de tornar a China uma grande potência. O autor aponta que a partir do governo de Hu Jintao houve uma criação de um “novo conceito e imagem de ‘ascensão pacífica’ da China foi implementado pelo PCCh como o rosto público e internacional das novas ações e objetivos de política externa da China” (2010, p. 51). Segundo Shirk (2007, p. 108-109 apud HESS, 2010, p. 51), “Hu Jintao usou pela primeira vez o termo ascensão pacífico no início de 2002 e continuou a referenciar as antigas atitudes e políticas da China para com seus vizinhos, que eram marcadas pela bondade, benevolência e confiança”. Todavia, como abordado na presente dissertação, a narrativa ao redor da questão da pacificidade chinesa começou no governo de Mao Zedong, não com o Hu Jintao.

O fato de muitas obras considerarem que a estratégia de ascensão pacífica chinesa foi iniciada ao longo do início do século XXI, mais precisamente com o Hu Jintao, conforme será aprofundado no próximo capítulo, pode ser explicada pelo mesmo fenômeno de muitas obras considerarem a política externa do período maoísta como um período de “isolamento” e sem muita importância de análise, considerando a China como ativa nas relações internas apenas com o governo de Deng Xiaoping, conforme reforçado pela citação de Nogueira (2011, p. 25), na introdução do presente constructo “O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã que predomina no Ocidente sobre a trajetória de desenvolvimento chinesa”.

Kissinger, em seu livro “Ordem Mundial” (2014), aponta que a ideia da China como “Império do Meio” era extremamente difundida pela elite intelectual do país desde a unificação do território chinês em 221 a.C. O autor aponta que segundo,

esse conceito tradicional, a China considerava a si mesma, em certo sentido, o único governo soberano do mundo. Seu imperador era tratado como uma figura de dimensões cósmicas e uma pela fundamental a unir os planos humano e divino. Seu raio de ação não era apenas um estado soberano da “China” – ou seja, os territórios diretamente sob seu controle –, mas sim “Tudo que Existe sob o Céu”, uma área a qual a China constituía a parte central, civilizada: o “Império do Meio”, inspirando e aperfeiçoando o resto da humanidade (KISSINGER, 2014, p. 215).

Nesta passagem, apesar de não existir uma citação direta sinalizando para o termo *Tianxia*, é possível observar as referências diretas ao abordar o “Tudo que Existe sob o Céu”. Não somente em Kissinger (2014), mas em toda narrativa voltada para a China como “Reino do Meio”, está intrinsecamente interligada a filosofia do *Tianxia*. Devido ao fato de o “Reino do Meio” poder ser interpretado como o centro do poder legítimo no *All-under-Heaven* (CHEN, 2016). Pode ser vista também uma ligação através do sistema tributário chinês, a narrativa de “Reino do Meio” e o *Tianxia*. Como foi abordado no capítulo teórico-metodológico, Zhao (2015; 2021) acredita que o sistema tributário chinês foi desenvolvido durante a dinastia Zhou, com base na filosofia do *Tianxia*.

Conforme aponta Lynch (2009, p. 96 apud HESS, 2010, p. 51) “Os principais especialistas em relações internacionais chinesas também fazem referência a uma imagem histórica das relações harmoniosas da China confucionista com os estados vizinhos através do sistema de tributos como exemplo de sua atual agenda regional”. Conforme aponta Barbieri (2017, p. 75) os Estados tributários foram de governar em que existia uma relação de suserania entre a China, através do poder do imperador, com as regiões vizinhas, “que não incluía controle político efetivo e subordinação econômica”.

Portando, assim como na narrativa de vítima, o pensamento sobre a China como “Reino do Meio”, também é um componente de extrema importância para a construção da política externa do período maoísta, podendo ser vista através da postura do líder de ruptura e enfrentamento com potências maiores, com a URSS e com os EUA, através da questão de Taiwan. E com potências médias regionais, como a postura de Zhou Enlai nas negociações ao entorno dos territórios de Xinjiang e Tibete, principalmente no relacionamento com a Índia, onde a China se posicionava como uma potência que guiaria a segurança regional com base nos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” de autoria chinesa. Princípios estes que foram continuados como a máxima da narrativa ao longo da política externa chinesa com foco no

Movimento dos Não-Alinhados. São estas estratégias de política externa, baseadas em narrativas fortalecidas ao longo do governo maoísta, para direcionar a China a uma posição de potência global.

### 2.3 O INÍCIO DA ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO PACÍFICA

O uso do termo cooperação ganha-ganha (win-win), presente na política do atual governo, teve sua origem ao longo do período maoísta, por Zhou Enlai, como parte da diplomacia de ascensão pacífica, através da criação “dos ‘Oito Princípios para Assistência Econômica e Técnica a Outros Países’ para a igualdade e benefício mútuo”, derivados dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (VIEIRA, C., 2019). No livro de Xi Jinping (2014) “A governança da China” volume I, há inúmeras referências a construção da política externa do governo maoísta com base nos Cinco Princípios, apontando também para a importância do legado maoísta na condução da política externa da China no governo atual. O livro, possui um capítulo intitulado “Persistir e aplicar a essência viva do pensamento de Mao Zedong”, no qual Xi Jinping aponta sobre a importância de seguir os princípios maoístas de autonomia e independência para construir uma diplomacia que siga “o caminho do desenvolvimento pacífico (XI, 2014, p. 36).

Na citação a seguir, Xi Jinping (2014, p.300) reafirma a utilização dos Cinco Princípios e cita os princípios de Mao Zedong de independência e autonomia como formadores da política externa chinesa atual,

Nosso caminho do desenvolvimento pacífico não foi fácil de se encontrar. Tem sido formado gradualmente mediante as árduas buscas e contínuas práticas do nosso Partido desde a fundação da Nova China em 1949 [...]. Na prática ao longo do tempo, temos formulado os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e persistido firmemente nesses princípios. Temos também estabelecido e implementado uma política exterior pacífica de independência e autonomia [...].

Para além do uso contemporâneo, as discussões ao entorno da pacificidade na diplomacia chinesa se originaram no governo de Mao Zedong, no período de redirecionamento da política externa chinesa ao longo da década de 1950. Na transição de 1953 para 1954, a China estava em constantes negociações com a Índia, acerca das fronteiras nas regiões do Tibete e de Burma (hoje Myanmar), quando Zhou Enlai propôs os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica para ditar as os princípios das relações diplomáticas entre as partes (YAHUDA, 1983; ZHOU, 1989; XI, 2014; KHAN, 2018).

O texto original de Zhou Enlai sobre os Cinco Princípios pode ser encontrado no livro volume II “*Selected Works of Zhou Enlai*”, de 1989 (p. 128). Os princípios foram utilizados em discurso pela primeira vez em 31 de dezembro de 1953, em ocasião das negociações entre Índia e China sobre o Tibete. Conforme texto original,

*Negotiations between China and India have opened today, the last day of December, fulfilling our promise that they would be held 1953. We believe that Sino-Indian relations will continue to improve. Some long-standing problems that are still unsettled can surely be solved smoothly. The principles that should govern relations between our two countries were put forward soon after the founding of New China, namely, the principles of mutual respect for sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence. It is inevitable that there should be some problems between two big countries, particularly when, like China and India, they have a common border. But all unresolved problems can be discussed, providing the negotiators abide by these principles<sup>7</sup>.*

Derivado dos Cinco Princípios, foram criados os “Oito Princípios para Assistência Econômica e Técnica a Outros Países”. O texto foi elaborado com base em respostas que Zhou Enlai deu em uma coletiva de empresa em Ghana, em 15 de janeiro de 1964 e foram formalmente incorporados no Comunicado Conjunto do Governo da República Popular da China e o Governo da República do Mali emitido em 21 de janeiro de 1964.

Segundo texto presente no livro dos discursos de Zhou (1989, p. 446), os oito princípios consistiam, de forma resumida, em: princípio da igualdade e ajuda mútua; respeito à soberania e não exigência de privilégios para fornecer ajuda a outros países; assistência econômica através de empréstimos livres de juros ou com juros baixos e, se necessário, estende o prazo de pagamento; ajudar os beneficiários no caminho da autossuficiência e eventual independência no desenvolvimento econômico; focar em projetos que exigem menor investimento e resultados rápidos para que os governos beneficiários possam aumentar suas rendas e acumular capital; fornecer equipamentos e materiais a preços mais acessíveis; fornecer equipe de assistência

---

<sup>7</sup> As negociações entre China e Índia começaram hoje, último dia de dezembro, cumprindo nossa promessa de que seriam realizadas em 1953. Acreditamos que as relações sino-indianas continuarão a melhorar. Alguns problemas de longa data que ainda não foram resolvidos podem certamente ser resolvidos sem problemas. Os princípios que devem reger as relações entre nossos dois países foram apresentados logo após a fundação da Nova China, a saber, os princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica. É inevitável que haja alguns problemas entre dois grandes países, principalmente quando, como China e Índia, eles têm uma fronteira comum. Mas todos os problemas não resolvidos podem ser discutidos, desde que os negociadores respeitem esses princípios.

técnica para implementação dos projetos; e não serão permitidas regalias para os especialistas chineses<sup>8</sup>.

Em um texto oficial publicado pelo jornal do PCCh em 1977, é ressaltada a importância de Mao Zedong e de seu Chanceler, Zhou Enlai para a política externa chinesa. Segundo o material, Mao Zedong, além de ter fundado a RPC, “provocou uma mudança radical na situação do Oriente perante o mundo”, fazendo referência a atuação da política externa chinesa em prol da “libertação das nações oprimidas”, podendo ser interpretações como os países de recém independência, que ainda lutavam para se libertar da influência do imperialismo estrangeiro. O texto aponta para os Cinco Princípios de Coexistência pacífica como parte “da linha, dos princípios e das políticas da China.

### **2.3.1 A Teoria dos Três Mundos e a criação de uma Terceira Via**

O desenvolvimento da “Teoria dos Três Mundos” sob a visão maoísta, se decorreu através de um cenário onde a China estava reformulando suas estratégias de política externa, e pautando os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, conforme mencionado nas subseções anteriores. O debate sobre os Três Mundos, segundo Hobsbawm, foi popularmente conhecido a partir de 1952, diferenciando em três mundos: os países capitalistas e desenvolvidos; os países comunistas; e os não alinhados, de recém independência, que pautavam a luta anti-imperialista e anti-colonial (HOBSBAWM, 1994). Segundo Yahuda (1983, p. 31), a perspectiva dos líderes chineses, principalmente de Mao Zedong, era de que estes países reconhecidos como do terceiro mundo, tinham uma história compartilhada de luta contra o colonialismo e necessidade de industrialização, devido ao atrasado provocado pela interferência do imperialismo estrangeiro.

O movimento em si dos países do Terceiro Mundo, fortalecida os Estados do sistema internacional, considerados como “mais fracos” perante as grandes potências. Desta forma, com o fortalecimento do Terceiro Mundo, começou a ocorrer um certo grau de “democratização mais efetiva nas relações internacionais. [...] através de mudanças estruturais no sistema internacional do pós-guerra. O Terceiro Mundo, que consistia na maioria dos membros da sociedade internacional, agora tinha uma influência mais significativa nas decisões mais importantes sobre guerra e paz nas relações mundiais” (ZHANG, Y., 1998, p. 110).

---

<sup>8</sup> Tradução para o português de Marxists.org, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chu-en-lai/1964/01/15.htm>. Com texto original em Selected Works of Zhou Enlai, Pequim, 1989, Volume II, Foreign Languages Press, pág: 446-447.

Logo no início da Política Externa maoísta foi estabelecido que a estratégia dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica seria basilar “para a condução a condução das relações internacionais da China”, propondo também “a ideia de uma estratégia de uma divisão em ‘três mundos’, com a China identificada como país de terceiro mundo” (WANG, 2014, p. 18). O direcionamento da política externa ao entorno do “Terceiro Mundo” era pautado pela crença de Mao Zedong, de que a China receberia um “suporte das potências médias que teriam interesses em comum em manter sua soberania nacional e independência”, que estavam em ameaça devido ao crescimento da intervenção das superpotências (YAHUDA, 1968, p. 97). O líder também argumentava que “a ponta da lança do imperialismo foi dirigida em primeira instância contra os países do Terceiro Mundo” (YAHUDA, 1983, p. 31).

A estratégia voltada para os ‘três mundos’ foi posta efetivamente em prática a partir da metade da década de 1950, quando a China foi convidada a participar da Conferência de Bandung e passou a fazer parte do Movimento dos Não-Alinhados, como abordado na seção 3.1 do presente capítulo. A estratégia, combinada com a de enfrentamento entre as grandes potências, de fato fez com que a China, ao longo dos anos do governo maoísta, adquirisse uma posição de destaque nos diálogos internos. Como no período os estudos sobre teoria e relações internacionais ainda eram pouco desenvolvidos academicamente devido ao controle do PCCh, os intelectuais chineses tendiam a considerar as falas e discursos de Mao Zedong como um desenvolvimento teórico.

No livro “*On Diplomacy*” consta um texto de 1974, intitulado “*On the question of the differentiation of the Three Worlds*”, feito a partir de uma conversa do presidente Mao Zedong com o presidente Kenneth David Kuanda da Zâmbia. Segundo o texto oficial publicado no livro de 1998, Mao Zedong coloca “os EUA e a União Soviética como pertencentes do Primeiro Mundo. Os elementos do meio como Japão, Austrália e Canadá, do Segundo Mundo. Nós somos o Terceiro Mundo”, fazendo referência a conversa com o líder de Zâmbia. Logo em seguida, caracteriza o Terceiro Mundo como “todos os países asiáticos, exceto o Japão [...]. Toda a África e também a América Latina pertencem ao Terceiro Mundo”. O líder também aponta suas divisões de acordo com a riqueza e a posse nuclear dos países: “Os EUA e a União Soviética tem muitas bombas atômicas, e eles são ricos. Europa, Japão, Austrália e Canadá, do Segundo Mundo, não possuem tantas bombas atômicas e não são tão ricos quanto o Primeiro Mundo, porém são mais ricos que o Terceiro Mundo”.

O Diário Oficial do Povo (jornal oficial do PCCh), em um texto publicado em 1977, é possível ter uma ideia sobre a posição oficial do PCCh. Aqui vale ressaltar que para o posicionamento oficial do PCCh, assim como para os autores Yahuda (1983, p. 113), Wei

(2011), Corrêa Vieira (2019), é a de que Mao Zedong publicou/criou a Teoria dos Três Mundos em 1974, conforme citação acima. O texto do Diário Oficial de 1977, foi publicado pelo Comitê Editorial do Diário do Povo, intitulado “A teoria do Presidente Mao sobre os três mundos constitui uma grande contribuição ao marxismo-leninismo”<sup>9</sup>. Sobre a contribuição ao marxismo-leninismo, não cabe ser analisada na presente dissertação, todavia, utilizar-se-á do texto como fonte histórica para compreender qual era o discurso oficial da época sobre a Teoria dos Três Mundos, desenvolvida por Mao Zedong.

Segundo o texto do Diário do Povo (1977), esta divisão dos países entre três mundos proposta pelas lentes do líder, era considerada como uma “tese científica que emerge da análise do desenvolvimento das várias contradições fundamentais do mundo contemporâneo e das mudanças que ocorrem nele”. O discurso oficial proferido na mídia acreditava ser uma teoria criada pelo presidente Mao, a partir da análise dos fenômenos internacionais da época, buscando uma relação entre o nacional e o internacional para entender o porquê de tais fenômenos afetarem os países de maneira distintas.

#### 2.4 BREVES CONCLUSÕES: A IMPORTÂNCIA DO LEGADO MAOÍSTA PARA A CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Como pode ser observado ao longo do presente capítulo, a liderança de Mao Zedong representou um marco para a construção da RPC, o governo nasceu conjunto a nova República e precisaria se adequar a realidade externa e interna do país. Sobre a política interna, não cabe a análise na presente dissertação, no entanto, a PE do líder representa um importante objeto de estudo. O governo de Mao Zedong durou de 1949-1976, todavia, sua visão de mundo sobre as RI e a PE da China, já se formavam ao longo do período das revoluções. Neste sentido, os aliados e inimigos permanecem durante um primeiro momento, seguinte o padrão da Guerra Fria. Para além da questão ideológica, entre socialismo e capitalismo, a história de invasões sofridas pela China, tendo as Guerras do Ópio como marco inicial, moldaram a forma como Mao Zedong viria a conduzir a PE chinesa.

Logo, pode-se concluir que as estratégias voltadas para a narrativa de vítima e para a ideia da China como reino do meio, foram embrionárias no pensamento de Mao Zedong, desde quando o líder era um jovem revolucionário no início do século XX. Estes dois elementos são

---

<sup>9</sup> Texto original disponível em espanhol, título “La teoría del Presidente Mao sobre los tres mundos constituye una gran contribución al marxismo-leninismo Por el comité editorial de Renmin Ribao (Diario del Pueblo) 1 de noviembre de 1977

parte crucial não só do pensamento maoísta, como do background de conhecimento da China como um todo. A narrativa de vítima vem do período de humilhações pelo qual a China sofreu com inúmeras invasões estrangeiras, que floresceram no povo chinês um espírito nacionalista e revolucionário, buscando libertarem-se desta submissão estrangeira. Libertando do imperialismo estrangeiro, a China teria a oportunidade de voltar a seu local de liderança como reino do meio, tal qual dita o Sistema *Tianxia* com a ideia de um líder supremo que criaria uma ordem mundial harmoniosa. Estas duas narrativas, do período de humilhações e da China como reino do meio, por serem parte constituinte do background de conhecimento do país, fazem parte de todo um legado da PE chinesa, que foi iniciada por Mao Zedong.

A PE maoísta era vista como assertiva, envolta em inúmeros conflitos territoriais, como também ideológicos devido a Guerra Fria. Dentre estes, faz-se importante ressaltar os pontos que podem representar um ponto mais crítica, na visão internacional, quanto a retórica de ascensão pacífica, os quais voltados para a manutenção da integridade territorial e da soberania da China, buscando constituir os territórios do período imperial, reocupando principalmente as regiões ao longo de Xinjiang, fazendo divisa com Índia e Rússia, como também avanços ao longo do mar do sudeste asiático, chamado pelo PCCh como “Mar do Sul da China”.

Tanto as narrativas de vítima e da China como reino do meio, quanto os pontos mais críticos e assertivos da PE maoísta, ao longo dos territórios citados acima, são parte constituinte do legado maoísta na PE chinesa. Neste legado, foi possível delimitar um objeto de estudo voltado para a retórica da ascensão pacífica, que como visto anteriormente, foi criada ao longo da PE de Mao Zedong, conjunto a seu Chanceler Zhou Enlai, formalizada a partir dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Este legado pode ser visto ao longo de todos os governos seguintes da RPC, dando destaque ao líder atual, Xi Jinping, pois segundo a opinião pública acadêmica e até mesmo popular, a postura de Xi Jinping se aproximaria muito dos posicionamentos do líder Mao Zedong. Aproximações estas voltadas para uma postura mais assertiva com os interesses nacionais da China.

Buscando analisar esta ligação entre os dois períodos da PE chinesa, propõe-se o próximo capítulo, voltado para a compreensão sobre o desenvolver da ascensão/desenvolvimento pacífico, com foco em discursos e documentos oficiais da PE de Xi Jinping

### 3 O LEGADO MAOÍSTA E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE XI JINPING

#### 3.1 DA ASCENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PACÍFICO

A seção inicial do capítulo 4 tem como intuito abordar sobre o desenvolvimento histórico do uso da ascensão/desenvolvimento pacífico como parte do legado da P.E chinesa. Como foi possível observar ao longo da dissertação, a retórica sobre a ascensão pacífica é utilizada desde o primeiro governo da China sob a liderança do PCCh, todavia, sendo difundida a partir dos anos 2000. Desta forma, entende-se aqui que P.E do período maoísta, desenvolvida por Mao Zedong e seu Chanceler Zhou Enlai, é o berço do discurso chinês sobre a pacificidade, tendo como origem os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, na década de 1950.

Jian Zhang (2015) aponta que, a partir da década de 1990 o uso da ascensão/desenvolvimento pacífico foi colocado como prioridade para criar um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento chinês. Segundo o autor, “a política declarada de ‘ascensão pacífica/desenvolvimento pacífico’ reflete essencialmente o reconhecimento de longa data dos líderes chineses de que a reforma doméstica, o desenvolvimento e a restauração do status de grande potência do país requer um ambiente externo pacífico e estável” (ZHANG, J., 2015, p. 5).

De fato, apesar do discurso oficial ter sido criado na P.E de Mao Zedong (1949-76) com os Cinco Princípios, durante o governo maoísta e ao longo do governo de Deng Xiaoping (1978-92), a China passou por um período de reconstrução de sua política econômica, se estruturando para a abertura ao comércio internacional e buscando uma postura em um tom menos assertivo e mais conciliatório. Portanto, entende-se que de acordo com a análise de Zhang (2015), a partir da década de 1990 a China estaria mais estável em sua política interna e externa, possibilitando o foco para a criação de um ambiente pacífico que seria formado pelas relações da China com os outros Estados.

Todavia, vale ressaltar que neste período a China passara pelo massacre da Praça *Tiananmen* (1989), um episódio de extrema violência estatal, em que o governo de Deng Xiaoping respondeu protestantes com tanques de guerra. Em consequência ao episódio, a imagem internacional de uma China pacífica foi mundialmente questionada, obrigando o aparato diplomático chinês a “trabalhar para reconstruir a imagem internacional da China após *Tiananmen*” (GLASER; MEDEIROS, 2007, p. 293). Em consequência ao massacre, a comunidade internacional reagiu de forma apreensiva sobre o desenvolvimento chinês, apontando, por exemplo para um conflito iminente entre potências e um choque de civilizações,

como pode ser visto nas obras de Bernstein e Munro (1998), Samuel Huntington (1993; 2001), John Mearsheimer (2001) citadas ao longo do capítulo 1 (apud QIN, 2011, p. 245).

### 3.1.1 Os estudos de Zheng Bijian e o termo “ascensão pacífica”

Reagindo as constantes críticas sobre a China, que apontavam para uma guinada a uma postura mais assertiva, o governo chinês encomendou estudos para criar uma doutrina de ascensão pacífica. Segundo Arrighi (2008, p. 298-99) a doutrina *heping jueqi*, “surgir precipitada e pacificamente”, foi criada a fim de refutar “a ideia de ‘ameaça chinesa’ e como ofensiva para contrabalançar a estratégia norte-americana de cercar a China com um sistema de bases militares”. Os estudos foram encomendados durante o governo de Jiang Zemin (1993-2003), e foram liderados por Zheng Bijian, que foi “vice-presidente do executivo da Escola Central do Partido do Comitê Central e agora presidente do Fórum de Reforma da China; naquela época, ele era considerado um confidente de Hu Jintao, que era então o presidente da Escola do Partido” (GLASER; MEDEIROS, 2007, p. 293-94).

A data do primeiro discurso oficial proferido sobre a nova doutrina varia de autor para autor. Arrighi (2008, p. 299), Qin (2011, p. 246) e Zhang (2015, p. 8) apontam para o ano de 2003, Arrighi referindo especificadamente ao Fórum de Boao para a Ásia. Glaser e Medeiros (2007, p. 293), apontam para dezembro de 2002, em uma viagem de Zheng Bijian aos EUA, assim como consta no livro de discursos publicado por Zheng Bijian (2005, p.74). O primeiro discurso, intitulado “*The Sixteenth National Congress of the Chinese Communist Party and China’s Peaceful Rise: A New Path*”, foi proferido durante um diálogo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Washington D.C., em 9 de dezembro de 2002. Zheng afirmou que o caminho para a ascensão pacífica chinesa não havia iniciado nos anos 2000, pois seguia uma tradição de vinte e três anos de desenvolvimento e questionando por que iriam mudar uma estratégia tão longa e tradicional da diplomacia chinesa (ZHENG, 2005a).

Citando também o discurso de uma semana mais tarde, em ocasião da viagem de uma delegação liderada por Zheng Bijian e outra vinculada ao PCCh, chamada Fórum de Reforma da China, aos EUA. Bijian era o vice-presidente do *Central Committee’s Central Party School* e proferiu um discurso intitulado “*A New Opportunity for Relations Between China and the United States*” no qual abordava a necessidade de China e EUA manterem uma relação harmoniosa (ZHENG, 2005a, p. 67-73). Para além do discurso oficial, a comitiva participou de inúmeras reuniões com pesquisadores estadunidenses para analisarem as relações entre as duas potências. Na ocasião, Zheng enfatizou em suas análises o conceito de “o caminho para o

desenvolvimento da ascensão pacífica da China” (GLASER; MEDEIROS, 2007, p. 294). O 16º Congresso do PCCh que Zheng faz referência, ocorreu em novembro de 2002, quando houve a transição de liderança de Jiang Zemin para Hu Jintao, que governou a China até 2012.

Zheng Bijian possui um livro publicado em 2005, no qual constam textos de 1997 a 2005, sobre os estudos do autor para o desenvolvimento pacífico da China. Dos nove textos do livro, oito são do período de 2002 a 2005, não por coincidência o mesmo período em que Hu Jintao, em seus primeiros anos de governo, popularizou o uso do slogan sobre o “desenvolvimento pacífico. Os textos são divididos de acordo com as prioridades estratégicas da China ao aplicar a P.E para o “desenvolvimento pacífico”, podendo citar as relações com os EUA, com o Ásia, citado também a região Ásia-Pacífico. Regiões estas extremamente estratégicas para que a China pudesse modernizar e aumentar suas rotas comerciais por mar e terra, conforme dita a *Belt and Road Initiative* (BRI), que será aprofundada na seção sobre o governo de Xi Jinping.

### 3.1.2 O governo de Hu Jintao e a popularização da doutrina

O governo de Hu Jintao tornou-se famoso por difundir o “desenvolvimento pacífico” como uma das retóricas principais da P.E chinesa. Conforme aponta Arrighi (2008, p. 299), durante o mandato de Hu, o termo passou por mudanças e passou de “ascensão pacífica” para “desenvolvimento pacífico”, também podendo ser definido como “coexistência pacífica”, mudando apenas as expressões e permanecendo o conteúdo, com base nos Cinco Princípios e na doutrina criada com base nos estudos de Zheng Bijian e do aparato diplomático chinês. Segundo o autor, a doutrina foi reforçada pela “proclamação do presidente Hu Jintao, em 2004, sobre os ‘quatro não’ (‘não à hegemonia, não à força, não aos blocos, não a corrida armamentista’) e os ‘quatro sim’ (‘à construção de confiança, à redução de das dificuldades, ao desenvolvimento da cooperação e ao evitamento do confronto’) (LEONARD, 2005 apud ARRIGHI, 2008, p. 299).

O livro de Arrighi, “Adam Smith em Pequim” em que constam as passagens acima, foi publicado ao longo do mandato de Hu Jintao e possui um capítulo dedicado ao “O desafio da ‘ascensão pacífica’” (2008, p. 285-315). Nele, o autor traz um debate,

sobre diferentes opiniões “[...] dentro e fora do Partido Comunista. Num dos polos, seguindo a máxima de Deng Xiaoping de que a China deveria ‘esconder seu brilho’, está quem sente que basta falar de *ascensão*, ainda que pacífica, para alimentar ideias de ameaça chinesa. No polo oposto, há quem sinta que falar de *ascensão pacífica* remete aos Estados Unidos e a Taiwan a mensagem de que eles podem intimidar a

China de modo insolente (ARRIGHI, 2008, p. 299). “Entre esses dois polos, esgueiram-se os líderes políticos” (LEONARD, 2005 apud ARRIGHI, 2007, p. 299). [...] Par as autoridades chinesas, não há contradição entre a doutrina de “desenvolvimento pacífico” e a determinação de promover forças armadas mais capazes, que elas veem como parte integrante do desenvolvimento da China e como reação natural às humilhações que sofreram desde as Guerras do Ópio, em meados do século XIX, até a brutal invasão e ocupação japonesa, entre 1931 e 1945 (ARRIGHI, 2008, p. 299-300).

Fez-se necessário trazer esta citação direta de Arrighi por abordar temas que interligam as argumentações desenvolvidas na presente dissertação. Quando o autor aborda que mesmo com diferentes opiniões no PCCh, o discurso oficial se mantém convicto de que não há contradições entre buscar um “desenvolvimento pacífico” e se proteger militarmente, é possível identificar o background de conhecimento ao entorno deste discurso oficial do governo. Conforme a contribuição de Qin (2014), citada no capítulo teórico, a construção do background de conhecimento de um país está envolta a cultura e ao desenrolar de sua história, apontando aqui para uma continuidade dessa construção cultural e filosófica presente na China, de que a existência de uma complementaridade entre os polos, é que constrói o todo, segundo a dialética *Zhongyong*. Ou seja, nesta perspectiva, não há uma anulação da segurança nacional se a China utiliza de uma retórica pacífica em sua P.E. Ambas as estratégias funcionariam de maneira complementar, e variando de situação para situação, sempre pautando em favor dos interesses nacionais da China.

Além desta questão, pode-se fazer referência a continuidade histórica citada por Arrighi, ao enfatizar que o perfil de PE que a China constrói hoje, ao menos em seus discursos oficiais, está intrinsicamente ligado a tradição chinesa em romper com opressão sofrida no “Período de Humilhação” e proteger a China para que este período não venha a ocorrer novamente. Como foi possível observar ao longo do capítulo anterior, o pensamento que Mao Zedong desenvolveu sobre PE e a retórica e os discursos que o líder construiu ao longo de seu mandato, foram extremamente influenciados pelo passado de humilhações vivido pela China. Portanto, a ideia de libertar a China da dependência estrangeira e a importância dada a soberania dos outros Estados, tem origem nesse passado da revolução e foram protagonistas para a construção dos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* e dos “Quatro não” e “Quatro sins”, de Hu Jintao.

Segundo discurso oficial do governo, trazido em uma passagem por Arrighi (2008, p. 300), “A política de defesa nacional da China é de autoproteção. [...] Nos últimos cem anos, a China sempre foi agredida pelo outros. Nunca enviou um único soldado para ocupar um centímetro que seja de terra de outro país”, fala de Wen Jiabao, primeiro-ministro durante o governo de Hu Jintao, em abril de 2005. Neste ponto, vale ressaltar que o discurso oficial

chinês, assim como da maioria dos países, não condiz com a realidade das ações políticas. Apesar da presente dissertação trabalhar com a análise de discursos e documentos oficiais, não se pode deixar de abordar sobre os inúmeros conflitos de fronteira no governo de Mao Zedong, muitos ainda sem resolução definida ao entorno do Tibete e Taiwan, como veremos ao longo das próximas seções. Arrighi (2008, p. 300) faz questão de lembrar que “Wen deixou convenientemente de lado as invasões chinesas na Índia no começo da década de 1960 e do Vietnã no fim dos anos 1970”.

### 3.1.3 White Papers sobre o desenvolvimento pacífico

Durante o governo de Hu Jintao foram publicados dois White Papers sobre o desenvolvimento pacífico, um em 2005 e outro de 2011, com o intuito de “formalmente declarar seu compromisso com uma política externa de ‘desenvolvimento pacífico’” (ZHANG, 2015). O documento publicado em 2005 tem o título *White Paper on China's Peaceful Development Road*, sugerindo logo de início sobre a China seguir um caminho do desenvolvimento pacífico. O documento foi publicado pelo Conselho de Estado, e dividido em cinco partes: I. *Peaceful Development Is the Inevitable Way for China's Modernization*; II. *Promoting World Peace and Development with China's Own Growth*; III. *Developing by Relying on Its Own Strength, Reform and Innovation*; IV. *Seeking Mutual Benefit and Common Development with Other Countries*; V. *Building a Harmonious World of Sustained Peace and Common Prosperity* (CHINA, 2005).

Através destes tópicos, é possível perceber o foco da China em: manter um ambiente pacífico para seguir o caminho da modernização, que pode ser interpretada como o próprio desenvolvimento econômico da China e “promover a paz mundial através do desenvolvimento e do próprio crescimento da China”, neste aspecto, colocando o país como uma liderança chave para o sistema internacional. Interligando estes dois pontos aos demais, observa-se que além de se colocar como potência global, abordam sobre a questão do benefício e desenvolvimento mútuo e a “construção de um mundo harmonioso para sustentar a paz e a prosperidade em comum”. Elementos estes que podem ser vistos desde o início da retórica sobre a ascensão pacífica, com mudanças sutis de linguagem, como a substituição de “ascensão” para “desenvolvimento, e trazendo os Cinco Princípios de forma mais resumida nos tópicos do documento (CHINA, 2005).

Sobre o conteúdo dos capítulos, dar-se-á foco aos que abordam sobre o protagonismo da China como liderança internacional, através do desenvolvimento pacífico e da criação de um

mundo harmonioso. A questão em si sobre construir um mundo harmonioso, como visto no capítulo teórico, é diretamente ligado a filosofia do *Tianxia*, onde o “Reino do Meio” iria guiar “tudo sob o céu”, em busca de um mundo harmonioso, portanto, podemos ver referências diretas a essa filosofia chinesa, no documento oficial publicado em 2005 (CHINA, 2005).

Segundo o tópico II,

A paz é a base para o desenvolvimento, enquanto o desenvolvimento é fundamental para a paz. Durante anos, o governo e o povo chinês fizeram esforços incansáveis para criar um ambiente internacional pacífico [...]. O desenvolvimento da China precisa de um ambiente internacional pacífico. Desde 1978, quando as políticas de reforma e abertura foram adotadas, a China tem se esforçado para se desenvolver dentro de um ambiente internacional pacífico (CHINA, 2005).

Em seguida, fazem referências quantitativas sobre o desenvolvimento chinês ao longo de 1978 a 2005, que se concluem com a seguinte constatação, “em 2004, houve uma taxa média de crescimento de mais de 9% ao ano. Os dados específicos sobre o desenvolvimento econômico chinês não são parte fundamental para a presente dissertação e como se sabe, hoje a China está em constante disputa com os EUA pelo lugar de maior economia do mundo, portanto, estes aspectos não serão mais aprofundados (CHINA, 2005).

O importante no presente constructo é perceber as referências, por vezes sutis, outras vezes mais marcantes, quanto a importância colocada pelo governo chinês para a estabilidade internacional através do desenvolvimento pacífico, para que a China continue a enriquecer e a ocupar um grau de cada vez mais influência na política mundial. A questão é que o desenvolvimento econômico chinês vem em volta de um discurso, com referências ao legado maoísta sobre os Cinco Princípios e a filosofias milenares como o *Tianxia*, como forma tentativa de suavizar um discurso que nitidamente, está ligado a uma política externa para a projeção da China como potência global.

Valendo lembrar que, o desenvolvimento econômico de um país e sua influência política (poder de barganha) estão inteiramente conectados. Conforme a China se abre para o comércio internacional e torna-se um grande exportador, evoluindo de produtos de baixo custo para produtos de alta tecnologia, acaba criando uma relação com os países que consomem da China, sendo hoje o mundo todo hoje em dia, sem exageros. Desta forma, assim com os EUA, a China acaba tendo influência em todas estas relações que dependem de seu desenvolvimento

econômico, portanto, criando um poder de barganha para “construir um mundo harmonioso” e “liderar a paz mundial”<sup>10</sup> (CHINA, 2005).

O tópico “*IV. Seeking Mutual Benefit and Common Development with Other Countries*”, faz referências diretas aos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” e aos “Oito Princípios para Economia e Assistência Técnica a Outros Países”, na medida em que cita sobre o desenvolvimento mútuo entre os países e sobre a necessidade de assistência mútua para o avanço econômico. Outro aspecto interessante são as falas sobre a China não conseguir manter um desenvolvimento que seja independente do resto do mundo que, portanto, “o mundo precisaria da China se quiser se prosperar na economia global. Uma fala de dois lados, onde o discurso oficial primeiramente ressalta que a China é um país dependente, assim como todos os outros e que, devido a esta interdependência, o mundo também precisaria da China para prosperar a economia global (CHINA, 2005).

O tópico “*V. Building a Harmonious World of Sustained Peace and Common Prosperity*” faz referências a criação de um mundo harmonioso através da paz, um discurso extremamente alinhado os preceitos do sistema *Tianxia* e da dialética *Zhongyong*, sobre a importância de construir a harmonia, a criação de um mundo harmonioso através da paz, que seja guiado pelo governo dos céus, o reino do meio, no caso, a China. A citação do documento afirma que “a humanidade tem apenas uma casa – a Terra. Construir um mundo harmonioso e sustentado pela paz e pela prosperidade é um desejo em comum das pessoas do mundo, assim como o elevado objetivo da China em seguir o caminho do desenvolvimento pacífico” (CHINA, 2005).

No subtópico seguinte, há referências diretas aos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que deveriam ser seguidos por toda a humanidade, para possibilitar a existência de um mundo harmonioso pautado pela paz. Pautando também para a necessidade em promover a democracia nas RI através do diálogo, o que pode ser interpretado como críticas diretas as invasões dos EUA no Iraque e Afeganistão, que foram justificadas como em defesa da democracia. Mas que democracia seria esta sem que haja um diálogo entre os envolvidos? Os documentos oficiais, por vezes, podem parecer repetitivos, todavia, este é um ponto de extrema importância, pois a repetição entre as falas e o alinhamento entre os discursos, fortalecem o argumento de que há uma continuidade na retórica chinesa sobre a ascensão pacífica (CHINA, 2005).

---

<sup>10</sup> As aspas foram utilizadas para referenciar que estas são expressões do discurso oficial do governo chinês. Desta forma, não expressam um juízo de autor da autora da dissertação.

O segundo documento, intitulado *China's Peaceful Development Information Office of the State Council*, foi publicado em setembro de 2011, e por ser interpretado como uma atualização do primeiro documento. Constando com os seguintes tópicos: *I. The Path of China's Peaceful Development: What It Is About; II. What China Aims to Achieve by Pursuing Peaceful Development; III. China's Foreign Policies for Pursuing Peaceful Development; IV. China's Path of Peaceful Development Is a Choice Necessitated by History; V. What China's Peaceful Development Means to the Rest of the World* (CHINA, 2011).

O primeiro tópico buscar explicar qual o histórico que baseia a retórica chinesa sobre o desenvolvimento pacífico, sendo interessante ressaltar que o documento faz referências a uma China milenar, que sofreu com invasões forçadas pelo Ocidente no século XIX, tornando a China um país fraco, envolto pelo caos e pela guerra, trazendo aqui o discurso sobre a narrativa de vítima e o período de humilhações. É possível observar um esforço do governo chinês para justificar e ressaltar que a China seguiria um desenvolvimento pacífico, por ter sofrido durante um século com guerras e invasões em seu território, um cenário que não pretendem deixar que seja repetido. Neste ponto, é possível interpretar que, para manter um caminho em prol do desenvolvimento pacífico, a China irá defender sua soberania e seus interesses nacionais, mesmo que isso possa representar uma postura mais “assertiva” para outrem.

Importante destacar que este documento foi publicado dois anos antes da posse de Xi Jinping como líder da China, fato que enfraquece o argumento sobre uma mudança repentina na estratégia chinesa de PE, pois este documento que devido ao seu passado de invasões e guerras que enfraqueceram o país no século XIX, a China do século XXI não iria aceitar ofensivas que desrespeitassem sua soberania.

Além de fortalecer esta narrativa, o tópico foca em seis formas de desenvolvimento que devem ser seguidos para atingir o desenvolvimento pacífico, os quais são: desenvolvimento científico; desenvolvimento independente – trazendo um contraste com o documento de 2005 que defendia a interdependência; desenvolvimento aberto – afirmando aqui que “a China aprendeu com seu curso de desenvolvimento que não pode se desenvolver com as portas fechadas”; desenvolvimento pacífico – em que a China aponta que “do sofrimento amargo da guerra e da pobreza [...], o povo chinês aprendeu o valor da paz e da necessidade urgente de desenvolvimento”; desenvolvimento cooperativo – apontando que “cada país deve aproveitar os méritos dos outros para compensar sua própria fraqueza por meio da concorrência justa, encontrar oportunidades de cooperação, expandir áreas de cooperação e melhorar os interesses comuns”; por fim, o desenvolvimento em comum – afirmando que “somente quando o desenvolvimento comum de todos os países for realizado e mais pessoas compartilharem os

frutos do desenvolvimento, a paz e a estabilidade mundiais terão uma base sólida e serão efetivamente garantidas”.

Nesta versão, consta um tópico específico sobre a PE chinesa, *III. China's Foreign Policies for Pursuing Peaceful Development*, onde o governo chinês explicita que usará da PE para alcançar o desenvolvimento pacífico. No documento oficial é apontado que “como um membro internacional, a China tem uma grande esperança para o futuro do mundo, e adota um pensamento sobre as relações internacionais e sobre a política externa que se conformam ao desenvolvimento pacífico”. Mais uma vez, reforçando o argumento sobre existir um legado na PE chinesa sobre a retórica da ascensão/desenvolvimento pacífico. Neste tópico, o governo apresentou cinco pontos necessários para que a PE chinesa possa buscar pelo desenvolvimento pacífico. Os quais são: promover a construção de um mundo harmonioso; promover uma política externa independente e de paz – nomenclatura sobre a PE que é citada explicitamente em um livro de Xi Jinping (2014), caracterizando esta PE como uma criação do governo de Mao Zedong; promover um novo pensamento sobre a segurança, baseado na confiança, benefício mútuo, igualdade e coordenação; vivendo ativamente de acordo com a responsabilidade internacional e; promover a cooperação regional e as boas relações com a vizinhança (CHINA, 2011).

### **3.1.4 De Hu Jintao para Xi Jinping**

Após a popularização da retórica sobre o “desenvolvimento pacífico”, na primeira década do século XXI, a China passou por mudanças políticas que viriam a refletir no uso da estratégia de ascensão pacífica. Em 2012, Xi Jinping, que na ocasião ainda ocupava o cargo de Vice-Presidente, realizou uma adaptação, assim como o fez Hu Jintao, dos tradicionais “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, criados durante a P.E maoísta. A novidade trazia por Xi Jinping foi referida a criação de “um novo tipo de relação com as grandes potências” (*xinxing daguo guanxi*), na qual seria respeitado o interesse de uma parte da relação, sem buscar por uma dominância (NATHAN; ZHANG, 2021, p. 3). A novidade consta sobre o tratamento de uma relação da China como uma grande potência, que precisaria desenvolver um novo tipo de relação com outras potências, principalmente com os EUA.

No 18º Congresso Nacional do PCCh ocorreu a transição do governo de Hu Jintao para Xi Jinping. Em um de seus últimos discursos como Secretário Geral, em 12 de novembro de 2012, Hu Jintao tratou sobre a revisão da constituinte do partido. Na oportunidade, fez

referências diretas a importância do pensamento de Mao Zedong como um legado para guiar o desenvolvimento da China e enfatiza que,

O Partido Comunista da China adere a uma política externa independente e de paz, seguindo o caminho do desenvolvimento pacífico e da estratégia de abertura ganha-ganha, levando em consideração tanto a situação doméstica como a internacional, e vigorosamente desenvolvendo relações com outros países, afim de criar um ambiente internacional favorável para a reforma, abertura e modernização da China. Nos assuntos internacionais, salvaguarda a independência e soberania da China<sup>11</sup>.

Nesta passagem de Hu Jintao, é possível identificar referências diretas ao legado da P.E de Mao Zedong quanto à “política externa independente e de paz, seguindo o caminho do desenvolvimento pacífico”. As expressões sobre a independência e o desenvolvimento pacífico são características da “essência do pensamento de Mao Zedong”. Conforme Xi Jinping aborda em seu livro “A Governança Global I”, esta essência do legado maoísta estaria presente “nos pontos de vista e métodos” voltados para a independência e autonomia. Além de utilizar os cinco princípios como base da diplomacia chinesa, Xi Jinping, líder atual da China, ainda reforça a importância em seguir uma política externa pacífica, de autonomia e independência, assim como o foi no período de Mao Zedong (XI, 2014, p. 30-37).

### 3.2 O GOVERNO DE XI JINPING E AS LINHAS GERAIS DE SUA POLÍTICA EXTERNA

Foi no 18º Congresso Nacional do PCCh, em 2012, que Xi Jinping se tornou oficialmente o presidente da China. Logo de início, suas declarações voltadas para a política externa foram marcadas pela ênfase aos princípios de ganha-ganha (*win-win*) como “o centro do discurso diplomático da China” (VIEIRA, C., 2019, p. 1). Corrêa Vieira traz a luz um fato ainda pouco discutido nos estudos sobre os pilares da política externa de Xi Jinping, que é a referência que o líder faz aos “Oito Princípios para Economia e Assistência Técnica a Outros Países” de Zhou Enlai (1989), aos focar nos princípios de igualdade, cooperação ganha-ganha e benefício mútuo como fundamentais para a cooperação ao entorno da China (VIEIRA, C., 2019). Logo nas primeiras movimentações da P.E de Xi Jinping, é clara a referência à abordagem histórica e a continuidade de estratégia do país, ao referenciar princípios criados durante a P.E de Mao Zedong.

Durante a transição entre os governos, muitas políticas foram continuadas e passaram a servir de base para a construção da PE do novo líder. Uma destas políticas, que pode ser vista

---

<sup>11</sup> Texto original disponível em: [http://www.china.org.cn/china/18th\\_cpc\\_congress/2012-11/16/content\\_27138030.htm](http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm).

desde a PE de Mao Zedong voltada para a ajuda internacional ao Terceiro Mundo, foi a continuidade que Xi Jinping deu, em 2014, ao “*second white paper on foreign aid*”, reiterando o compromisso firmado em 2011 por Hu Jintao (JING, 2015, p.2; ZHANG, J., 2015, p. 14). Destacando que, segundo a autora Jing Gu, ambas os documentos mantinham um foco de oferecer ajuda externa sem condicionar a política externa dos beneficiários (JING, 2015, p. 2)

No livro “Governança da China I” (2014), é possível ter acesso a um compilado de textos e discursos oficiais do novo líder, que auxiliam na compreensão sobre a retórica oficial chinesa sobre PE que se formaria ao longo dos anos. Em um primeiro momento, a divisão dos capítulos em si pode nos trazer alguns aspectos sobre as linhas gerais do governo na área internacional e sobre possíveis continuidades históricas na estratégia chinesa. Destacando-se assuntos como: a continuidade das contribuições dos demais líderes, com referências diretas a Mao Zedong; a construção de um “Sonho Chinês” que “beneficiará o povo chinês e os povos do mundo”; também como um compilado de cinco textos sobre o “desenvolvimento pacífico”. Estes assuntos remetem à hipótese do presente trabalho, de que há uma continuidade histórica, ao menos na retórica da P.E, envolta sobre a ascensão e o desenvolvimento pacífico, que busca construir um mundo harmonioso de futuro compartilhado (XI, 2014; 2020).

### 3.2.1 Ascensão Pacífica 2.0?

Jian Zhang (2015) elabora a ideia de que a partir do governo de Xi Jinping, foi iniciada “[...] uma nova fase da P.E chinesa”, denominada como a “*peaceful rise 2.0*”, realizando um estudo sobre os primeiros anos de governo. Essa visão de J. Zhang viria a refutar o debate apresentado por Qin (2014), no capítulo 1, sobre a China ter rompido com a tradição pacífica, tendo uma guinada mais assertiva durante o governo de Xi Jinping. Com isso, o autor aponta que não houve “um afastamento fundamental com a política anterior da estratégia de “ascensão pacífica”, e traz o argumento de que “a nova política externa de Xi Jinping pode ser melhor definida como ‘ascensão pacífica 2.0’” (ZHANG, J., 2015, p. 6)”. Nas palavras do autor,

Com ‘ascensão pacífica 2.0’, quero dizer que enquanto Pequim aderir à sua declarada política de ‘desenvolvimento pacífico’, será com o objetivo de manter um ambiente externo pacífico, que é crucial para o desenvolvimento da economia chinesa, o que se diferiu com as décadas passadas foi a forma de manter esse ambiente pacífico” (ZHANG, J., 2015, p. 6).

Para Jiang Zhang (2015), não haveria uma ruptura total, mas sim uma mudança sobre a continuidade, o “desenvolvimento pacífico” continuarei a ser pregado, todavia “sem esconder

as próprias necessidades e ganhar tempo”, conforme a abordagem *taoguang yanghui*, traduzida por Qin (2014, p. 285) como *Keeping a low profile*. Desta forma, a postura de Xi Jinping sobre a PE se tonara “[...] mais confiante e proativa, utilizando do crescente poder e influência da China para proteger e avançar os interesses nacionais do país, e assim construir o ambiente externo favorável” (ZHANG, J., 2015, p. 6-7). De modo que os interesses nacionais do país passariam a sempre estar em primeiro lugar, mesmo que para isso o governo precisasse tomar uma postura mais assertiva, como os famosos casos da região de Xinjiang e de Taiwan, monitorados constantemente pela mídia internacional. Sendo áreas sensíveis para a retórica de “desenvolvimento pacífico” por possuírem histórico de movimentos separatistas e representarem zonas estratégicas para o desenvolvimento econômico da China (KHAN, 2018; VIEIRA, C., 2019; NATHAN; ZHANG, B., 2021).

Neste aspecto, é possível compreender que a proteção ao interesse nacional pode ser vista como “o objetivo de política externa de todos os países”, a diferença no que tange a retórica chinesa de PE é que, segundo as colaborações de Jian Zhang (2015, p. 9), Xi Jinping teria sido o primeiro líder chinês a pautar pelo desenvolvimento pacífico e pela proteção dos interesses nacionais da China como os pilares fundamentais da PE chinesa. Xi Jinping enfatiza em seus discursos e falas públicas que “a China não irá sacrificar seus interesses nacionais, independentemente de como sejam definidos, para manter a busca pela paz”. Nesta passagem, o autor faz referência a um “discurso proferido à delegação do Exército Popular de Libertação para o Congresso Nacional do Povo no início de 2014” (ZHANG, J., 2015, p. 9)<sup>12</sup>.

Este posicionamento mais assertivo viria a provocar certa desconfiança por parte dos vizinhos ao entorno da China, que pode ter influenciado disputas ocorridas ao longo do Mar do Sul da China e do Mar da China Oriental (ZHANG, J., 2015, p. 9), a exemplo da disputa com o Japão sobre as ilhas de *Diaoyu* e *Senkaku*, também envolvendo a península da Coreia e os demais litorais no entorno do Sudeste Asiático, envolvendo também as crises ao entorno de Taiwan (KHAN, 2018). Conforme apontado por Khan (2018), as disputas dos mares ao entorno da China sempre existiram, e foram incentivadas pela separação política com Taiwan promovida em 1949 e pelo avanço dos EUA nas regiões, como forma de “proteger” os países ao redor, do avanço chinês.

---

<sup>12</sup> A referência original do discurso não foi encontrada, portanto, utilizou-se a referência do autor, como segue: ‘Xi Jinping qiangdiao qiangjun yu hanwei “hexin liyi” [Xi Jinping emphasizes building up a strong military and protecting ‘core interests’], BBC Chinese net, 2014, [http://www.bbc.co.uk/zhongwen/simp/china/2014/03/140312\\_xi\\_jinping\\_core\\_interests](http://www.bbc.co.uk/zhongwen/simp/china/2014/03/140312_xi_jinping_core_interests).

Ao concluir seu artigo sobre a “Ascensão Pacífica 2.0”, Jian Zhang (2015, p. 15-19), chama atenção aos desafios que a PE de Xi Jinping irá enfrentar, “em especial na Ásia-Pacífico [...], a China pode enfrentar um cenário regional com um ambiente cada vez mais desfavorável”, pois conforme a China ascende e expande seu poder político e econômico, faz sentido que os demais Estados ao seu entorno se sintam ameaçados na medida que o governo chinês avança exercícios militares ao entorno do mar da região. Isso se dá principalmente pela visão de mundo da China como “Reino do Meio” e ao contínuo objetivo de reintegrar os territórios do período da China Imperial, fazendo referência ao Sistema *Tianxia*. Esse posicionamento da China como uma liderança “divina” da região cai em contraste com o interesse nacional dos demais territórios que estão ao entorno dos mares ao redor da China.

O segundo desafio a ser enfrentado por Xi Jinping devido as mudanças no ambiente internacional, ao longo dos últimos 10 anos (de 2004 a 2015) foi a expansão da influência dos EUA no entorno asiático. Enquanto em 2004 os esforços dos EUA estavam focados para as invasões no Iraque e no Afeganistão, a China teve mais espaço para difundir sua PE voltada para o desenvolvimento pacífico. A partir de 2010, os EUA passaram a focar sua estratégia para a Ásia, buscando balancear a influência chinesa no continente (ZHANG, J., 2015).

Por fim, o terceiro desafio estaria voltado para um “déficit de poder” em influenciar o ambiente ao redor, exatamente por conta da postura revolucionária chinesa durante o primeiro governo do PCCh e por conta do avanço militar nas fronteiras terrestres e marítimas, essa postura acaba intimidando parceiros ao redor. Como forma de aumentar a confiança regional, a China passou a promover,

laços econômicos para melhorar as relações políticas e estratégicas [...]. Neste contexto, não é surpreendente que as iniciativas comerciais e econômicas tenham se tornado o principal instrumento da diplomacia chinesa. Isso se reflete claramente nos recentes esforços para construir uma ‘comunidade de destino comum’ na região através de vários planos comerciais, como a construção do ‘Cinturão Econômico da Rota da Seda’, a ‘Rota Marítima da Seda’ (ZHANG, J., 2015, p. 17)

Lembrando aqui que as percepções de Zhang vão até o ano de 2014 para 2015, pois o artigo em si foi publicado em janeiro de 2015. Em dois anos da publicação do artigo, o mandato de Xi Jinping foi renovado, com isso, reforçando os desafios para a manutenção de uma retórica pacífica, que abranja a participação de demais países afim de criar um ambiente externo favorável a ascensão chinesa.

### **3.2.2 Renovação do mandato no 19º Congresso do PCCh**

O mandato de Xi Jinping como Presidente da RPC e Secretário Geral do PCCh foi renovado no 19º Congresso do PCCh em outubro de 2017, trazendo um novo slogan de política externa: “*Work to build a Community with a shared future for mankind*” (*goujian renlei mingyun gongtongti*) (NATHAN; ZHANG, B., 2021, p. 1). Na ocasião, Xi Jinping fez inúmeras alusões ao que Feng Zhang (2019) coloca como a “doutrina de Xi Jinping sobre as Relações Internacionais da China”. O discurso abordava temas como a “construção de um mundo pacífico”, a “preservação da ordem internacional”, “contribuições para o desenvolvimento global” e “fazer boas e novas contribuições para a humanidade” através de uma abordagem chinesa (XI, 2017 apud ZHANG, F., 2019, p. 20).

Segundo Andrew J. Nathan e Boshu Zhang (2021), durante a renovação do mandato de Xi Jinping para mais 5 anos (e que veio a ser renovado pela 3ª vez em 2022), “a frase ‘trabalhar para construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade’ (*goujian renlei mingyun gongtongti*) emergiu como o novo slogan guia da política externa chinesa”. O slogan passou a fazer parte oficialmente da constituição chinesa a partir das renovações com o Congresso Nacional do Povo, em 2018, e foi difundido pelo então Ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, “como um dos ‘objetivos mais abrangentes da política externa da China para os próximos anos’” (NATHAN; ZHANG, B., 2021, p. 3). Como sabe-se segundo o capítulo 1, o slogan remete aos princípios do *Tianxia*, para a China como Reino do Meio, se responsabilizar em construir um futuro compartilhado em um ambiente externo pacífico, reforçando a hipótese de que há uma continuidade história na P.E chinesa, que é diretamente influenciada pelo background de conhecimento milenar, a exemplo do *Tianxia*.

Nos documentos oficiais sobre o 19º Congresso, contidos no livro “Governança Global III” (2020), pode-se encontrar inúmeros fragmentos que fortalecem as contribuições dos autores acima sobre uma guinada política para a visão de um futuro compartilhado, com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. O livro traz passagens significativas sobre o discurso de Xi Jinping na renovação de seu mandato em 2017, intitulado *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*. Os tópicos que mais chamaram atenção representaram uma continuidade da estratégia pacífica, com traços novos de uma China que busca uma liderança internacional. São estes: as referências ao progresso diplomático em toda as frentes para criar um ambiente favorável para o desenvolvimento chinês; a importância dada ao pensamento de Mao Zedong; abertura de “todas as fronteiras” e expansão do comércio

através da *Belt and Road Initiative (BRI)* e; seguir o caminho do desenvolvimento pacífico e trabalhar para a construção de uma comunidade global de futuro compartilhado.

### 3.2.3 A “doutrina de Relações Internacionais da China”, por Feng Zhang (2019)

Faz-se de uma importância trazer o artigo de Feng Zhang (2019), *The Xi Jinping Doctrine of China's International Relations*, onde o autor elabora um compilado sobre o que Xi Jinping entende como RI para a China, promovendo uma visão mais panorâmica e até mesmo sistêmica, sobre os direcionamentos da PE do líder, de 2014 a 2018. Partindo de “uma abordagem histórica para o estudo do envolvimento da China com a ordem internacional. Tendo como objetivo investigar os fundamentos do pensamento chinês e como podem afetar a política contemporânea” (ZHANG, F., 2019, p. 9). Assim como na proposta de Feng Zhang, o intuito da presente dissertação é buscar os fundamentos da estratégia chinesa de ascensão pacífica, vindas de Mao Zedong, na estratégia da PE chinesa atual.

O autor direciona para uma visão de uma China que segue com uma abordagem histórica, como o próprio Xi Jinping veio a citar em um discurso de junho de 2018 (XI, 2020), que funciona como um pilar do que ficou conhecida como *Xi Jinping Doctrine of China's International Relations*, que sofre influências diretas de governos anteriores, como de Mao Zedong e Deng Xiaoping, direcionando para o debate de que há uma continuidade histórica. Feng Zhang (2019, p. 8) caracteriza a doutrina como “o corpo coletivo de pensamento incorporado nas observações, escritos e instruções de Xi, oferecendo uma entrada para as correntes profundas do pensamento chinês sobre as relações internacionais”. Funcionando a partir de três frentes: “O primeiro rejuvenescimento nacional, focado na restauração da riqueza e o poder. O segundo e o terceiro são a comunidade global e a contribuição chinesa com o objetivo de promover interesses comuns e contribuir para a governança global” (ZHANG, F., 2019, p. 8).

Respectivamente, as frentes estão interligadas às ideias de restaurar o status internacional da China como potência, criando uma comunidade internacional envolta da cooperação promovida através do benefício mútuo e, buscando promover um ambiente de paz e desenvolvimento por meio, com base no pensamento chinês sobre as RI (ZHANG, F., 2019, p. 8). Não obstante, estas expressões estão presentes ao longo de toda a dissertação, como parte do legado da PE chinesa de Mao Zedong para com a retórica da ascensão pacífica. Para além do legado da PE maoísta, ao interpretar a atuação das três frentes conjuntas, se pode notar uma

aproximação com a filosofia milenar do *Tianxia*, pautando a China como uma liderança global que iria contribuir para conduzir o sistema internacional a um desenvolvimento pacífico.

Como fonte principal para desenvolver seu argumento sobre a doutrina, Feng Zhang utiliza as obras oficiais de Xi Jinping como principais fontes, e neste aspecto, o autor propõe uma aproximação entre o atual líder chinês e Mao Zedong, afirmando que “nenhum outro líder desde Mao Zedong recebeu tal elevação intelectual [...]” como Xi Jinping, pautando em específico os inúmeros textos publicados por ambos os líderes para formular o discurso oficial do governo chinês sobre a P.E e o posicionamento internacional da China perante os outros Estados. “Eles representam as visões chinesas mais autorizadas sobre assuntos internacionais hoje – em outras palavras, o pensamento do Estado chinês personificado por Xi” (ZHANG, F., 2019, p. 9-10).

Faz interessante trazer uma abordagem proposta pelo autor, que se aproxima da ideia de Qin (2014), trazida no capítulo 1, sobre a construção de um background cultural e de conhecimento. Segundo Feng Zhang (2019, p. 10), “as doutrinas são idealmente construídas baseadas em experiências históricas, realidades contemporâneas e necessidades políticas”, e que estas doutrinas podem surgir a partir de frames cognitivos que consistem em “estruturas visuais e intelectuais que usamos para organizar o mundo e nossa relação com ele” (LEBOW, 2014, p. 62 apud ZHANG, F., 2019, p. 10). Neste aspecto, é possível interpretar os frames cognitivos usados para a construção de doutrinas, tal como o background cultural e de conhecimento, que é parte essencial para a construção do pensamento chinês sobre P.E.

### 3.3 BELT AND ROAD INITIATIVE

Conforme abordado por Nathan e B. Zhang (2021, p. 2), “a China é hoje a segunda maior economia do mundo, e está estendendo sua influência econômica através da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI)”, além de ter investido fortemente no setor militar, construindo “uma marinha [...] capaz de rivalizar com a Marinha dos EUA no Pacífico Ocidental”. A projeto de P.E para a *Belt and Road Initiative* (BRI) tem como principal filosofia a construção de uma comunidade de um futuro compartilhado, em que os países poderiam negociar de acordo com as suas capacidades, sempre voltados para o ganha-ganha, a famosa expressão “*win-win*” que sempre aparece nos discursos chineses, tanto no ciclo mais acadêmico, como também em mídias jornalísticas mundo a fora.

Neste aspecto, a presente seção construiu-se com o intuito de demonstrar quais seriam os discursos e documentos oficiais que constroem a retórica sobre a BRI. Em seguida,

abordando as relações da China com zonas que representam certa instabilidade para a política chinesa desde o governo maoísta, que não por coincidência, são as áreas porosas de disputas territoriais apresentadas ao longo do capítulo anterior, sobre a era maoísta. O objetivo desta separação entre discurso oficial e as relações históricas construídas ao longo do governo de Xi Jinping, vem da necessidade de demonstrar, que apesar da forte retórica de um desenvolvimento pacífica e de uma liderança que pretende ajudar todos seus parceiros, muitas vezes o interesse nacional de proteger a soberania e os territórios da China acabam passando por cima da retórica de construção de um mundo harmoniosos, onde as relações são construídas na base do “*win-win*”.

### **3.3.1 Breve histórico sobre as Rotas da Seda**

O megaprojeto do governo chinês, intitulado “Iniciativa da Rota e Cinturão”, teve seu início a cerca de 2000 anos atrás, quando a China começou a fazer trocas comerciais com outros países, onde os principais itens de comércio eram a seda, o ouro, tinturas, cerâmicas, entre outros. Neste período, devido à inúmera demanda pela seda chinesa, as rotas de comércio passaram a ficar conhecidas como “as rotas da seda”, essas rotas, além de promoverem o comércio, acabaram interligando a China com o ocidente e provocando um intercâmbio cultural. A primeira rota da seda foi iniciada antes do século IV a.c, na região sudoeste da China, através de uma exploração promovida pela dinastia Han, e liderada por Zhang Qian. O explorador, ao ter contato com as regiões mais ao ocidente, notificou o governo sobre as possibilidades de compra de tecidos e produtos à base de bambu da região de Daxia, que hoje é o norte do Afeganistão (LU, 2002).

Antes da descoberta do explorador Zhang Qian, as rotas utilizadas para a chegada desses produtos na China eram feitas através da Europa, mas a partir da ida de Zhang à Daxia, o explorador descobriu que a região usava uma rota da Índia, idealizando que se a China passasse a utilizar essa rota, os produtos chegariam mais rapidamente e com maior segurança. A rota continuou sendo usada pelas seguintes dinastias chinesas e ainda se faz estratégica para o comércio entre as regiões, que hoje é realizado através de rodovias e ferrovias que seguem a rota (LU, 2002).

A rota da seda do norte da China foi iniciada no século II a.c, na então capital da dinastia Han, que hoje é a cidade de Xian, atravessando as províncias de Shaanxi e Gansu para chegar à província de Xinjiang, que se localiza no extremo noroeste da China, na divisa com o Tibete, a Rússia, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Afeganistão e com Índia e

Paquistão através da região da Caxemira (LU, 2002). Faz-se importante destacar que esta zona sempre foi geopoliticamente estratégica para o governo chinês e que ainda hoje se faz de suma importância devido as rotas de comércio, as riquezas naturais e os contenciosos de regiões o entorno de Xinjiang como o Tibete e a Caxemira, na divisa com Índia e Paquistão. Aqui se pode citar brevemente a obra de Khan (2018), que faz uma retrospectiva histórica desde o governo de Mao Zedong até o governo de Xi Jinping, sobre a importância que essa região exerce sobre a manutenção da soberania e unificação do território chinês (KHAN, 2018).

### 3.3.2 As Rotas da Seda como megaprojeto de P.E de Xi Jinping

A retomada das rotas da seda ocorreu a partir de 2013, quando a China estava no início da liderança de Xi Jinping. O presidente, em uma agenda de visitas pelo centro e sudeste da Ásia em setembro de 2013, começou abordar o assunto sobre a construção de uma “um Cinturão Econômico da Rota da Seda e Rota da Seda Marítima do Século XXI”, que ficou conhecida como a *Belt and Road Initiative* (BRI), Iniciativa do Cinturão e Rota. Em outra ocasião, o Premier Chinês Li Keqiang na Expo China-ASEAN, também em 2013, abordou sobre a necessidade de construção de uma Rota da Seda Marítima, que fosse orientada pela ASEAN, criando uma estratégia de desenvolvimento para os Estados partes (ZHANG, J., 2015; MARGUELICHE, 2015; KUAH; REZAEI; ZHANG, 2021).

Feng Zhang afirma que a Iniciativa da Rota e Cinturão (BRI) é um projeto de Política Externa de assinatura de Xi Jinping. Neste projeto, o líder aplicaria conceitos tradicionais chineses como: debate (*gongshang*), colaboração (*gonggjian*) e compartilhamento (*gongxiang*) e teria como meta “a construção de uma comunidade de interesses compartilhados, de destino e responsabilidade com confiança política mútua, integração economia e inclusão cultural” (XI, 2015 apud ZHANG, 2019, p. 19-20).

Segundo Corrêa Vieira (2019, p. 543), o anúncio de 2013 sobre a BRI viria acompanhado do anúncio de iniciativas de extrema importância, que passariam a fazer parte do megaprojeto de cooperação internacional da China.

Nas palavras do autor (VIEIRA, C., 2019, p. 543),

O primeiro, ocorreu em maio em Islamabad, Paquistão, quando o primeiro-ministro Li Keqiang anunciou a intenção de construir um 'Paquistão Econômico Corredor' (CPEC); a segunda em setembro em Astana Cazaquistão, onde Xi Jinping introduziu o 'Cinturão Econômico da Rota da Seda' (SREB); e a terceira em outubro em Jacarta, Indonésia, quando a 'Rota Marítima da Seda do Século 21' (MSR) foi tornada pública por Xi. Nenhum projeto da RPC foi tão ambicioso até agora e, juntos, esses três

projetos daria origem à *Belt and Road Initiative (BRI)*, 一带一路 ou *yi dai yi lu (One Belt One Road in Chinese)*.

Para Kuah, Rezaei e Zhang (2021, p. 2), desde que foi renovada (pois as rotas da seda já existiam), com o governo de Xi Jinping, o megaprojeto “tendo sido visto como uma parte central do desenvolvimento da China”. Para os autores, a iniciativa teria sido criada para fomentar a “sinergia econômica entre a China e os países participantes”, gerando vantagens para ambos. A projeto então teria sido dividido em áreas como: infraestrutura, comércio, finanças, e a conectividade entre pessoas, “se expandindo em seis corredores que incluem: (1) *the New Eurasian Land Bridge*; (2) *the China-Central Asia-West Asia Corridor*; (3) *the China-Pakistan Corridor*; (4) *the Bangladesh-China-Myanmar Corridor*; (5) *the China-Mongolia-Russia Corridor*; and (6) *the China-Indochina Peninsula Corridor*<sup>13</sup> (KUAH; REZAEI; ZHANG, 2021, p. 183)

Um dos primeiros documentos publicados pelo governo para definir o que seria o megaprojeto foi o *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*, encontrado em diversos sites oficiais, com data de publicação em março de 2015 (CHINA, 2015). Logo no início, é citado no documento a construção do século XXI como uma era marcada pela paz, desenvolvimento, cooperação e benefícios mútuos, que seriam princípios de extrema importância para a construção do espírito da Roda da Seda, que vem de encontro ao fortalecimento da economia mundial (CHINA, 2015). Não por coincidência, estes princípios fazem parte dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, criados pelo Chanceler de Mao Zedong.

### **3.3.3 O *Tianxia* e os territórios da China Imperial: os casos de Tibete e Xinjiang**

A filosofia do *Tianxia* trazida ao longo da presente dissertação se faz de suma importância para compreender sobre a relação da China entre: o *Tianxia*, a BRI e as zonas conhecidas como os “territórios da China Imperial”, citando aqui Tibete e Xinjiang. Ao compreender a filosofia da China, em que se coloca como o Reino do Meio, e a importância história dada pelo governo para a reconstrução das fronteiras da China Imperial, faz-se possível enxergar as relações existentes entre o mega projeto de P.E de Xi Jinping, a filosofia milenar do *Tianxia* e o posicionamento chinês para com estas regiões de instabilidade política. No caso, como instabilidade política, entende-se as áreas em que o PCCh possui menor controle devido

---

<sup>13</sup> Optou-se por deixar no idioma original para manter os nomes próprios das rotas.

a existência de movimentos separatistas. Sendo as questões de independência de Taiwan e do Tibete, discutidas desde o governo maoísta e, atualmente apontando Xinjiang como o “mártir” internacional da China, devido a especulações sobre violação de direitos humanos.

Apenas a título de reforçar o argumento, a presente dissertação não tem como objetivo focar se a China de Xi Jinping promove (ou não) violação aos direitos humanos as etnias que vivem no Tibete e em Xinjiang. Todavia, por serem zonas extremamente estratégicas ao entorno da fronteira, o debate sobre estes territórios merece um espaço na presente subseção. Como foi observado na subseção 3.3.1, desde o período da China Imperial, às fronteiras ao entorno dos territórios aqui citados são de suma importância tanto para o comércio, quanto para a manutenção territorial da China. Sendo a província de Xinjiang na divisa com o Tibete e, portanto, próximo à Índia, do Afeganistão e do Paquistão. Podendo assim dizer que esta zona do noroeste da China é alvo de conflitos territoriais desde o governo maoísta.

A questão do *Tianxia* se interliga com a BRI e, principalmente, a essas regiões, pois segundo o argumento desenvolvido na presente dissertação, o fato de o governo chinês ter o *background* de conhecimento que enxerga a China como o Reino do Meio e como uma liderança natural (ao menos no entorno asiático), faz com que a posição do governo em absorver essas zonas seja reforçada pela iniciativa da BRI, com os megaprojetos para interligar estes territórios através de corredores terrestres.

Neste aspecto, é possível interpretar que, quanto mais obras forem implementadas nestas regiões através da BRI, maior será a influência e o controle do governo chinês. Neste aspecto, faz-se de suma importância ressaltar que os argumentos apresentados acima não representam uma visão oficial do governo chinês, representando na verdade a visão da autora da presente dissertação sobre a forma como a China atua, que pode vir a ser destoante dos discursos e documentos oficiais que prezam pelo *win-win* e desenvolvimento pacífico, trazidos no presente constructo.

Conforme observado por Pires e Paulino (2017, p. 225), professores da Unesp e especialistas em China, a P.E para a BRI teria de enfrentar problemas históricos destas regiões para conseguir expandir as rotas. Nas palavras dos autores,

O primeiro problema que emerge para a China diz respeito à sua própria estabilidade política frente à existência de grupos insurgentes no Oeste do país nas Regiões Autônomas de Xinjiang e Tibete. [...] A propósito, a longa faixa de terra que vai de Xinjiang até Turquia, a antiga Rota da Seda, passando pelo Quirquistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Sul da Rússia, Azerbaijão abriga populações majoritariamente turcas e de religião islâmica. [...] Já com relação ao Tibete, é a região da China onde as disputas territoriais com a Índia ainda estão pendentes, e também onde os movimentos de independência são estimulados pelo

governo de Nova Délhi. Quando este artigo foi preparado, em agosto de 2017, tropas indianas ocupavam o território de Doklan, na seção da fronteira de Sikkim, em área disputada pela China e por Butão.

Estas áreas de instabilidade para o governo chinês, fazem parte dos corredores econômicos China-Paquistão e China-península da Indochina. Sendo o primeiro, envolvendo a região de Xinjiang e Paquistão, buscando “conectar com a Rota Marítima do Mar da Arabia”, e a segunda rota, buscando abranger a população ao entorno de cerca de 600 milhões de habitantes, muitos destas fazendo parte da Índia e das regiões ao entorno (MARGUELICHE, 2019, p. 41). Portanto, a questão que surge é que mesmo com uma retórica pacífica sendo passada desde a P.E de Mao Zedong, a China ainda possui regiões com conflitos, a exemplo das disputas citadas pelos autores Pires e Paulino (2017, p. 225), entre Índia e China.

Faz-se importante citar o artigo de Margueliche (2019), *El sistema de Tianxia y el sueño chino como plataformas teróricas-discursivas para la construcción de legitimidad en la Nueva Ruta de La Seda de China*, em que o autor propõe uma ligação entre o *Tianxia* e a PE de Xi Jinping. O autor também destaca a questão da legitimidade de liderança regional, principalmente nas zonas de instabilidade, como um dos maiores desafios para o sucesso chinês com a BRI. A instabilidade na influência chinesa acaba se dando em territórios com um histórico de conflitos com a China, como “na fronteira entre a Índia e o Paquistão, onde há uma disputa pela Kashmira” (MARGUELICHE, 2019, p. 43).

O principal argumento do autor está envolto no fato de que os problemas que a China enfrenta hoje para expandir a BRI, estão interligados a história chinesa, e que para compreender a dimensão destes desafios, seria necessário buscar uma reflexão para além da análise econômica, bebendo de fontes sobre o pensamento e a filosofia chinesa para compreender os desafios ao entorno das fronteiras e, buscar interpretar sobre a forma como a China irá reagir em sua política externa (MARGUELICHE, 2019, p. 43).

Neste ponto, Margueliche (2019, p. 28) chama atenção ao seguinte fato: “a recuperação de conceitos tradicionais e modernos, postos em diálogo com os tempos atuais nos permite compreender a estrutura do pensamento chinês”, assim como foi proposto na fundamentação teórica da presente dissertação. O *Tianxia* paira sobre a ideia de construir uma civilização mundial com um líder que tem o mandato dos céus, assim como a BRI propõe construir uma “civilização mundial”, que não nasce apenas de uma ideologia econômica, mas também tem sua gênese em uma plataforma filosófica-geopolítica” (MARGUELICHE, 2019, p. 43).

Para Margueliche, a retórica da P.E sob o governo de Xi Jinping é marcada por um posicionamento de potência, de uma liderança que “irá exportar seu crescimento e progresso

aos demais Estados”, desta forma, “[...] a China estaria pensando como líder de uma civilização global”, que seria realizada a partir da BRI. Ainda, acrescenta que a partir do conhecimento sobre os objetivos da BRI, “se pode concluir que o *Tianxia* é um conceito teórico que permite abarcar um espaço de amplas dimensões, em que as relações interestatais como vemos, deverão ser repensadas por outras lógicas” (MARGUELICHE, 2019, p. 44). Interligar aqui com as novas formas de pensar sobre retórica e P.E, propostas por Qin (2014) com a dialética *zhongyong*, na qual está governança global da China seria pautada pela harmonia entre a assertividade e a ascensão pacífica.

O trabalho de Margueliche em si não faz uma análise sobre a continuidade na P.E chinesa a partir do governo maoísta, afirmando que para compreender sobre a P.E da China hoje, faz-se necessário ter uma compreensão de seu legado histórico, fazendo referência ao *Tianxia*. Para Margueliche, o desafio do governo chinês seria o de legitimar seu discurso voltado para a construção de um mundo harmonioso, com base no *Tianxia* e na BRI. O *Tianxia* precisaria ser absorvido pelas zonas que estão inclusas na BRI, o que já mostra um contraponto com a narrativa de que a China teria problemas com movimento separatistas ao entorno de Xinjiang e no Tibete.

Desta forma, pode-se concluir brevemente que um dos maiores desafios da P.E de Xi Jinping em difundir a BRI conjunta a filosofia do *Tianxia* e dos Cinco Princípios, estaria no histórico que o governo tem de tratar de forma militarizada de tratar movimentos que busquem romper com a autoridade central do PCCh.

### **3.3.4 O legado sobre a ajuda internacional e a relação com o Terceiro Mundo**

Uma obra importante a ser destacada para visualizar o legado maoísta, na condução da P.E chinesa para a BRI, é o artigo de Jing Gu (2015), *China's New Silk Road to Development Cooperation: Opportunities and Challenges*, publicado em parceria com o Centro de Pesquisa Política da Universidade das Nações Unidas. A autora explora como os documentos “white papers” criados em 2011 e 2014, sobre ajuda internacional, foram baseados nos princípios da P.E de Mao Zedong. Segundo a autora, a visão chinesa sobre a ajuda internacional contida no documento de 2014, é baseada nos “Oito Princípios para Assistência Econômica e Técnica a Outros Países”, criados pelo chanceler de Mao em 1964, conforme abordado no capítulo 2 da presente dissertação. Os quais, por sua vez, são baseados nos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, da década de 1950 e são interpretados pela autora como “[...] o fundamento da

política externa chinesa [...] e cruciais para a defesa dos princípios de respeito mútuo à soberania".

Ao analisar os documentos oficiais “*white papers*” publicados em 2011 e 2014, é possível observar que há referências diretas quanto a importância do legado da P.E maoísta para a construção dos princípios de ajuda internacional da China. Com ênfase no documento de 2014, por ser parte do governo de Xi Jinping e ter uma influência direta na postura chinesa com relação à ajuda internacional ao entorno da BRI (THE STATE COUNCIL, 2011; 2014). Neste aspecto, nota-se que há um alinhamento no discurso oficial chinês contido nos documentos sobre a ajuda internacional e sobre a BRI, assim como também nos discursos do presidente Xi Jinping contidos em seu primeiro livro (XI, 2014), quanto a importância dada ao legado que os cinco princípios exercem sobre a atual P.E da China.

Corrêa Vieira (2019) aponta em seu artigo *From Third World Theory to Belt and Road Initiative: International Aid as a Chinese Foreign Policy Tool*, “o argumento central deste artigo é de que o PCCh é capaz de adaptar sua ajuda internacional, de acordo com o ambiente internacional e doméstico pelo qual o país estava passando, e assim delimitou sua cooperação com base nos princípios de benefício mútuo” (VIEIRA, C., 2019, p. 2). Portanto, a partir deste ponto de vista do autor é possível interpretar que os projetos da China para ajuda internacional, agora no governo de Xi Jinping, estariam focados nos interesses nacionais chineses. Ou seja, a ajuda internacional passaria a ser realizada, em sua maioria das vezes, por meio de relações ao entorno da BRI. Vindo assim, da necessidade do governo chinês em construir uma base de influência e confiança com os países do entorno asiático, afim de criar uma vizinhança estável e favorável ao desenvolvimento chinês.

Como foi possível observar, o histórico da P.E chinesa voltado para a ajuda internacional teve início desde o governo maoísta, mesmo que no período o país ainda estivesse passando por instabilidades internas e externas, que poderiam limitar os níveis de financiamento. Todavia, como pautado durante o decorrer dos capítulos, uma das características mais marcantes durante o período maoísta, que se continua sendo essencial na P.E de Xi Jinping, é o apelo aos países do Terceiro Mundo. Apelo este que demonstra que a China sempre buscou por um papel de liderança, ao entorno dos países não alinhados e projetando uma liderança internacional em prol da construção de um futuro compartilhado.

Relembrando as passagens de Corrêa Vieira (2019) sobre o período maoísta, o foco da P.E chinesa sobre a ajuda internacional passou a ocorrer após a criação das Teorias dos Três Mundos por Mao Zedong, conjunto aos Oito Princípios de Zhou Enlai. A partir do conhecimento sobre esta nova forma de cooperação, o governo maoísta promoveu ajuda

internacional para o Paquistão e a Tanzânia. Já no governo de Xi Jinping, a partir de 2013, a BRI teve como foco a ajuda internacional principalmente para a construção de infraestrutura para ligar os corredores comerciais, sejam estes marítimos ou terrestres. Como aponta o autor, “a proposta [...] visa financiar uma série de projetos de infraestrutura e comércio, conectando mercados que hoje já não se limitam à Ásia, Europa e África” (VIEIRA, C., 2019, p. 543).

#### 3.4 DEBATE ENTRE AUTORES SOBRE A CONTINUIDADE NA P.E CHINESA

A presente seção tem como foco promover um debate, seguindo a linha dos artigos de Qin (2014) e de Nathan e Zhang (2021), entre autores chineses e de demais partes do globo, sobre a China ter ou não, passado por uma mudança drástica em sua estratégia de política externa, que seria vista através de um abandono da estratégia pacífica para seguir um perfil mais assertivo, em prol da realização dos interesses nacionais da China. Em suma, a presente subseção foi proposta como forma de compreender sobre as conclusões dos autores especialistas na temática da PE chinesa, e a partir destas conclusões, apresentar as considerações finais da presente dissertação, e debater sobre a pergunta de pesquisa e a hipótese/argumento proposta.

De antemão, é importante ressaltar que este debate é proposto em torno das retóricas de pesquisadores especialistas em China, sobre a PE de Xi Jinping, que é tida como o marco para o fortalecimento (na visão *mainstream*), de uma postura mais assertiva. Como dito, a seção utilizará da estrutura de debate proposta pelos autores citados, todavia, não se limitando aos autores citados por estes. Desta forma, apresentar-se-á um compilado de publicações acadêmicas, que foram selecionadas para análise, muitas destas já apresentadas ao longo das demais seções, por conterem como tema delimitado no estudo da P.E de Xi Jinping, envolto na transição de um discurso pacífico para um mais assertivo.

A utilização desta abordagem vem com o intuito de promover a análise proposta na presente dissertação, buscando localizar, através da abordagem histórica, da análise de documentos oficiais e do debate entre autores de diversas universidades, se há uma continuidade na PE chinesa, da retórica pacífica criada no governo de Mao Zedong, que pode ser vista na PE do governo de Xi Jinping. O debate entre autores auxilia na interpretação sobre o discurso oficial da China em contraste com as possíveis problemáticas que venham a colocar a retórica pacífica em questionamento.

Como visto ao longo do capítulo teórico-metodológico, o debate promovido por Qin em seu artigo publicado em 2014, pela revista *The Chinese Journal of International Politics*, paira sobre a existência de mudanças sobre a continuidade na história da P.E chinesa. Neste aspecto, Qin (2014) trabalha analisando a PE chinesa sobre a ótica do background cultural e de conhecimento como um fato de extrema importância para o “pensar e agir”. Colocando a dialética *Zhongyong*, que traz a complementaridade entre as estratégias pacífica e assertiva, como a forma chinesa de estruturar sua PE. Relembrando o capítulo 1, o autor sustenta o argumento de que, de acordo com a dialética, as duas estratégias chinesas, a mais assertiva e a mais pacífica, são indivisíveis. Como foi possível observar ao longo da escrita da dissertação, de que a China, assim como outros Estados, constrói sua retórica de P.E e suas estratégias de acordo com o interesse nacional do país e com o ambiente externo em que está situado, utilizando-se das estratégias que forem necessárias para a manutenção destes interesses nacionais.

As conclusões de Qin (2014, p. 313) levam para a confirmação de que ambas as estratégias, de *taoguangyanghui* (*keeping a low profile* - KLP), geralmente ligada ao pacifismo, e a estratégia *fengfayouwei* (*striving for achievements* – SFA) colocado como uma postura mais assertiva, “possuem importantes elementos que são correlativos, e continuarão presentes na política externa da China porquê a mentalidade chinesa impede a substituição completa” de uma estratégia pela outra. Sendo assim, “a mudança sobre a continuidade é o que caracteriza a estratégia internacional da China [...]. A continuidade representa a orientação central; e as mudanças que ocorrem de tempos em tempos são adaptações devido às mudanças de contexto”. Nas falas do autor, pode-se interpretar “estratégia internacional da China” como a retórica e a estratégia envolta à PE, e como “contexto”, entende-se como contexto internacional (QIN, 2014, p. 313). Expressando assim, que existe uma cultura de continuidade dentro da PE, que se constrói através da retórica de ascensão pacífica, trabalhando em conjunto a um posicionamento mais assertivo, e que as mudanças que ocorrem ao longo dos governos estão se moldando de acordo com as necessidades apresentadas pelo ambiente externo.

A importância das colaborações de Qin Yaqing vem do fato de o autor ser um dos pesquisadores mais influentes nos estudos chineses sobre as Teoria das Relações Internacionais (TRI). Buscando abordagens chinesas sobre as TRI, além de ser uma importante personalidade acadêmica e política para o governo chinês. Vale ressaltar que, apesar da proximidade com o governo chinês, o professor defendeu sua tese de doutorado pela Universidade do Missouri, nos EUA. E que apesar de sua formação acadêmica ter sido em parte nos EUA, o autor ainda

apresenta argumentos em seu estudo bem alinhados à retórica do discurso oficial do governo chinês sobre a PE e a ascensão pacífica.

Nathan e Zhang (2021) em seu artigo *A Shared Future for Mankind’: Rhetoric and Reality in Chinese Foreign Policy under Xi Jinping*, publicado pelo *Journal of Contemporary China*, oferecem um ponto de vista de extrema relevância sobre a necessidade de trazer visões de intelectuais chineses para aprofundar o debate sobre temáticas que “muitas vezes são ocultadas do discurso oficial” (p. 12). Assim como o artigo de Nathan e Zhang (2021), a presente dissertação construiu-se na tentativa de propor um debate sobre a história da China e sua tradição de PE desde 1949, buscando visões de pesquisadores chineses sobre a “retórica de ascensão pacífica”, iniciada com Mao Zedong e continuada em Xi Jinping. Andrew J. Nathan e Boshu Zhang publicaram o artigo em nome da Universidade de Columbia, na qual são professores.

Faz-se importante trazer uma fala dos autores, que condiz com a perspectiva seguida na presente dissertação. Segundo Nathan e B. Zhang (2021, p. 12), o artigo deles

não pressupõe que os intelectuais analisados [...] influenciam diretamente na retórica ou na política de governo. Mas seus escritos fornecem informações importantes sobre ideias que são respeitadas na China hoje. Eles apresentam com mais ousadia os temas da autoridade moral chinesa e da hierarquia internacional que muitas vezes são ocultados dos discursos oficiais.

A citação dos autores vale para as conclusões do presente trabalho como um todo, reafirmando sobre a importância de trazer novos autores e diferentes pensares sobre a China através de uma perspectiva propriamente chinesa. Dentre os autores citados por Nathan e B. Zhang, optou-se por trazer as contribuições de Zhao Tingyang e os estudos sobre o *Tianxia*. Nesta subseção, buscando uma análise mais crítica e analítica sobre como Nathan e B. Zhang enxergam os estudos de Zhao, e partir disto, compreender quais destas contribuições são pertinentes para formular os apontamentos finais da presente dissertação. Portanto, neste tópico, diferente das contribuições do capítulo teórico-metodológico, serão analisadas as contribuições de Nathan e B. Zhang sobre os escritos de Zhao Tingyang.

Nathan e B. Zhang apontam que os estudos de Zhao sobre o *Tianxia* tiveram início por volta de 2016, quando o autor ofereceu uma reinterpretação sobre o conceito de *all-under-heaven* (tudo sob o céu). Propondo que em uma interpretação mais contemporânea, de que “a ordem mundial contemporânea não seria uma ordem estabelecida por uma hegemonia ou um grupo de potências imperiais, mas sim por uma ordem mundial soberana baseada no benefício mútuo” (NATHAN, B. ZHANG, 2021, p. 11). A interpretação de Zhao trazia pelos autores, se

interliga diretamente com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e com os princípios basilares da BRI, mostrando que há uma continuidade no pensamento chinês sobre P.E, que vai além dos governos de Mao Zedong e Xi Jinping, podendo ser vista do pensamento filosófico milenar do *Tianxia*.

O artigo de Feng Zhang (2019), bastante utilizado na seção 3.2.3, propõe uma reflexão sobre a importância histórica para a construção de uma doutrina, um entendimento chinês sobre como lidar com sua P.E. Através das conclusões do autor, é possível observar que é pautada uma continuidade na doutrina de RI da China e que essa continuidade bebe tanto de fontes como as lideranças do PCCh, citando Mao Zedong, como também dos frames cognitivos, que estão envolvidos a cultura e a filosofia milenar da China. Neste aspecto, Zhang (2019) concorda com a ideia de que há uma continuidade histórica na P.E chinesa, que pode ser vista através do legado maoísta na P.E de Xi Jinping.

## CONCLUSÃO

A China do século XXI tem sido contaste alvo de pesquisa, principalmente nas Relações Internacionais. Isso se dá devido ao fato de o país ter se tornado uma das maiores potenciais econômicas da atualidade, com dados impressionantes de crescimento ao ano, em um cenário internacional no qual os EUA representam uma grande potência, desde meados da década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial. O impressionante desenvolvimento econômico vem de um país com uma das maiores populações do mundo, que condiz com sua enorme extensão geográfica. Estes fatores fazem da China uma potência com capacidade para comandar a política internacional, e que pode vir abalar a hegemonia dos EUA.

O debate sobre a ascensão chinesa como uma possível ameaça à hegemonia dos EUA tornou-se um importante tópico nos debates relativos à China. Conforme abordado nos capítulos “1 INTRODUÇÃO” e “2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A RETÓRICA DA ASCENSÃO PACÍFICA”, este debate sobre uma possível ascensão hegemônica da China, também conhecido como *assertive meme*, colocou em xeque a posição chinesa sobre sua retórica de ascensão e desenvolvimento pacífico. O que, por sua vez, gerou um importante debate interno na China, onde estudiosos como Zheng Bijian passaram a defender publicamente a postura chinesa de desenvolvimento pacífico, reafirmando que ao contrário das potências imperialistas, a China não iria invadir outros territórios e provocar guerras, pois respeitaria os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica: o respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos um do outro, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica.

Este questionamento sobre a “veracidade” da ascensão pacífica chinesa difundido ao longo das mídias ocidentais foi fortalecido a partir do governo de Xi Jinping, pois o líder enfatizava em seus posicionamentos, a busca pela realização dos interesses nacionais da China, pautando que o país continuaria a ascender pacificamente, desde que a soberania chinesa fosse respeitada, trabalhando com a perspectiva citada ao longo da presente dissertação, por autores como Yan, Qin e Ni (2004 apud QIN, 2011, p. 246), o fato de a China seguir uma retórica de ascensão e desenvolvimento pacífico não impediria o país de se manter militarmente preparado para possíveis conflitos, ou seja, ascender pacificamente não quer dizer ascender de forma submissa e conveniente com a autoridade dos demais Estados. Trazendo um forte posicionamento sobre a narrativa de vítima, vinda do período de humilhações. Posicionamento

este condizente com os cinco princípios, visando o respeito a soberania, não agressão, entre outros.

Para compreender o comportamento internacional da China e quais seriam seus impactos no sistema internacional, faz-se de suma importância estudar sobre a PE chinesa. O estudo sobre a PE de um país pode ser realizado com lentes micros e macros, sendo possível analisar tanto um período mais limitado, como também o desenvolvimento histórico desta política externa e seus efeitos na contemporaneidade. Na presente dissertação, como pode ser observado, utilizou-se de uma abordagem macro, buscando compreender sobre o legado histórico da P.E chinesa e seus impactos na P.E atual, com Xi Jinping. Tem-se como ponto inicial, o estudo sobre P.E de Mao Zedong, como primeiro líder da RPC, e quais foram os eventos que antecederam a tomada do poder em 1949, buscando compreender sobre qual foi o ambiente externo que influenciou o líder na construção de suas estratégias de P.E

Durante o governo de Xi Jinping, os discursos e documentos oficiais analisados fazem referência diretas a retórica de ascensão pacífica, criada durante o governo de Mao Zedong. Essas fontes primárias ditam os seguimentos da PE de Xi Jinping, como pilares para a construção de suas estratégias de PE. O foco de análise sobre a PE de Xi Jinping foram os discursos e documentos oficiais, todavia, ao realizar uma leitura mais completa da presente dissertação, considerando o legado histórico da PE chinesa, é possível concluir que muitas das ações na PE chinesa são direcionadas pela retórica de ascensão pacífica, aqui comprovando o argumento guiado por Qin (2014), de que há uma continuidade no comportamento internacional da China, interpretado aqui como a PE chinesa. Seguindo assim, a tradição do background de conhecimento chinês, ou seja, seguindo o que a Chia entende como ascensão/desenvolvimento pacífico, não o que a visão exterior entende. Nesta lógica, conforme desenvolvido no capítulo teórico, o background de conhecimento chinês entende que há uma complementariedade entre os dois extremos das estratégias pacíficas e assertivas, que formam um todo da retórica chinesa de PE.

Mesmo que o título do presente trabalho faça referência a uma ascensão/desenvolvimento pacífico, remetendo ao sentido de pacificidade, os pilares da coexistência pacífica fazem referência a princípios que condizem com uma postura de defesa dos interesses nacionais, que pode vir a ser mais assertiva quando necessário. Destacando que a assertividade através da defesa dos interesses nacionais pode ser vista no posicionamento chinês em assuntos que envolvem a integridade territorial da China. À exemplo das disputas ao longo de Xinjiang e do mar do sudeste asiático, intitulado pelo governo chinês como o “Mar do Sul da China”.

Conforme colocado na subseção “4.3.3 O *Tianxia* e os territórios da China Imperial: os casos de Tibete e Xinjiang”, a posição chinesa em realizar a manutenção dos territórios da China imperial, vem de uma tradição cultural e do background de conhecimento do governo chinês, em que entende-se que o país deveria retomar a glória do período imperial, como foi dito por Mao Zedong e reforçado nos demais governos. O foco seria restituir o papel de liderança que a China tinha no Império Qin, com o Sistema Tributário, com uma lógica próxima ao *Tianxia*, na qual o Estado central, a China, funcionaria como um líder pra a organização econômica e para a manutenção da segurança na região.

Nesta perspectiva, a visão oficial do governo chinês enxerga todos os arredores do país como parte deste Sistema Tributário, o que e fato não faz sentido alguma para os tempos atuais, a não ser para manter “apaziguado” um argumento para fomentar a expansão territorial e para negar as particularidades históricas e culturais existentes nestas regiões, podendo citar o conhecido caso dos povos de Xinjiang. Como tido, este aspecto mais agressivo da China, não somente em sua PE como também na interna, a postura do país acaba se aproximando a postura dos países imperialistas durante o século XIX, que invadiram a China e iniciaram o longo século de humilhações.

Logo, a retórica de ascensão pacífica “cairia por terra”? Não necessariamente, pois como tida abordagem teórico-metodológica da dialética *Zhongyong*, tanto o background de conhecimento, quanto o como o legado de continuidade da PE chinesa, seriam compostos pela complementaridade entre os dois extremos. Neste caso, a postura para com movimentos separatistas, para com grupos que cultuem posturas políticas opostas ao PCCh, e para com as disputas territoriais, incluindo no mar, seriam parte do extremo mais assertivo e agressivo do todo que compõe a retórica de ascensão pacífica.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Dos Revoluciones. **New Left Review**, n. 61, p. 59-96, jan.-fev. 2010,

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: Money, power and the origins of our times**. London, New York: Verso, 2010.

BARBIERI JUNIOR, Walter. **Uma análise do processo de constituição do Estado nacional como eixo de ascensão chinesa no capitalismo internacional**. 2015. 214 f. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, 2015.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI? **Revista Carta Internacional**, v. 16, n. 2, 2021.

BERGGRUEN Institute. **Zhao Tingyang**. Berggruen Research Institute of Peking University, não datado. Disponível em: <https://www.berggruen.org/people/zhao-tingyang/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRENER, Jayme. **Trinta anos de não-alinhados**. Lua Nova, v.3, 1987

BUZAN, Barry. **How and how not to develop IR theory: lessons from core and periphery**. In: QIN, Yaqing (ed.). **Globalizing IR Theory: Critical Engagement**. New York: Routledge, 2020.

BUZAN, Barry; COX, Michael. China and the US: Comparable Cases of ‘Peaceful Rise’? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 6, n. 2, 2013.

CHEN, H. C. Global Order of Tianxia: A Research Framework based on China’s Political Thoughts for an International Community beyond Anarchy. In: IPSA WORLD CONGRESS, 24, Poznan. **Anais...** Poznan: International Association for Political Science Students, 2016.

CHINA. **China’s Peaceful Development**. The State Council. The People’s Republic of China, 6 set. 2011. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2014/09/09/content\\_281474986284646.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm). Acesso em: 25 jan. 2023.

CHINA. **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road**. Xi Jinping Attends Boao Forum for Asia Annual Conference, 28 mar. 2015. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics\\_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328\\_705553.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html). Acesso em: 20 fev. 2023

CHINA. **White Paper on China’s Peaceful Development Road**. Embassy of the People’s Republic of China in the Republic of South Africa, 22 dez. 2005. Disponível em: [http://za.china-embassy.gov.cn/eng/zt/pd/200512/t20051222\\_7638101.htm](http://za.china-embassy.gov.cn/eng/zt/pd/200512/t20051222_7638101.htm). Acesso em: 25 jan. 2023

DARWIN, John. **After Tamerlane: The Global History of Empire since 1405**. London: Pinguin Group, 2007.

DEMIRER, Hayriye Asena. The Silence of non-Western International Relations Theory as a Camouflage Strategy: The Trauma of Qing China and the Late Ottoman. **All Azimuth**, v. 10, n. 1, 2019

DIARIO del Pueblo. La teoría del Presidente Mao sobre los tres mundos constituye una gran contribución al marxismo-leninismo. Comité editorial de Renmin Ribao (Diario del Pueblo), 1 nov. 1977

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters**. Minnesota: Borderlines, 1996.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. London: Belknap Press of Harvard University, 2006

GLASER, Bonnie S.; MEDEIROS, Evan S. **The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of "Peaceful Rise"**. The China Quarterly, Cambridge University Press on behalf of the School of Oriental and African Studies, 2007.

GRYDEHOJ, Adam; SU, Ping. **China and the Pursuit of Harmony in World Politics: Understanding Chinese International Relations Theory**. New York: Routledge, 2022.

HESS, Christian A. **Keeping the past alive: the use of history in China's foreign relations**. In: BRESLIN, Shaun (ed.). Handbook of China's International Relations. United Kingdom: Routledge, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007

JING, Gu. China's New Silk Road to Development Cooperation: Opportunities and Challenges. **United Nations University Centre for Policy Research**, 2015.

JOHNSTON, Alastair Iain. How New and Assertive Is China's New Assertiveness? **International Security**, v. 37, n. 4, 2013.

KHAN, Sulmaan Wasif. **Haunted by Chaos: China's grand strategy from Mao Zedong to Xi Jinping**. Massachusetts/London: Harvard University Press, 2018.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. São Paulo: Objetiva, 2014

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Objetiva, 2011.

KUAH, Khun Eng; REZAEI, Shahamak; ZHANG, Zhenjiang. Negotiating cultural and socio-economic flows in the era of Belt and Road Initiatives: An introductory overview. **Asian Journal of Social Science**, v. 49, 2021.

LIN, Li. Repatriation, colonialism, and decolonialization in China. **ICOFOM Study Series**, 2021.

LU, Zhongmin. **Southwestern Silk Road**. Pequim: Foreign Languages Press, 2002.

MAO, Zedong. **On Diplomacy**. China: Foreign Languages Press, 1998.

MARGUELICHE, Juan Cruz. El sistema de Tianxia y el sueño chino como plataforma teóricas-discursivas para la construcción de legitimidad en la nueva ruta de la seda de China. **Razón Crítica**, v. 7, 2019.

MONTENEGRO, Renan Holanda. **Teoria das Relações Internacionais na China**: origem, evolução e debates recentes. 39º Encontro Anual da ANPOCS, GT 38 – Teoria e prática das relações Sul-Sul, 2015.

NATHAN, Andrew J.; ZHANG, Boshu. ‘A Shared Future for Mankind’: Rhetoric and Reality in Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. **Journal of Contemporary China**, 2021.

NAVES, Marcio Bilharinho. **Mao: O processo da Revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2005,

NOGUEIRA, Isabela. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. 2011. Tese (Programa de Doutorado do Instituto de Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Isabela\\_Nogueira\\_de\\_Morais.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Isabela_Nogueira_de_Morais.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2021

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Relaciones Internacionales**, n. 53, 2017.

QIN, Yaqing (ed.). **Globalizing IR Theory: Critical Engagement**. New York: Routledge, 2020.

\_\_\_\_\_. **A Relational Theory of World**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. Continuity through Change: Background Knowledge and China’s International Strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, 2014.

\_\_\_\_\_. Development of International Relations theory in China: progress through debates. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 11, 2011.

\_\_\_\_\_. Why is there no Chinese international relations theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, 2007.

QIN, Yaqing. YAN, Xuotong. Pensamiento Chino y Relaciones Internacionales: dos miradas. **Barcelona Centre of International Affairs (CIDOB)**, Asia 28, 2013.

REINHARDT, Anne. **Navigating Semi-Colonialism**: Shipping, Sovereignty, and Nation-Building. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York/London: Norton & Company, 1990.

TSOU, Tang; HALPERIN, Morton H. **Mao Tse-Tung's Revolutionary Strategy and Peking's International Behavior.** *The American Political Science Review*, v. 59, n. 1, 1965.

VIEIRA, Pedro Antonio. **As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente).** In: OURIQUES, Helton (org). *Desigualdade, Geocultura e Desenvolvimento na Economia-Mundo Capitalista Contemporânea.* Florianópolis: Ed. Insular, 2021.

VIEIRA, Pedro Antonio. China as the possible new hegemon: an assessment based on Giovanni Arrighi's theoretical framework. In: PENNAFORTE, Charles (ed). *The World System in transition: a panoramic view.* Pelotas: Ed. UFPel, 2022.

VIEIRA, Vitor Carneiro Corrêa. From Third World to Belt and Road Initiative: International Aid as a Chinese Foreign Policy Tool. **Contexto Internacional**, v. 41, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do poder Americano.** São Paulo: Contraponto, 2004

WANG, Weiguang. Mao Zedong Is the Great Founder, Explorer and Pioneer of Socialism with Chinese Characteristics. **Chinese Academy of Social Sciences**, 2014.

WEI, George. Mao's Legacy Revisited: Its Lasting Impact on China and Post-Mao Era Reform. **Asian Politics & Policy**, v. 3, n. 1, p.3-27, 2011.

XI, Jinping. **A governança da China I.** Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.

XI, Jinping. **A governança da China III.** Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2020.

YAHUDA, Michael. **China's Foreign Policy after Mao: Towards the End of Isolationism.** Londres: The Macmillan Press, 1983.

YAHUDA, Michael. Chinese Foreign Policy after 1963: The Maoist Phases. **The China Quarterly**, n. 36, 1968.

YAN, Xuetong. *Leadership and the Rise of Great Powers.* New Jersey: Princeton University Press, 2019

ZHANG, Feng. The Xi Jinping Doctrine of China's International Relations. **Asia Policy**, v. 14, n. 3, 2019.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'? **Global Change, Peace & Security**, v. 27, 2015.

ZHANG, Yongjin. **China in International Society since 1949: Alienation and Beyond.** Oxford: St Antony's College, 1998.

ZHAO, Tingyang. **A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia).** *Diogenes*, v. 221, Issue 1, 2009.

ZHAO, Tingyang. All under Heaven: **The *Tianxia* System for a possible world order**. California: University of California Press, 2021.

ZHAO, Tingyang. Redefining the concept of politics via “*tianxia*”: the problems, conditions and methodology. **World Economics and Politics**, n. 6, 2015.

ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’. **Social Identities**, v. 12, n. 1, 2006.

ZHENG, Bijian. China’s “Peaceful Rise” to Great-Power Status. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, 2005.

ZHENG, Bijian. **Speeches of Zheng Bijian: 1997-2005**. Washington: Brookings Institution Press, 2005a

ZHOU, Enlai. **Selected Works of Zhou Enlai**. China: Foreign Languages Press, 1989.